



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Vitória Sinimbu de Toledo

O FECHAMENTO NEOLIBERAL DO POLÍTICO

Florianópolis

2024

Vitória Sinimbu de Toledo

O FECHAMENTO NEOLIBERAL DO POLÍTICO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Pinzani

Florianópolis

2024

Toledo, Vitória Sinimbu de

O fechamento neoliberal do político / Vitória Sinimbu de Toledo ; orientador, Alessandro Pinzani, 2024.

110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. O político. 3. Neoliberalismo "de esquerda". 4. Neoliberalismo autoritário. 5. Governamentalidade. I. Pinzani, Alessandro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Vitória Sinimbu de Toledo

O fechamento neoliberal do político

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 27 de junho de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. André Luiz Souza Coelho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Franciele Bete Petry

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Filosofia.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Alessandro Pinzani

Orientador

Florianópolis, 2024.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, por todo o amor, pelo apoio e por sempre priorizar a minha felicidade.

À minha família, pelo amor incondicional.

Ao meu orientador, Alessandro Pinzani, pelo apoio, paciência e amizade. Obrigada pela orientação, pelas conversas, pela compreensão e, acima de tudo, por acreditar em mim.

Aos professores André Coelho e Franciele Petry, pela leitura do trabalho, pelos comentários e sugestões na banca de defesa.

À Fernanda e ao André, meus mestres de toda a vida.

Aos meus amigos Denise, Shayenne, Gabriel, Brunna, Sandra e todos os outros. Sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Aos amigos de Belém, que sempre me recebem alegremente, apesar das distâncias. Agradeço ao Emerson e ao Thales por estarem ao meu lado quando eu mais precisei.

Aos colegas de orientação, pela leitura dos meus textos, pelas sugestões e pelas conversas.

Aos professores e colegas da UFSC, UFPA, e CESUPA que tive a sorte de encontrar e com quem tive o prazer de aprender.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Cada palavra, cada ideia e cada pedaço de mim que moram nesta dissertação são inteiramente dedicados à minha mãe. Por ti eu sigo vivendo.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é o de compreender as maneiras pelas quais o neoliberalismo opera um fechamento do político, este entendido como o espaço de disputa e decisão sobre as condições de existência coletiva e de criação de alternativas ao existente. Primeiro, buscamos definir o objeto pela via do neoliberalismo “realmente existente”. Apresentamos a definição marxista do neoliberalismo como estágio atual do capitalismo e a definição foucaultiana do neoliberalismo como governamentalidade e como racionalidade. Em seguida, discutimos os meios pelos quais o neoliberalismo se justifica como discurso hegemônico. Recorremos ao conceito de doutrina sistêmica para mostrar como o neoliberalismo carrega um ideal de vida boa que o torna atraente para os indivíduos. Recorremos, ainda, ao conceito de crítica estética para mostrar como o neoliberalismo se apropria da crítica anticapitalista que reivindica liberdade e autenticidade e convence de que pode realizá-las no interior do próprio capitalismo, à custa do enfraquecimento da crítica social. No último capítulo, exploramos as consequências políticas da hegemonia neoliberal fazendo uma exposição de duas versões: o neoliberalismo “de esquerda” e o neoliberalismo autoritário. Argumentamos que há uma continuidade entre as duas versões se lemos o neoliberalismo pela perspectiva de suas estratégias de guerra civil: ele se define pelo combate às suas alternativas reais, comprometidas com o ideal de autodeterminação coletiva, e pelo bloqueio dos espaços nos quais essas alternativas poderiam emergir.

Palavras-chave: Governamentalidade; Neoliberalismo Autoritário; Neoliberalismo “de Esquerda”; O Político.

ABSTRACT

The aim of this work is to understand the ways in which neoliberalism operates a closure of the political, understood as the space for dispute and decision on the conditions of collective existence and the creation of alternatives to what exists. Firstly, we seek to define the object in terms of the “actually existing” neoliberalism. We present the Marxist definition of neoliberalism as the current stage of capitalism and the Foucauldian definition of neoliberalism as governmentality and rationality. We then discuss the means by which neoliberalism justifies itself as a hegemonic discourse. We use the concept of systemic doctrine to show how neoliberalism carries an ideal of the good life that makes it attractive to individuals. We also use the concept of artistic critique to show how neoliberalism appropriates the anti-capitalist critique that claims freedom and authenticity and convinces that they can be realized within capitalism itself, at the cost of weakening social critique. In the final chapter, we explore the political consequences of neoliberal hegemony by presenting two versions: “left” neoliberalism and authoritarian neoliberalism. We argue that there is a continuity between the two versions if we read neoliberalism from the perspective of its civil war strategies: it is defined by combating its real alternatives, committed to the ideal of collective self-determination, and by blocking the spaces in which these alternatives could emerge.

Keywords: Governmentality; Authoritarian Neoliberalism; “Left” Neoliberalism; The Political.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 NEOLIBERALISMO: delineando um conceito.....	14
2.1 DUAS ABORDAGENS CRÍTICAS DO NEOLIBERALISMO	16
2.1.1 Neoliberalismo como estágio atual do capitalismo	16
2.1.2 Neoliberalismo como governamentalidade	26
3 NEOLIBERALISMO E HEGEMONIA	42
3.1 NEOLIBERALISMO COMO DOCTRINA SISTÊMICA	42
3.1.1 Neoliberalismo como doutrina ética.....	47
3.2 NEOLIBERALISMO E CRÍTICA ESTÉTICA	57
4 NEOLIBERALISMO E AS “ALTERNATIVAS”: fechando o político.....	66
4.1 NEOLIBERALISMO “DE ESQUERDA”	66
4.2 NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO.....	76
4.3 AS “GUERRAS CIVIS” DO NEOLIBERALISMO	98
5 CONCLUSÃO.....	104
REFERÊNCIAS.....	107

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação toma por objeto o neoliberalismo. Ela o investiga em algumas de suas dimensões com o objetivo de mostrar que intrinsecamente ao neoliberalismo como projeto político e como lógica de governo reside um componente autoritário necessário à sua perpetuação. Afirmamos que o neoliberalismo só pode existir enquanto opera o *fechamento do político*, este entendido como o espaço de disputa e deliberação sobre as condições de existência coletiva e de criação de alternativas ao existente.

O “político” se refere aos espaços nos quais se discute e se disputa as condições e os rumos da vida coletiva, e no qual emergem alternativas ao existente. É o espaço no qual se questiona os fundamentos da ordem social constituída e do qual emergem novas possibilidades de organização da vida coletiva. Essa dimensão do “político” se resume naquilo que Chantal Mouffe (2005) aponta como sendo o seu caráter irremediavelmente agonístico: questões propriamente política envolvem sempre uma *escolha* entre projetos de sociedade em disputa, uma escolha que não é determinada em última instância por critérios e valores previamente existentes. Em outras palavras, a escolha política é um ato de poder que institui uma ordem social.

O “político”, assim, se distingue da mera *política*, uma vez que questiona os modos institucionalizados de fazer política. O “político” *transcende* a política quando suspende os limites, traçados por esta, do que pode ser efetivamente transformado. E o neoliberalismo, na medida em que bloqueia as vias de acesso à esfera da economia contra as reivindicações populares, contém um traço intrinsecamente autoritário e antipolítico, pois estreita os limites do que pode ser transformado por meio da política. O neoliberalismo opera o fechamento do político quando reduz a política à mera gestão, à manutenção do atual sistema econômico e social global, bloqueando os caminhos pelos quais os fundamentos desse mesmo sistema poderiam ser questionados e modificados.

O neoliberalismo opera, ainda, o fechamento do político quando trabalha ativamente para eliminar as condições mesmas de sua superação. Deslegitimada a ideia do “social”, a única emancipação possível é aquela orientada pelos ideais neoliberais – uma emancipação do indivíduo, por meio do mercado, conquistada por mérito e responsabilidade. Não à toa essa é a sua estratégia, pois a resistência efetiva à dominação neoliberal não tem como se dar senão na forma de organização coletiva.

Fechar o político é tornar realidade a ausência de alternativas que o neoliberalismo ideologicamente anuncia como uma realidade já dada. Qualquer alternativa real ao

neoliberalismo deve ser domesticada ou eliminada – junto com os corpos que o neoliberalismo identifica como uma ameaça à sua própria reprodução.

O primeiro capítulo se dedica a definir neoliberalismo. Discutimos o caráter polêmico do neoliberalismo enquanto conceito e objeto de investigação. O neoliberalismo pode ser definido de várias maneiras – como teoria ou um conjunto de teorias, como um coletivo de pensamento, como um conjunto de políticas pró-mercado, como traço de regimes políticos específicos –, e isso em razão da natureza do seu próprio objeto. O neoliberalismo é em si mesmo pervasivo e multifacetado, de modo que podemos estudá-lo sob várias diferentes perspectivas, sem desconsiderar as suas tensões e contradições.

A perspectiva adotada no primeiro capítulo é aquela do neoliberalismo “realmente existente”. Importa-nos mais caracterizar o neoliberalismo tal como ele se apresenta nas sociedades reais. Recorremos às teorias apenas na medida em que elas nos revelam algo sobre como o neoliberalismo remodelou o mundo à sua imagem e sobre os motivos que informam a sua lógica própria. Além disso, privilegiamos as definições “essenciais” do neoliberalismo, a dizer, definições que buscam identificar os traços gerais deste fenômeno em vez de descrever os regimes neoliberais em suas particularidades.

As definições de neoliberalismo que orientam essa pesquisa são duas. A primeira é a “definição marxista”: neoliberalismo é o estágio atual do capitalismo e uma nova fase de acumulação primitiva. Nossa definição segue a leitura de David Harvey e Silvia Federici. A segunda é a “definição foucaultiana”: neoliberalismo é uma forma de governamentalidade ou uma racionalidade. Nossa definição segue a leitura de Michel Foucault e de Pierre Dardot e Christian Laval. A escolha dessas abordagens se justifica na medida em que as consideramos definições complementares: a leitura marxista joga luz sobre as transformações no campo econômico, a reorganização dos espaços e a reconfiguração das relações de classe, gênero e raça, enquanto a leitura foucaultiana joga luz sobre as estratégias, dispositivos, disciplinas e ideologias que marcaram a trajetória do neoliberalismo até a sua hegemonia.

O segundo capítulo se volta para os discursos de legitimação que sustentam a hegemonia do neoliberalismo. Primeiro, apresentamos a leitura de Alessandro Pinzani do neoliberalismo como uma doutrina sistêmica que carrega um conteúdo ético específico. Essa doutrina ética neoliberal é em grande parte responsável por angariar o apoio de parte expressiva da população às políticas neoliberais. Sua atratividade – e, ao mesmo tempo, sua maior contradição – vem do fato de ela partir de pressupostos muito simples e que oferecem um sentido para o mundo que ela mesma ajudou a criar – mas que, no entanto, é causa do sofrimento para cuja solução ela nada pode oferecer senão o aprofundamento das próprias dinâmicas que causam este

sofrimento. Argumentamos que a tradução dos pressupostos do neoliberalismo em termos de uma concepção de vida boa tem como consequência a moralização de elementos que são, na verdade, econômicos. Mostramos, por sua vez, como esse movimento de “desmoralização” das políticas sociais e seus beneficiários esteve por trás do desmonte do Estado de bem-estar social, o que impulsionou o domínio da visão neoliberal de mundo. Se a esfera do econômico é lida pelas lentes da moral, e se o discurso econômico se expressa pelo vocabulário próprio do discurso moral, a economia deixa de ser uma questão aberta à discussão política e passa a ser meramente uma questão de “maturidade”. Esse é o primeiro fechamento do político.

Contudo, o avanço das ideias neoliberais por si só não teria sido suficiente se não fosse acompanhado de um outro movimento. Este se trata do enfraquecimento da crítica social. Recuperando a leitura de Luc Boltanski e Ève Chiapello em *O novo espírito do capitalismo*, queremos mostrar como o que os autores chamam de *crítica estética* foi apropriado pelo patronato para redirecionar as reivindicações revolucionárias por liberdade e autenticidade, e a revolta contra a autoridade e a sujeição, de modo a torná-las compatíveis com o capitalismo e as transformações que vinham sendo orquestradas precisamente no momento de ascensão do neoliberalismo. O “triunfo” da crítica estética somente pôde se dar ao custo do desaparecimento da crítica social. Consequentemente, para a visão de mundo neoliberal, a emancipação corresponde à realização daquilo que é reivindicado pela crítica estética. Questões de igualdade material e redistribuição se tornam cada vez mais inquestionáveis – uma não-questão. Esse é o segundo fechamento do político.

No terceiro e último capítulo, investigamos as consequências políticas do desaparecimento da crítica social. Fazemos uma exposição de duas “versões” do neoliberalismo que protagonizaram a política contemporânea: o neoliberalismo “de esquerda” ou “progressista” e o neoliberalismo autoritário. O primeiro se refere, nas palavras de Nancy Fraser, a um bloco hegemônico cujas políticas são orientadas pela junção de uma política distributiva neoliberal a uma política de reconhecimento progressista. De um modo geral, esse amálgama é o que caracteriza a esquerda neoliberal. O que mais nos interessa no conceito de neoliberalismo de esquerda ou “progressista” e suas manifestações concretas é o fato de, não obstante a denominação “esquerda”, ela simplesmente aceita os limites traçados pelo quadro normativo neoliberal em torno de políticas econômicas e trava a disputa política no terreno dos valores. Erro político fatal. Quando esse modelo entra em crise, de suas ruínas nasce aquele que se apresenta como a sua “alternativa”: o neoliberalismo autoritário.

Neoliberalismo autoritário comporta pelo menos os dois sentidos que desenvolvemos neste capítulo. O primeiro se refere propriamente a um modelo político que reúne os diversos

governos de extrema direita que chegaram ao poder em boa parte das democracias ocidentais pelo mundo. Assim, esclarecemos o que significa dizer que um regime é autoritário para, em seguida, investigar o que há de propriamente novo nesta forma autoritária de neoliberalismo. Para isso, reconstruímos o argumento de Wendy Brown em *American Nightmare* e *Nas Ruínas do Neoliberalismo*, destacando como o dismantelamento da sociedade, o destronamento da política e a expansão da “esfera pessoal protegida” como efeitos da racionalidade neoliberal e sua luta contra a realização de justiça social se unem ao ressentimento masculino hétero branco gerado pela precarização da vida, redirecionado como ódio pelas classes subalternas, para criar esse monstro Frankenstein.

Outro sentido de neoliberalismo autoritário torna o conceito redundante: trata-se de nos perguntar de que maneira o neoliberalismo é intrinsecamente autoritário, independentemente de se tratar de sua versão “progressista” de esquerda ou autoritária de extrema direita. Essa dimensão autoritária irreduzível do neoliberalismo consiste em blindar a economia contra as reivindicações populares. O neoliberalismo é autoritário porque designa um limite que não pode ser ultrapassado, um domínio cujas regras estão determinadas de antemão e que não pode ser transformado. Um aspecto fundamental do que denominamos o *fechamento do político*, de que tratamos no último tópico.

Para juntar os fios que tecemos até este momento, argumentamos que precisamos, ainda, voltar o olhar para o neoliberalismo sob outra perspectiva: a de suas estratégias. O que essa perspectiva revela é que o neoliberalismo, desde o início, possui o caráter de uma guerra civil, evidenciado pelo emprego cada vez mais frequente e cada vez mais ampliado de violência. Ele adapta as suas estratégias e elege os inimigos a combater, e isso com um objetivo: restringir cada vez mais o espaço do político. Quando avaliamos de um ponto de vista estratégico, o neoliberalismo “progressista” e o neoliberalismo autoritário não são “alternativas” reais. Ambos cumprem a função de manutenção do *status quo* vigente, e o fazem *bloqueando*, ou mesmo *eliminando*, as alternativas reais ao neoliberalismo.

O interesse dessa pesquisa pelo tema do neoliberalismo tem uma dupla justificativa, uma mais geral e uma mais específica. O motivo mais geral é o de que o neoliberalismo é uma categoria crítica fundamental para compreender as condições atuais da nossa existência, seja no âmbito econômico, político, social ou psíquico. Sendo assim, ao escolher o neoliberalismo como objeto de investigação, procuramos dizer algo sobre o mundo que habitamos, sobre o que nos atravessa e nos faz sofrer – uns muito mais do que outros – todos os dias. O motivo mais específico reside na relação entre neoliberalismo e política. O que nos intriga é o estreitamento neoliberal do horizonte do possível. Assim, procuramos apontar para alguns dos caminhos que

nos levaram até esse pesadelo neoliberal que não nos deixa despertar, para que, somente então, possamos sonhar com um mundo no qual as coisas podem ser diferentes.

2 NEOLIBERALISMO: delineando um conceito

Neoliberalismo é um conceito polêmico. Ele é utilizado de maneiras muito diferentes para se referir às coisas mais diversas, até mesmo opostas, o que pode causar espanto em quem quer que, com dificuldade, pretenda oferecer-lhe uma apresentação coerente. Claro, todo conceito com conteúdo político é um conceito em disputa – basta verificar a diversidade de diferentes definições encontradas para “democracia” ou “fascismo” – e não seria diferente no caso do neoliberalismo. Contudo, a maneira como o termo é utilizado por diferentes autores de diferentes áreas e diferentes posicionamentos ideológicos revela como a categoria “neoliberalismo” se encontra numa situação muito peculiar¹.

Amaro Fleck observa que, à diferença de outros conceitos polissêmicos em disputa, “o caso do conceito de neoliberalismo é especial. Afinal a disputa não se dá apenas quanto ao significado desta ‘sub-ideologia’, desta vertente que mescla elementos do liberalismo com outros do conservadorismo. Ela se dá também quanto à própria *existência* desta entidade” (2022, p. 250-251, grifo nosso).

Levando em consideração essas razões, poder-se-ia argumentar em favor do completo abandono do conceito, substituindo-o por outros cujo significado é, talvez, mais preciso. Nós, por outro lado, defendemos que a tarefa de traçar os contornos do conceito de neoliberalismo possui importância teórica e política considerável. Traçar esses contornos, no entanto, não livra o neoliberalismo de suas ambiguidades e contradições: o neoliberalismo é, enquanto objeto, essencialmente multifacetado.

Neste capítulo, assumimos a tarefa de distinguir os traços do neoliberalismo e oferecer uma caracterização abrangente a partir de diferentes perspectivas. Como observa Plehwe, “o neoliberalismo permanece sendo uma ideologia fundamental que é mal compreendida, mas, curiosamente, tira parte de sua força prodigiosa dessa obscuridade” (2009, p. 3)², de modo que desconsiderar a relevância deste conceito somente nos condenaria a este “truque demoníaco” – o neoliberalismo domina o mundo, ainda que seus defensores não existam e seus críticos não

¹ Em consulta a 148 artigos sobre neoliberalismo publicados entre 1990 e 2004, Boas e Gans-Morse (2009) concluem que, apesar do significativo aumento do uso deste conceito no período especificado, pouco se discute acerca do seu significado. Os autores apontam três tendências problemáticas no uso do conceito de neoliberalismo: primeiro, “neoliberalismo é utilizado assimetricamente entre clivagens ideológicas”; segundo, “aqueles que empregam o termo em pesquisas empíricas frequentemente não o definem”; terceiro, “acadêmicos tendem a associar neoliberalismo com múltiplos conceitos subjacentes” (BOAS; GANS-MORSE, 2009, p. 140). A primeira tendência é particularmente problemática. Se, por um lado, autores de orientação crítica e progressista se opõem a quaisquer práticas e políticas “neoliberais”, por outro lado, “virtualmente *ninguém* se auto-identifica como um neoliberal” (BOAS; GANS-MORSE, 2009, p. 140).

² Todas as traduções de citações em língua estrangeira são feitas pela autora.

ousem falar seu nome (BIEBRICHER, 2018, p. 2). Assim, a tentativa de definição que expomos nesse trabalho é um exercício de crítica, mas, também, de resistência a este movimento de invisibilização das forças que nos dominam. Tomar consciência dessa tarefa nos impele a não abandonar o conceito, mas a delinear-lo cuidadosamente na sua particularidade: “Justamente por ser uma ideia força capaz de mobilizar a sensibilidade crítica e a ação política transformadora, ele [o neoliberalismo] mais se impõe do que é propriamente uma opção das ciências sociais” (ANDRADE, 2019, p. 218). E, acrescentamos, neoliberalismo é um conceito que, pela mesma razão, *se impõe* à filosofia e a um pensamento que se pretenda crítico e emancipatório.

Ao falar de neoliberalismo, com isso não queremos dizer um conjunto de teorias que constituem algo como um “corpo doutrinário” neoliberal. Rejeitamos essa definição por dois motivos. Primeiro, o neoliberalismo tal como descrito pelas teorias dificilmente corresponde à maneira como os regimes neoliberais funcionam na realidade, de modo que assumir como a “verdade” do neoliberalismo o que afirmam os seus “defensores” perde de vista o aspecto contraditório, ou mesmo ideológico, que suas ideias podem carregar. Isso não significa, contudo, que ignoramos o fato de muitos programas políticos na história terem sido largamente inspirados por teorias neoliberais. Margaret Thatcher era uma admiradora declarada das ideias de Hayek. A política econômica neoliberal implementada no Chile de Pinochet foi idealizada pelos Chicago Boys, um grupo de economistas neoliberais inspirados pelas ideias de Milton Friedman. Vários exemplos demonstram os efeitos das teorias neoliberais na condução de políticas governamentais concretas. Devemos, no entanto, distinguir muito claramente entre as *teorias* neoliberais de uma *vulgata* neoliberal – ideias incorporadas ao senso comum e que, apesar de compartilharem muito dos valores e ideais das teorias neoliberais, não se confundem com elas. Segundo, as teorias dos autores neoliberais – Louis Rougier, Walter Eucken, Franz Böhm, Alfred Müller-Armack, Alexander Rüstow, Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Gary Becker, Richard Posner, Milton Friedman, entre outros – são muitas vezes tão diferentes entre si que se pode facilmente questionar a escolha de colocá-las todas debaixo de um mesmo guarda-chuva. O máximo que poderíamos fazer é identificar um traço comum³, porém muito vago e amplo, a todos (ou quase todos) os autores neoliberais.

Interessa-nos muito mais analisar as leituras do que, adotando a classificação sugerida por Fleck, chamamos de “neoliberalismo realmente existente” (2022, p. 262). Seguindo a classificação de Andrade (2019, p. 218), essas leituras podem também ser vistas como

³ Thomas Biebricher, por exemplo, sugere que o denominador comum que une a agenda neoliberal em torno de um único projeto é a sua *problemática* comum, a dizer, a de estabelecer “quais são as pré-condições necessárias para o funcionamento dos mercados” (BIEBRICHER, 2023, p. 57).

definições da “essência” ou dos traços centrais que caracterizam o fenômeno do neoliberalismo. Por essência, o autor se refere ao elenco de características que definem esse algo que chamamos de neoliberalismo e que serve como a referência com a qual os exemplares particulares dados na realidade – a dizer, os regimes neoliberais realmente existentes – são confrontados. Particularmente, voltamo-nos à abordagem *marxista* do neoliberalismo, que o identifica ao estágio atual do capitalismo e a uma fase de acumulação primitiva, e à abordagem *foucaultiana* do neoliberalismo, que o identifica a uma forma de governamentalidade que implica em uma racionalidade política e um modelo de subjetivação.

2.1 DUAS ABORDAGENS CRÍTICAS DO NEOLIBERALISMO

2.1.1 Neoliberalismo como estágio atual do capitalismo

A crítica de viés marxista identifica o neoliberalismo com um estágio histórico do capitalismo. O processo de neoliberalização, para esses autores (DUMÉNIL; LÉVY, 2006; HARVEY, 2014), significa, em primeiro lugar, uma reorganização dos mecanismos de funcionamento do capitalismo global iniciada a partir das décadas de 1970 e 1980 e, em segundo lugar, um projeto de reestruturação e manutenção do poder das classes dominantes. O que há de comum nas leituras que apresentamos é o reconhecimento de que, enquanto a neoliberalização fracassou em seu objetivo de retomar o crescimento econômico após a crise do “liberalismo embutido” (HARVEY, 2014, p. 20), ela foi bem-sucedida em restaurar o poder e a renda da classe capitalista, os quais haviam diminuído durante a era do capitalismo de bem-estar e do chamado compromisso keynesiano ou social-democrata (DUMÉNIL; LÉVY, 2006). Nas palavras de Duménil e Lévy, podemos definir o neoliberalismo como “uma *configuração de poder* particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso” (2006, p. 2). Em alguns lugares onde não restaurou o poder de uma elite econômica já existente, a neoliberalização foi responsável por criá-lo (HARVEY, 2014). De uma perspectiva feminista-marxista, o neoliberalismo é compreendido como uma “reestruturação das relações de classe, começando pelo processo de reprodução social” (FEDERICI, 2019, p. 29), o que significa uma reestruturação também nas articulações entre opressões de classe e de gênero⁴.

⁴ Em Silvia Federici (2017; 2019), a ênfase no ponto de vista da reprodução social é consequência da releitura e crítica que a autora faz da teoria marxiana e da tentativa de reescrever a história da acumulação primitiva de um ponto de vista feminista. Em *O Capital*, Marx restringe a discussão sobre a reprodução social apenas ao nível do

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto *utópico* de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a seguir a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem além disso que, quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis (HARVEY, 2014, p. 27-28).

David Harvey aponta para uma tensão entre o caráter *utópico* e o caráter *político* do projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo global, entre o objetivo de “sustentação do capitalismo” e a “restauração/reconstituição do poder de classe” (HARVEY, 2014, p. 165). *Na prática*, o que predominou foi precisamente o objetivo de recuperar, manter e expandir o poder da classe capitalista. A isso atestam, principalmente, a persistência de baixas taxas de crescimento econômico global, a reversão dos fluxos de renda das classes baixas para as classes altas e o aprofundamento da desigualdade econômica. Conforme desenvolvemos a seguir, na fase neoliberal do capitalismo, o projeto político de restauração do poder da classe capitalista assume um privilégio tal que, quando confrontados com uma crise (como a crise financeira global dos anos 2000), o objetivo de manter os níveis das taxas de lucro prevalece sobre o objetivo de promover o bem-estar da população. Nisso o Estado neoliberal, *na prática*, desempenha um papel fundamental.

Decifrar quais são as bases de sustentação da hegemonia neoliberal se torna relevante quando constatamos que um projeto político que propõe recuperar a economia mundial após a crise de 1970 por meio de desregulamentação da economia e da abertura de espaços de liberdade foi drasticamente malsucedido em realizar esse objetivo.

As taxas agregadas de crescimento global ficaram em mais ou menos 3,5% nos anos 1960 e mesmo no curso da conturbada década de 1970 caíram apenas para 2,4%. Mas

consumo de mercadorias (por exemplo, a compra de alimentos no mercado com o salário). Desse modo, ignora toda uma série de atividades realizadas majoritariamente na esfera doméstica e por mulheres, e que, no entanto, são a condição mesma da manutenção da esfera produtiva. Os afazeres domésticos, o cuidado com as crianças e idosos, o trabalho afetivo etc. não só constituem o fundamento e a condição da produção de mercadorias no capitalismo – e, portanto, as “trabalhadoras domésticas” já estão, desde o princípio, integradas ao processo produtivo – como também, ao produzir a força de trabalho, são criadores de valor. Contudo, apenas o trabalho produtivo é reconhecido enquanto trabalho e enquanto merecedor de remuneração; o trabalho doméstico é invisibilizado e ideologicamente representado como pertencente à esfera “natural”. A relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, entre um trabalho “masculino” remunerado e um trabalho “feminino” gratuito, por conseguinte, torna-se o núcleo de compreensão da dominação masculina sobre as mulheres no capitalismo.

as taxas subsequentes de crescimento de 1,4% e 1,1% nos anos 1980 e 1990 (e uma taxa que mal alcança 1% a partir de 2000) indicam que a neoliberalização em larga medida não conseguiu estimular o crescimento mundial (HARVEY, 2014, p. 166).

Por que, apesar do seu evidente fracasso em estimular o crescimento econômico global, o neoliberalismo permanece sendo apresentado (ou imposto) como a melhor ou a única alternativa enquanto estratégia de organização da economia mundial? Harvey destaca dois motivos. Em primeiro lugar, “a volatilidade dos desenvolvimentos geográficos desiguais se acelerou, permitindo que certos territórios avançassem espetacularmente (ao menos por algum tempo) a expensas de outros” (HARVEY, 2014, p. 169). Isso indica que, se em determinado período do neoliberalismo houve notável crescimento em determinados países (em 1980, no Japão, nos “tigres asiáticos” e na Alemanha Ocidental; em 1990, nos Estados Unidos e no Reino Unido), esses crescimentos pontuais obscurecem o fato de que, *em geral*, a neoliberalização fracassou em promover crescimento e bem-estar (HARVEY, 2014). Em segundo lugar, o *processo* efetivo de neoliberalização – muitas vezes em contradição com as teorias neoliberais – foi “um enorme sucesso do ponto de vista das classes altas. Ou promoveu a restauração do poder de classe das elites dirigentes [...], ou criou condições para a formação de uma classe capitalista” (HARVEY, 2014, p. 169). Os discursos midiáticos financiados pelas elites propagam a ideia de que o fracasso de determinados países em alcançar um nível mais elevado de crescimento econômico se deu em razão de uma neoliberalização insuficiente e se tornaram, por isso, pouco competitivos. Quanto ao aumento progressivo da desigualdade social como efeito da neoliberalização, o empobrecimento populacional é justificado pela ideologia do mérito e da responsabilização individual: “Se as condições entre as classes inferiores pioraram, é que elas fracassaram, em geral por razões pessoais e culturais, na tarefa de aprimorar seu capital humano” (HARVEY, 2014, p. 169). Tanto no nível das economias nacionais quanto no nível do “capital humano”, o insucesso é visto sempre como um motivo para *mais* neoliberalização.

A principal realização substantiva da neoliberalização foi não a criação, mas sim a *redistribuição* de riqueza e renda. Harvey (2014) identifica os mecanismos e processos através dos quais ocorre essa redistribuição com aquilo que chama de acumulação por despossessão⁵ [*accumulation by dispossession*]. Essa é, a nosso ver, a contribuição mais notável da literatura marxista para a compreensão do neoliberalismo. A acumulação por despossessão descreve a continuidade e proliferação das práticas que Marx, no capítulo 24 do primeiro volume d’*O*

⁵ Nas edições brasileiras (HARVEY, 2012; 2014), “acumulação via espoliação”.

Capital, denomina acumulação primitiva. Como o termo sugere, em Marx, a acumulação primitiva nomeia um evento único, na gênese do capitalismo, de pilhagem, espoliação e violência, responsável por criar as condições materiais e subjetivas sobre as quais o sistema capitalista pôde se desenvolver. Uma vez dadas as condições de formação e estabelecimento das relações capitalistas de produção, a expropriação da propriedade comum dá lugar ao movimento de reprodução da lógica do capital, e o roubo manifesto se converte na exploração do trabalho assalariado pelo mecanismo velado da mais-valia.

Rosa Luxemburgo, em sua análise do imperialismo como braço da expansão do processo de acumulação do capital, avança um passo na leitura de Marx da acumulação primitiva. Ela argumenta que, quando o sistema capitalista se vê diante de uma crise, para se estabilizar, necessita de um elemento externo ao sistema. Em Luxemburgo, esse exterior se apresenta na forma de comércio com formações sociais não capitalistas. Harvey (2012, p. 116) acrescenta que um possível corolário desse argumento, ainda que não explicitado diretamente por Luxemburgo, seria o de que, “para o sistema durar qualquer intervalo de tempo, tem-se de manter os territórios não capitalistas (à força se necessário) em condição não capitalista”.

O conceito de acumulação por despossessão que encontramos em Harvey é resultado de um duplo salto a partir das análises precedentes. Em relação a Marx, a acumulação por despossessão não é um evento fundacional único e irrepetível, circunscrito ao momento de nascimento do capitalismo, mas revela que os mesmos mecanismos da acumulação primitiva se repetem e se perpetuam sempre que o capitalismo necessita de um novo impulso para retomar o processo de acumulação. Em relação a Luxemburgo, a acumulação por despossessão não aponta para um “exterior” do capitalismo enquanto sistema fechado, mas para processos internos à sua lógica própria, em particular os seus mecanismos de estabilização.

A acumulação por despossessão nomeia um conjunto de práticas, dentre as quais:

Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos (HARVEY, 2012, p. 121).

A acumulação por despossessão apresenta quatro características principais (HARVEY, 2014, p. 172-178):

1. *Privatização e mercadificação.* A corporatização, a mercadificação e a privatização de ativos até então públicos têm sido uma marca registrada do projeto neoliberal. Seu objetivo primordial tem sido abrir à acumulação do capital novos campos até então considerados fora do alcance do cálculo de lucratividade. [...]

2. *Financialização.* A forte onda de financialização que se instaurou a partir de 1980 tem sido marcada por um estilo especulativo e predatório. [...] Operações fraudulentas com ações, esquemas Ponzi, a destruição planejada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos por meio de fusões e aquisições agressivas, a promoção de níveis de endividamento que reduziram populações inteiras, mesmo em países capitalistas avançados, à escravidão creditícia, para não falar das fraudes corporativas, da espoliação de ativos (o assalto aos fundos de pensão e sua dizimação pelo colapso do valor de títulos e ações e de corporações inteiras) por manipuladores de crédito e de títulos e ações – tudo isso constitui a verdadeira natureza do atual sistema financeiro capitalista. [...]

3. *Administração e manipulação de crises.* Para além das bolhas especulativas e muitas vezes fraudulentas que caracterizam boa parte da manipulação financeira neoliberal, há um processo mais profundo que envolve lançar “a rede da dívida” como recurso primordial da acumulação por espoliação. A criação, a administração e a manipulação de crises no cenário mundial evoluíram para uma sofisticada arte de redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos. [...] Trata-se de crises orquestradas, administradas e controladas tanto para racionalizar o sistema como para redistribuir ativos. [...]

4. *Redistribuições via Estado.* O Estado, uma vez neoliberalizado, passa a ser o principal agente de políticas redistributivas, revertendo o fluxo que vai das classes altas para as baixas, presente na era do liberalismo embutido. Ele o faz antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social. Mesmo quando a privatização parece favorável às classes baixas, seus efeitos de longo prazo podem ser negativos.

Definir o Estado neoliberal realmente existente apresenta uma série de dificuldades. A configuração dos Estados reais no neoliberalismo é bastante variável. Devido a particularidades históricas e locais, os traços característicos dos governos “neoliberais realmente existentes” divergem consideravelmente da imagem oferecida pelas teorias. Não se propondo a apresentar uma descrição única e universalmente aplicável de um Estado neoliberal, Harvey aponta para algumas características e tendências que podemos atribuir a uma definição de Estado distintamente neoliberal.

De modo geral, o Estado neoliberal se apresenta sob uma forma necessariamente instável e transitória, cujo problema central consiste na “florescente disparidade entre as metas públicas declaradas do neoliberalismo – o bem-estar de todos – e suas consequências concretas – a restauração do poder de classe” (HARVEY, 2014, p. 89). Harvey indica dois campos em que “o ímpeto de restauração do poder de classe distorce e em alguns aspectos até reverte a teoria neoliberal [do Estado] na prática” (HARVEY, 2014, p. 80-81). O primeiro vem da necessidade de “criar um ‘clima de negócios ou de investimentos favorável’ para empreendimentos capitalistas” (HARVEY, 2014, p. 81). As distorções se tornam especialmente manifestas quando se considera o tratamento reservado ao trabalho e ao meio-ambiente, tomados por meras mercadorias. Nesses casos, a manutenção do clima favorável a negócios

tem prioridade sobre a proteção a direitos, ao bem-estar da população e sobre a preservação do meio-ambiente. O segundo vem do fato de que, “em caso de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental” (HARVEY, 2014, p. 81). Os Estados intervêm como garantidores da integridade e solvência das instituições financeiras, mesmo quando os fracassos são resultado de erros cometidos por essas próprias instituições. Dificilmente se pode conciliar esse tipo de prática com o discurso segundo o qual cada um é responsável por si mesmo, a menos que isso seja mais ou menos aplicável a depender de *quem* exatamente deva ser responsabilizado.

A neoliberalização, enquanto processo de acumulação por despossessão, também provocou mudanças profundas na organização da reprodução social. Conseqüentemente, as mudanças no trabalho reprodutivo causadas pela reestruturação neoliberal da economia global reconfiguraram a divisão sexual do trabalho e as relações entre homens e mulheres. O novo ciclo de acumulação primitiva iniciado especialmente na década de 1980 foi sobretudo uma resposta aos ciclos de luta e resistência do proletariado mundial ocorridos nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Federici (2019), essa resposta se deu de pelo menos cinco maneiras distintas. Primeiro, a reestruturação global do capitalismo ocorreu por uma expansão do proletariado mundial, tanto através dos novos “cercamentos” quanto pelo aumento do emprego das mulheres.

De modo não surpreendente, a globalização se apresentou como um processo de acumulação primitiva, que assumiu várias formas. No “Norte”, a globalização assumiu a forma da desconcentração e da deslocalização industrial, da flexibilização e da precarização do trabalho, bem como da produção *just-in-time*. Nos antigos países socialistas, houve a desestatização da indústria, a descoletivização da agricultura e a privatização da riqueza social. No “Sul”, testemunhamos a *maquinalização* da produção, a liberalização das importações e a privatização de terras. No entanto, o objetivo em ambas as partes foi o mesmo (FEDERICI, 2019, p. 211-212).

O objetivo dessas transformações teria sido, justamente, o de retirar do proletariado as condições para a reprodução social, eliminando formas de organização social em torno da produção de subsistência e tornando os trabalhadores inteiramente dependentes de rendimentos monetários.

Em segundo lugar, a acumulação primitiva se torna um processo permanente e pervasivo à resistência dos trabalhadores à sua própria exploração, graças à “desterritorialização do capital e a financeirização das atividades econômicas” (FEDERICI, 2019, p. 212). A terceira se refere ao massivo desinvestimento do Estado nas condições da reprodução social, tanto pelo

desmantelamento do Estado de bem-estar quanto pelas implementações de programas de ajuste estrutural.

Como já mencionado, as lutas da década de 1960 ensinaram à classe capitalista que investir na reprodução da força de trabalho não se traduz necessariamente em uma maior produtividade do trabalho. Como resultado, surgiram uma política e uma ideologia que ressignificaram os trabalhadores como microempresários, responsáveis por seu autoinvestimento e sendo presumivelmente os beneficiários exclusivos das atividades reprodutivas neles despendidas. Consequentemente, ocorreu uma mudança no eixo temporal entre reprodução e acumulação. Os trabalhadores foram forçados a assumir os custos da sua reprodução, uma vez que os subsídios com cuidados de saúde, educação, pensões e transporte público foram todos cortados, além de haver um aumento dos impostos, de forma que *cada articulação da reprodução da força de trabalho foi transformada em um ponto de acumulação imediata* (FEDERICI, 2019, p. 213, grifos nossos).

Portanto, o desinvestimento estatal na reprodução social do proletariado também reflete um deslocamento da estratégia da classe capitalista em relação ao disciplinamento do proletariado. Em vez de contar com a produtividade do trabalho por meio da garantia das condições de reprodução social, a eliminação dessas garantias se torna um dos meios primordiais para a acumulação e para o controle e gestão da revolta contra a exploração do trabalho. Além disso, a ressignificação do trabalhador como um empreendedor-de-si é particularmente prejudicial para as mulheres, pois ignora que outros indivíduos dependem direta ou indiretamente do custeamento da reprodução das trabalhadoras, bem como as confinam a uma dupla jornada de trabalho – o trabalho produtivo, em geral precarizado e sem nenhuma garantia social, e o trabalho reprodutivo, do cuidado com as crianças, companheiros e idosos, preparando uma vez mais outros trabalhadores para retornarem ao ciclo de trabalho produtivo e exploratório.

Em quarto lugar, temos a destruição do meio-ambiente e a apropriação e privatização de recursos naturais para fins de exploração econômica, em prejuízo às populações que dependiam desses recursos para sua própria subsistência.

Por fim, as descrições dos movimentos de acumulação por despossessão em diferentes frentes convergem na identificação dessa “nova ordem mundial” como um *processo de recolonização*:

Longe de comprimir o mundo em uma rede de circuitos interdependentes, ela foi reconstruída como uma estrutura piramidal, aumentando as desigualdades e a polarização socioeconômica, e aprofundando as hierarquias que historicamente caracterizaram a divisão sexual e internacional do trabalho, que haviam sido debilitadas pelos movimentos feministas e anticoloniais (FEDERICI, 2019, p. 214).

Dizendo de modo esquemático, enquanto o “Norte” global foi, historicamente – na medida em que as metrópoles roubavam as terras e o trabalho gratuito dos povos originários e da população negra escravizados nas colônias –, o centro da exploração da força de trabalho assalariada pela mais-valia, o “Sul” global, o “antigo mundo colonial” e o “coração do sistema capitalista”, foi e tem sido, por sua vez, o “centro estratégico” dessa reestruturação mundial (FEDERICI, 2019, p. 214). Isso porque essa reestruturação não teria sido possível, na intensidade em que ocorreu, se os mesmos processos de pauperização, expropriação, genocídio e desinvestimento na reprodução social não tivessem se desenvolvido de forma muito mais devastadora nos países do “Sul” global. Onde há resistência, onde a tomada dos territórios para investimentos capitalistas e a imposição de “programas de austeridade” não podem avançar, recorre-se à guerra, expulsando as populações desses locais e forçando-as a migrarem para os centros urbanos (FEDERICI, 2019). Graças à crise da dívida e ao “ajuste estrutural” – os quais fizeram com que, particularmente nos países periféricos, os territórios de áreas antes cultivadas para o abastecimento da população fossem dirigidos à produção para o mercado externo, para a extração mineral e de biocombustíveis e para o despejo de resíduos –, cada vez mais esses territórios vêm se transformando no que Federici chama de regiões destinadas à “reprodução zero” (2019, p. 216-217). É nesses locais que testemunhamos de forma mais dramática o empobrecimento da população, a completa ausência dos meios de reprodução social e a dependência de trabalhos precarizados e exploratórios – quando não a escravização manifesta ou a guerra aberta.

A guerra é um meio intrinsecamente relacionado ao processo de acumulação por despossessão: “a nova fase de expansão capitalista que testemunhamos requer a destruição de qualquer atividade econômica não subordinada à lógica da acumulação capitalista, e esse é necessariamente um processo violento” (FEDERICI, 2019, p. 162-163). O “ajuste estrutural” destrói formas de vida e processos de produção não integrados ao capitalismo neoliberal (uma “primeira declaração de guerra”), e não pode fazer isto sem enfrentar resistência, resultando ou na expulsão ou no extermínio dos corpos que se encontravam no território ocupado (uma “segunda declaração de guerra”). A devastação provocada pelo “ajuste estrutural”, além disso, transforma esses territórios em “devedores”, dependentes do capital internacional, e reproduz um ciclo de destruição e “reconstrução” (reintegração forçada à lógica capitalista neoliberal) cuja única beneficiada é a acumulação de capital em prol das classes dominantes.

Os processos aqui descritos correspondem a uma configuração específica das sucessivas “crises da reprodução” que o capitalismo provoca sistematicamente. A crise de reprodução na qual estamos imersos agora, porém, tem particular importância quando avaliamos as mudanças

ocorridas na divisão sexual do trabalho e nas relações entre mulheres e homens. As mulheres enquanto grupo são os indivíduos mais afetados, visto que recaem sobre elas a maior parte, se não a totalidade das tarefas de reprodução e cuidado. A carga de trabalho reprodutivo aumentou consideravelmente e, mesmo em países centrais (uma vez que para muitas mulheres a carga de trabalho produtivo também aumentou drasticamente), foi redistribuído para as mulheres imigrantes dos países do “Sul” – fenômeno que denomina “globalização do cuidado” (FEDERICI, 2019, p. 225) –, ou realocado e vendido no mercado em forma de “serviço”.

Evidentemente, a privatização da reprodução social como uma consequência das políticas neoliberais aprofunda a dominação das mulheres pelos homens. Sendo elas os sujeitos para os quais essa função social é socialmente designada, as mulheres se encontram confinadas às tarefas de reprodução não-remuneradas – são, afinal, invisibilizadas enquanto trabalho – que mantém sua dependência, sobretudo financeira, em relação aos homens. Desse modo, as mulheres foram os “amortecedores da globalização econômica, pois tiveram que compensar com seu trabalho a deterioração das condições econômicas produzidas pela liberalização da economia mundial e pelo crescente desinvestimento dos Estados na reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 226).

Há outros dois fatores que “provocaram o aumento da jornada de trabalho das mulheres e o retorno ao trabalho dentro de casa” (FEDERICI, 2019, p. 226). Um deles foi a “expansão do trabalho domiciliar”. Na tentativa de conciliar o emprego com o trabalho no lar, a consequência foi uma invisibilização ainda maior do trabalho reprodutivo e a precarização e informalização dos empregos, proporcionando um salário muito menor do que se o mesmo trabalho fosse realizado em um ambiente formal. Por fim, mesmo quando as mulheres trabalham mais, tanto dentro quanto “fora” de casa, isso não eliminou as relações de dominação de gênero e a sua dependência econômica: além de a remuneração de mulheres ainda corresponder a uma fração da dos homens, testemunhamos um aumento da violência masculina contra as mulheres,

desencadeada em parte pelo medo da competição econômica, em parte pela frustração que os homens experimentam ao não serem capazes de cumprir seus papéis como os provedores da família e, mais importante, desencadeada pelo fato de os homens terem menos controle sobre o corpo e sobre o trabalho das mulheres, à medida que mais mulheres dispõem de seu próprio dinheiro e passam mais tempo fora de casa (FEDERICI, 2019, p. 228).

Vemos, assim, um entrelaçamento entre o aumento da exploração, expropriação e violência contra a classe trabalhadora em favor dos interesses da classe capitalista e o endurecimento da dominação de gênero no seio da classe trabalhadora, pois as frustrações

sofridas pelos homens em razão das condições precárias e desumanas da economia capitalista neoliberal são “compensadas” pelo domínio sobre os corpos femininos a eles concedido. Evidenciamos uma lógica semelhante nas relações raciais, de sexualidade e com os imigrantes.

Para concluir, retomamos o que são, para nós, os três pontos principais trazidos pela abordagem marxista do neoliberalismo. Primeiro, predomina na definição marxista de neoliberalismo o caráter de um projeto de restauração do poder de classe, um poder que havia sido restringido durante a era do capitalismo de bem-estar social em razão do compromisso capital-trabalho. Evidência disso é a insistência na receita neoliberal para conduzir as economias *apesar* do seu fracasso em promover o crescimento econômico; sua mais notável realização foi, em vez disso, a redistribuição de renda e a ampliação da desigualdade sócio-econômica. Além disso, a fase neoliberal do capitalismo corresponde a uma etapa de acumulação por despossessão, que se desdobra em uma série de práticas – novos cercamentos, privatizações, apropriação de bens comuns, supressão de formas de produção não integradas à lógica capitalista de acumulação etc. – que visam transferir renda em benefício da classe dominante. Isso significou uma reestruturação das relações de classe não apenas do ponto de vista da produção, mas também da reprodução social. A neoliberalização, ao privatizar o cuidado e restringir ainda mais o acesso dos trabalhadores aos seus meios de reprodução, torna a reprodução social responsabilidade exclusiva de cada indivíduo, situação que afeta em particular as mulheres, sobretudo as racializadas e imigrantes, pois são elas os sujeitos sobre os quais essa responsabilidade recai de modo mais acentuado. A acumulação por despossessão também revela de modo manifesto a faceta de guerra do processo de neoliberalização, pois a imposição desta lógica de acumulação necessariamente tem, como condição, a devastação e a eliminação de tudo e todos que não estão integrados e não se submetem aos imperativos do capital. Finalmente, o neoliberalismo estabelece uma configuração específica da luta de classes e das relações de dominação. A ressignificação dos trabalhadores como “empreendedores” nada mais é do que a incorporação da “ideologia” do empreendedorismo e do indivíduo como capital humano que apaga o antagonismo de classe. Mas o desbalanceamento de poder nas mãos da classe capitalista também representa o aprofundamento das hierarquias estruturais de que o capitalismo precisa para criar valor através do trabalho desvalorizado ou gratuito. A expropriação do valor gerado pelo trabalho dos indivíduos que estão “nas margens” se aproveita de uma desvalorização simbólica que *justifica* a exploração e violência perpetrados por esses

indivíduos e *desvia* o antagonismo real (de classes) para os antagonismos criados⁶ pelo capitalismo e que servem à sua reprodução (de gênero, de raça, de sexualidade, colonial etc.).

2.1.2 Neoliberalismo como governamentalidade

A publicação dos cursos de Michel Foucault sobre o *Nascimento da Biopolítica* (2004) influenciou de maneira decisiva os estudos sobre neoliberalismo. Para Foucault, este se inscreve na história da arte liberal de governar, abrangendo as técnicas e dispositivos destinados a governar os indivíduos ou, nas palavras de Foucault, a “conduzir condutas”.

Nesta seção, apresentamos as linhas gerais da caracterização foucaultiana do neoliberalismo como uma arte de governar. Em seguida, apontamos para alguns desenvolvimentos posteriores de autores que trilharam o caminho aberto pela leitura foucaultiana, com o objetivo de evidenciar os aspectos que a perspectiva da governamentalidade torna visíveis e que nos permitem apontar para aquilo que há de novo no neoliberalismo.

A leitura de Foucault também é importante por estabelecer um contraste com análises que reduzem o neoliberalismo a um fenômeno estritamente econômico⁷. Apesar de a economia figurar no centro do pensamento neoliberal, seu alcance vai muito mais além do que uma preocupação de simplesmente efetuar reformas econômicas ou modificar a relação entre mercado e Estado. Se a análise marxista é bem-sucedida em inscrever o neoliberalismo na história da luta de classes, o mérito da análise foucaultiana foi ter inscrito o neoliberalismo na

⁶ Não entramos no mérito de discutir se havia dominação de gênero antes do capitalismo. O que podemos afirmar é que, com o estabelecimento das relações capitalistas, essas formas de dominação assumem uma configuração particular e estão imbricadas – apesar de não reduzidas ou completamente subsumidas – com as relações de classe.

⁷ Como seguidores da abordagem foucaultiana da governamentalidade, Dardot e Laval desde logo se afastam da abordagem marxista, a qual consideram sofrer de uma insuficiência fundamental: “Assim, não podemos nos contentar com as lições de Karl Marx nem de Rosa Luxemburgo para desvelar o segredo dessa estranha faculdade do neoliberalismo de se estender por toda a parte, apesar de suas crises e das revoltas que suscita em todo o mundo. Por razões teóricas básicas, a interpretação marxista, por mais atual que seja, revela-se de uma insuficiência gritante nesse caso. O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21). O principal problema da leitura marxista, segundo os autores, consiste em identificar o neoliberalismo uma vez mais com um desdobramento histórico da “lógica do capital”, autônoma e independente: “a história do capitalismo nunca é mais do que o desenvolvimento de uma mesma essência sempre idêntica a si mesma, aquém de suas formas fenomenais e fases, e, no fundo, leva de crise em crise até a ruína final. O neoliberalismo, entendido desse modo, é a um só tempo a máscara e o instrumento das finanças, as quais são o sujeito histórico real” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 22). Para os autores, esse posicionamento levaria à conclusão de que neoliberalismo não seria em nada diferente do mesmo capitalismo de sempre, tornando-se cego para o fato de que neoliberalismo não designa apenas uma configuração particular do modo de produção capitalista, mas aponta para uma transformação de toda a sociedade. Mesmo Foucault, de modo um tanto irônico, já advertia deste mesmo equívoco: “sempre a mesma coisa e sempre a mesma coisa para pior” (FOUCAULT, 2010, p. 174).

história das formas de poder, “na história das maneiras pelas quais o liberalismo pretendeu regular a população e conduzir os homens [...] pelo interesse livremente perseguido no quadro de uma sociedade de trocas” (LAVAL, 2020, p. 42). O neoliberalismo introduz uma nova maneira de conduzir a conduta dos governados e de gerir a liberdade. A fim de torná-la possível, o neoliberalismo coloca para si o objetivo de transformar não apenas a economia, mas toda a sociedade.

As aulas ministradas por Foucault no Collège de France entre janeiro e abril de 1979, originalmente destinadas ao tema da biopolítica, dedicam-se quase em sua totalidade ao estudo da arte de governar ou governamentalidade liberal, sendo a maior parte delas direcionada à exposição do que Foucault identifica como “neoliberalismo”.

Antes de entrar na discussão sobre neoliberalismo, devemos discutir brevemente a concepção foucaultiana de governamentalidade e no que este conceito contribui para a compreensão dessa problemática. Em *Nascimento da Biopolítica*, Foucault não oferece propriamente uma definição de governamentalidade. Em *Segurança, território, população* (2008), curso ministrado no ano anterior, ele a define da seguinte maneira:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Em estudo pioneiro das aulas sobre o *Nascimento da Biopolítica*, Thomas Lemke (2001) destaca dois pontos que evidenciam adequadamente o potencial inovador do conceito de governamentalidade. Em primeiro lugar, “o conceito de governamentalidade demonstra a hipótese de trabalho de Foucault sobre a constituição recíproca das técnicas de poder e das formas de conhecimento” (LEMKE, 2001, p. 191). O estudo das técnicas de poder, desse ponto de vista, necessariamente requer investigar a racionalidade política que as informa e lhes serve como base de sustentação. Isso implica que a governamentalidade se apresenta sob um duplo aspecto. Por um lado, o termo “localiza uma forma específica de *representação*; o governo define um campo discursivo no qual o exercício do poder é ‘racionalizado’” (LEMKE, 2001,

p. 191). Dito de outro modo, a noção de governamentalidade sugere que o conjunto das técnicas e práticas que constituem o exercício do poder governamental (tomado aqui no sentido de “condução de condutas”) é compreendido segundo uma lógica ou *racionalidade*, à qual correspondem determinados conceitos, argumentos, discursos de legitimação etc. Desse modo, o governo “permite que um problema seja abordado e oferece certas estratégias para resolver/lidar com o problema” (LEMKE, 2001, p. 191). As soluções que o governo pode oferecer estão intimamente relacionadas ao enquadramento específico no interior do qual o problema é colocado. Por outro lado, o governo também “estrutura formas específicas de *intervenção*” (LEMKE, 2001, p. 191). Uma racionalidade política “constitui ela mesma o processamento intelectual da realidade que as tecnologias políticas podem, então, enfrentar” (LEMKE, 2001, p. 191). Ela não simplesmente “representa” a realidade de um ponto de vista pretensamente neutro, mas, ao mesmo tempo, *cria* os dispositivos através dos quais conduzir as condutas dos sujeitos segundo essa racionalidade política.

Em segundo lugar, Foucault emprega o conceito de governamentalidade jogando luz sobre a relação entre relações de poder e processos de subjetivação (LEMKE, 2001). Governo, assim como poder, não se restringe ao contexto das práticas do Estado. Governar engloba desde a condução das condutas dos “súditos” – o “governo dos outros” – até o controle do sujeito sobre si mesmo – o “governo de si” (LEMKE, 2001, p. 191).

Essas observações nos servem para retrazar o caminho que Foucault percorre na obra que é nosso objeto. Os dois lados da governamentalidade tal como esquematizados por Lemke esclarecem de que modo o liberalismo, e também o neoliberalismo, é, ao mesmo tempo, um conjunto de saberes que refletem, e auto-refletem, sobre o exercício do poder governamental e os seus limites, e é um conjunto de práticas, técnicas e dispositivos destinados a conduzir as condutas segundo a racionalidade política que informa, e constitui, o liberalismo enquanto arte de governar.

A fim de compreender o que Foucault entende por neoliberalismo, devemos, antes, desenvolver o que ele entende por liberalismo. Desde logo importa destacar que liberalismo não é simplesmente uma doutrina ou ideologia. Interessa a Foucault analisar o liberalismo não enquanto um conjunto de teorias, mas sim como uma “prática, [...] como princípio e método de racionalização do exercício do governo – racionalização que obedece, e esta é a sua especificidade, à regra interna da economia máxima” (2010, p. 394).

Liberalismo é, para Foucault, uma arte de governar. É “a maneira reflectida de governar o melhor possível e, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar” (FOUCAULT, 2010, p. 26). Essa “nova arte de governar” surge no século XVIII como o

resultado dos desdobramentos da razão de Estado do século XVI. Esta última se caracteriza por, de um lado, uma limitação do objetivo internacional do governo em sua relação com outros Estados e, em contrapartida, uma política interna ilimitada (o Estado policial) responsável por “controlar a actividade dos indivíduos até aos seus mais ínfimos pormenores” (FOUCAULT, 2010, p. 31).

A maneira encontrada para impor limites ao governo ilimitado do Estado policial foi a tomada do direito como seu princípio de limitação. Esse princípio limitador é *externo* à razão de Estado e constituem o critério de *legitimidade* da ação governamental.

A questão enfrentada pela racionalidade governamental moderna no século XVII é justamente a de estabelecer “um princípio de limitação da arte de governar que já não lhe seja extrínseco, como era o direito no século XVII, [mas] que lhe será intrínseco” (FOUCAULT, 2010, p. 34). Esse princípio limitador não deve ser de direito, mas de *fato*, e o governo que ignora essa limitação deve ser considerado não ilegítimo, mas *inepto*, que “não faz aquilo que convém” (FOUCAULT, 2010, p. 35). Ou seja, avalia-se a ação governamental não em termos de legitimidade, mas sim por seus efeitos a partir de critérios de *utilidade*.

Assim, o governo liberal orienta sua atividade segundo um princípio interno de limitação. O critério que determina as fronteiras desse limite é, precisamente, o mercado. Esse aspecto marca uma mudança importante com relação à maneira pela qual o mercado era compreendido até os séculos XVI e XVII. Nesse contexto, o mercado era visto como um lugar de justiça. Foucault (2010, p. 58) apresenta diversas razões que sustentam essa interpretação, mas a principal delas é a de que o mercado deveria fixar os preços *justos*. Os preços no mercado cumpririam uma função de justiça, e o fariam levando em consideração as necessidades dos mercadores, bem como dos compradores. Nesse sentido, o mercado aparecia como um lugar de jurisdição. Já no século XVIII, o mercado deixa de ser visto essencialmente como local de justiça e é tomado por uma entidade natural, como algo que obedece a mecanismos espontâneos. Sendo natural, uma vez que o deixemos funcionar sem interferências, o mercado formará preços *verdadeiros*, e verdadeiros segundo critérios relativos ao funcionamento natural e espontâneo dos processos de mercado.

Se o mercado é “produtor de verdade”, então a razão governamental dispõe de um critério a partir do qual a ação do Estado pode ser limitada e avaliada. Portanto, a governamentalidade liberal tem o mercado como *lugar de veridificação*, cujas leis naturais de funcionamento o governo está obrigado a conhecer de modo a restringir sua ação aos limites determinados por essas mesmas leis.

[O] mercado deve ser revelador de algo que seja como uma verdade. Não que os preços sejam rigorosamente verdadeiros, que haja preços verdadeiros e preços falsos, não é isso. Mas o que se descobre nesse momento, simultaneamente na prática governamental e na reflexão dessa prática governamental, é que os preços, na medida em que estão em conformidade com os mecanismos naturais do mercado, vão constituir uma bitola de verdade que vai permitir distinguir nas práticas governamentais as que são correctas e as que são erróneas. Por outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir – quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que toma, as regras que impõe – falsificar e verificar a prática governamental. O mercado, na medida em que, através da troca, permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a procura, o valor, o preço, etc., constitui, nesse sentido, um lugar de verificação, ou seja, um lugar de verificação-falsificação para a prática governamental (FOUCAULT, 2010, p. 59-60).

A verdade produzida pelo mercado se expressa por meio do mecanismo de preços, e a “verdade” dos preços – o “preço verdadeiro”, a correspondência entre o valor e a sua expressão em termos de preços – somente pode vir à tona se o mercado for deixado por si mesmo, ou seja, se funcionar com o mínimo de intervenção possível. O mercado é, então, o primeiro ponto de sustentação da razão governamental liberal.

O segundo ponto de sustentação é o interesse. O interesse servirá de medida para determinar quando e onde a intervenção governamental será útil. Logo, essa nova razão governamental “funciona por interesse”, um interesse que não é, como na razão de Estado, o de um Estado preocupado somente com seu próprio crescimento, mas “os interesses, um jogo complexo entre interesses individuais e colectivos, a utilidade social e o lucro económico [...]”. O governo [...] é algo que manipula interesses” (FOUCAULT, 2010, p. 73). São os interesses que permitem ao governo “ter domínio sobre todas essas coisas” (FOUCAULT, 2010, p. 73), um domínio que é adquirido não pela ação direta sobre pessoas e coisas, mas pela ação indireta sobre os interesses. Desse modo, o objetivo a ser alcançado pela razão de governo liberal é a de fazer convergir os interesses individuais com o interesse da coletividade.

Liberalismo, segundo Foucault, é essa arte de governar que reflete sobre os limites da ação governamental segundo a verdade do mercado e segundo o princípio de utilidade. É o desdobramento de uma razão de governo que se coloca a questão de como não governar demais com base em critérios intrínsecos à própria atividade governamental.

Como, e quando, surge isto que podemos identificar com o neoliberalismo? Na leitura de Foucault, o surgimento do neoliberalismo se relaciona diretamente com a percepção de que a passagem para o século XX testemunhava uma “crise geral do dispositivo de governamentalidade” especificamente liberal (FOUCAULT, 2010, p. 100). Essa crise se manifesta na percepção de que o modo com o qual se evitou recair em formas de organização da sociedade que restringem a liberdade – a dizer, o nazifascismo e o socialismo – foi pela

introdução mecanismos de intervenção governamental – à maneira do keynesianismo – com o objetivo de produzir a liberdade ou de reagir às ameaças de supressão da liberdade. O neoliberalismo nasce de uma auto-reflexão interna ao liberalismo, colocada nos seguintes termos: o intervencionismo estatal voltado à manutenção de um regime de liberdade não representaria uma restrição de liberdade tanto quanto o socialismo e o nazifascismo, aquilo que o liberalismo quer a todo custo evitar? (FOUCAULT, 2010). Portanto, inserido na história das sucessivas crises do dispositivo liberal de governamentalidade, o neoliberalismo coloca no centro da reflexão sobre o governo o problema da intervenção estatal.

Foucault se volta particularmente a duas formas de neoliberalismo: o liberalismo alemão do pós-guerra ou ordoliberalismo e o neoliberalismo norte-americano⁸. Ele se dedica a investigar cada um deles em aulas diferentes, mas o que há de comum entre eles e que permite relacioná-los dentro de uma mesma problemática é a escolha de Keynes como adversário maior, a “repulsa” à economia planificada e ao intervencionismo de Estado e, por fim, todo um conjunto de teorias, obras e personagens comuns ligados à Escola Austríaca, sobretudo às figuras de Von Mises e Hayek (FOUCAULT, 2010). A seguir, apresentamos muito brevemente cada uma dessas vertentes, procurando realçar os pontos que mais importaram a Foucault dentro de uma análise da governamentalidade liberal.

O ordoliberalismo se refere a uma corrente teórica surgida na década de 1930 e compartilhada por economistas e juristas ligados à Escola de Freiburg, na Alemanha. Suas ideias tiveram importância decisiva especialmente a partir do período do pós-guerra, influenciando políticas aplicadas no contexto da Alemanha Ocidental e, mais tarde, da União Europeia (DARDOT; LAVAL, 2016). Seus autores principais são Wilhelm Röpke, Walter Eucken, Franz Böhm, Alexander Rüstow, Alfred Müller-Armack, entre outros (LEMKE, 2001; DARDOT; LAVAL, 2016).

Ainda que os ordoliberais estejam amplamente de acordo na rejeição de uma ilusão naturalista do mercado e da concorrência associada ao liberalismo clássico, há diferenças importantes entre as propostas desses autores. Recorremos à classificação sugerida por Dardot e Laval (2016), para quem os ordoliberais podem ser esquematicamente divididos em dois grupos: o dos economistas e juristas da Escola de Freiburg (Eucken e Böhm) e o dos idealizadores de um liberalismo de inspiração “sociológica” (Müller-Armack, Röpke e von

⁸ No curso sobre o *Nascimento da Biopolítica*, Foucault menciona apenas pontualmente o neoliberalismo da Escola Austríaca e seu principal representante, Friedrich Hayek, porém não chega a tratá-lo como uma vertente que mereça uma análise independente tal como fez com o ordoliberalismo e o neoliberalismo norte-americano. Dardot e Laval suprem essa lacuna em *A nova razão do mundo* (2016, p. 133-185).

Rüstow). Para os primeiros, o “fundamento da economia de mercado e objeto da constituição econômica” é o *quadro jurídico-político*; para os segundos, a ênfase recai mais no *quadro social* sobre o qual se desenvolve a atividade econômica.

Em poucas palavras, enquanto o primeiro grupo dá prioridade ao crescimento econômico, que supostamente traz em si mesmo o progresso social, o segundo é muito mais atento aos efeitos da desintegração social do processo do mercado e, conseqüentemente, atribui ao Estado a tarefa de instaurar um “meio social” (*soziale Umwelt*) próprio para reintegrar os indivíduos nas comunidades. O primeiro grupo enuncia os princípios de uma “política econômica” (*Wirtschaftspolitik*); o segundo tenta elaborar uma verdadeira “política de sociedade” (*Gesellschaftspolitik*) (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 106).

O ordoliberalismo defende uma concepção anti-naturalista do mercado e da concorrência. Em vez de ver o mercado como uma entidade natural autorregulada que deve ser mantida livre de interferências, os ordoliberais assumem que, na verdade, o mercado só tem como funcionar adequadamente se uma série de condições estiver garantida, condições que somente podem ser introduzidas por meio de intervenções de natureza específica.

Contra uma visão liberal ingênua segundo a qual a sociedade se adaptaria espontaneamente à ordem de mercado, o ordoliberalismo reivindica aquilo que chama de uma política de sociedade [*Gesellschaftspolitik*]: “Uma *Gesellschaftspolitik* era então uma *Gesellschaftspolitik* orientada para a constituição de um mercado” (FOUCAULT, 2010, p. 304). A política de sociedade (e não “política social”) tem por objeto e alvo da ação governamental a própria sociedade. Na visão dos ordoliberais, particularmente a de Röpke, é preciso avaliar quais são as *condições sociais* necessárias para a manutenção da concorrência de mercado e deve-se intervir *na* sociedade a fim de obtê-las.

O salto de uma economia naturalista para uma economia institucionalizada representa uma estratégia teórica fundamental para essa vertente do liberalismo. Tal estratégia permite defender que as conseqüências negativas atribuídas ao capitalismo e tidas como “inevitáveis” são, na verdade, resultados de uma configuração histórico-institucional particular que poderia ser completamente outra. Não por acaso, o ordoliberalismo vê na experiência do nazismo o resultado não de disfuncionalidades do capitalismo, e sim de uma falta de liberalismo. Sua leitura é pautada na rejeição da oposição “ou capitalismo ou socialismo” e, em seu lugar, a defesa da oposição “ou liberalismo ou intervencionismo”, um intervencionismo de tipo específico que colocaria em xeque as liberdades dos indivíduos. Assim, “os ordoliberais tentam mostrar que não existe apenas um capitalismo com a sua lógica, seus impasses e suas

contradições, mas uma entidade econômico-institucional que é historicamente aberta e que pode ser alterada politicamente” (LEMKE, 2001, p. 195).

Em segundo lugar, uma vez que o construtivismo de mercado admite que as disfuncionalidades da economia não lhe são intrínsecas, o ordoliberalismo desloca a fonte do problema da economia de mercado para a sociedade, e postula os tipos de ação estatal específicos que devem corrigi-las:

De facto, se existe intervencionismo social, permanente e multiforme, não é contra a economia de mercado ou ao arrepio da economia de mercado, mas, pelo contrário, é a título de condição histórica e social de possibilidade para uma economia de mercado, a título de condição para o funcionamento do mecanismo formal da concorrência, para que, por conseguinte, a regulação que o mercado concorrencial deve assegurar possa fazer-se correctamente e não se produzam os efeitos sociais negativos devidos à ausência de concorrência. A *Gesellschaftspolitik* deve então anular não os efeitos anti-sociais da concorrência, mas sim os mecanismos anticoncorrenciais que possam ser suscitados pela sociedade ou que possam nascer na sociedade (FOUCAULT, 2010, p. 210).

Para os ordoliberais, o jogo econômico serve como um regulador geral da sociedade, e serve de parâmetro para pedir o objeto e o alcance das intervenções que o Estado deve empreender na própria sociedade.

O primeiro ponto a destacar é este: a intervenção governamental – e os neoliberais disseram-no sempre – não é menos densa, menos frequente, menos activa, menos contínua do que noutro sistema. Mas o importante consiste em ver qual é agora o ponto de aplicação dessas intervenções governamentais. O governo – é algo que se percebe, pois estamos num regime liberal – não deve intervir nos efeitos do mercado. Também não deve – e é isto que distingue o neoliberalismo das políticas de bem-estar ou das que conhecemos [dos anos 20 aos anos 60] –, o neoliberalismo, o governo liberal não tem de corrigir os efeitos destrutivos do mercado sobre a sociedade. Não tem de constituir, de certa forma, um contraponto ou uma barreira entre a sociedade e os processos económicos. Deve intervir na própria sociedade, no seu tecido e na sua espessura. Deve intervir – e é nisto que a sua intervenção vai permitir aquilo que é o seu objectivo, ou seja, a constituição de um regulador de mercado geral sobre a sociedade – nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, em cada momento e em cada ponto da espessura social, possam desempenhar o papel de reguladores. Será então um governo não económico, mas como aquele com que sonhavam os fisiocratas, ou seja, o governo só tem de reconhecer e observar as leis económicas; não é um governo económico, mas sim um governo de sociedade (FOUCAULT, 2010, p. 190).

Duas maneiras pelas quais a economia de mercado serve de regulador da sociedade são a generalização da *forma empresa* a toda a extensão do tecido social e a redefinição da forma e das instituições jurídicas. No primeiro caso, o objetivo é o de produzir e oferecer um modelo para as relações sociais pautado no princípio da concorrência de mercado. Fazer uma política de sociedade significa “generalizar efectivamente a forma «empresa» no interior do corpo ou

do tecido social; [...] significa retomar esse tecido social e fazer com que possa repartir-se, dividir-se, multiplicar-se não segundo o grão dos indivíduos, mas segundo o grão da empresa” (FOUCAULT, 2010, p. 305). No segundo, tem-se como pressuposto fundamental a ideia de que o direito não pertenceria a uma “superestrutura” que corresponde a, e depende de, uma infraestrutura econômica. Para os ordoliberais, “o económico deve ser desde logo compreendido como um conjunto de actividades reguladas. [...] esses processos económicos só existem realmente na história na medida em que um quadro institucional e regras positivas lhe deem as suas condições de possibilidade” (FOUCAULT, 2010, p. 213). Consequentemente, o capitalismo pode ser reinventado, transformado, através não de uma intervenção sobre os mecanismos de mercado, em si mesmo reguladores, mas sim por intervenção político-jurídica: “faça-se de modo a que as instituições sejam tais que essas leis do mercado, e só elas, constituam o princípio da regulação económica geral e, por consequência, o princípio da regulação social” (FOUCAULT, 2010, p. 217). Aquilo que os ordoliberais chamam de “ordem econômica” [*Wirtschaftsordnung*] pode ser legitimamente alcançado através da aplicação da economia ao Estado de direito [*Rechtsstaat*]. Isso significa que “só poderá haver intervenções legais do Estado na ordem económica se essas intervenções assumirem a forma, e apenas a forma, da introdução de princípios formais” (FOUCAULT, 2010, p. 221). Formal, aqui, tem o sentido de medidas de caráter geral, restritas a regulamentar ações, e que não se comprometem com uma finalidade (um “plano”) previamente estabelecida.

A segunda vertente do neoliberalismo estudada por Foucault é o neoliberalismo norte-americano. O traço mais significativo dessa abordagem consiste na sua intenção de expandir a “grelha econômica”, a dizer, os instrumentos analíticos e critérios próprios do campo da economia a todas as esferas da vida social. Se o ordoliberalismo desenvolve a sua defesa ainda com base numa distinção prévia entre o campo social e o campo econômico, este último servindo de modelo para aquele, o neoliberalismo americano visa apagar a linha divisória entre o social e o econômico. Em outras palavras, “os neoliberais americanos tentam redefinir a esfera social como uma forma de domínio econômico” (LEMKE, 2001, p. 197). Como consequência, a própria ciência econômica deixa de ser um estudo sobre processos e passa a ser o estudo de uma atividade: a ação individual, sua racionalidade interna a partir do pressuposto de uma lógica calculadora e utilitária.

Esse deslocamento é representado de maneira exemplar pela teoria do capital humano de Gary Becker. Essa teoria ilustra dois processos, a saber, o “avanço da análise económica num domínio até então inexplorado” e a “possibilidade de reinterpretar em termos económicos, e em termos estritamente económicos, todo um domínio que, até então, podia ser considerado,

e era de facto considerado, não económico” (FOUCAULT, 2010, p. 279). Com isso, o neoliberalismo americano opera uma virada metodológica – e epistemológica – que privilegia a ação econômica como o modelo de toda e qualquer ação humana, seja ou não uma ação classificada como própria da esfera econômica. Desse modo, toda ação humana passa a ser interpretada como uma escolha entre fins concorrentes para empregar certos recursos escassos. No caso da teoria do capital humano, essas escolhas são feitas tendo-se em vista a autovalorização do sujeito, o aumento do seu “capital”.

Desse modo, a generalização do campo econômico sobre qualquer domínio social implica em analisar toda e qualquer forma de ação segundo categorias econômicas. Ações e comportamentos são interpretados segundo critérios inteira e exclusivamente econômicos. Mas, a transposição da grelha econômica para a totalidade dos comportamentos também desempenha uma outra função: ela “possibilita uma avaliação crítica das práticas governamentais por meio de conceitos de mercado” (LEMKE, 2001, p. 198).

O neoliberalismo do século XX, em ambas as vertentes do ordoliberalismo e do neoliberalismo norte-americano, assim, efetuam deslocamentos importantes em relação ao liberalismo clássico.

E é aí que penso que se pode situar aquilo que há de importante e decisivo no neoliberalismo actual. Pois não nos iludamos, o neoliberalismo actual não é de todo, como se lê muitas vezes, o ressurgimento, da recorrência de velhas formas de economia liberal, formuladas nos séculos XVIII e XIX, e que o capitalismo agora reactivaria [...]. De facto, o que está em causa neste neoliberalismo actual, quer se considere a fórmula alemã que evoco agora ou a forma americana do anarco-liberalismo, é algo muito mais importante. O que se trata é de saber se, efectivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado [...]. Não se trata simplesmente de dar liberdade à economia. Trata-se de saber até que ponto se vão poder estender os poderes de informação políticos e sociais da economia de mercado (FOUCAULT, 2010, p. 155-156).

Abrir caminho para modelar a sociedade com base na economia de mercado exige efetuar uma série de deslocamentos em relação ao modelo do liberalismo clássico. O primeiro deslocamento consiste na “dissociação entre a economia de mercado, o princípio econômico do mercado, e o princípio político do *laissez-faire*” (FOUCAULT, 2010, p. 175). Uma das ideias compartilhadas pelos participantes do Colóquio Walter Lippmann era justamente a de que uma das principais causas para a crise do liberalismo foi a crença dogmática no mercado como entidade natural e autorregulada. Na visão do liberalismo clássico, o Estado deve abster-se de intervir sobre os mecanismos naturais das relações mercantis. Sua função deve ser somente a de, por meio da ameaça de coerção, garantir que os direitos do indivíduo sejam respeitados e que os contratos sejam cumpridos. Contudo, o que esses teóricos constatam na prática é que,

para resolver as crises que o capitalismo produz sistematicamente, é preciso intervir cada vez mais sobre os mecanismos de mercado e destinar ao governo um papel cada vez mais preponderante. Conseqüentemente, a realidade concreta das práticas econômicas se torna cada vez mais destoante de como a descrevem as teorias liberais, e o liberalismo, enquanto não renunciar a algumas de suas ideias principais, cada vez mais perde o seu potencial enquanto descrição e norma da economia e do poder estatal.

Um liberal pode reagir a essa situação de duas maneiras: ou opondo-se dogmaticamente às práticas intervencionistas e mantendo-se fiel ao princípio do *laissez-faire*, ou reformulando a própria doutrina. Esta última foi a posição assumida pelos neoliberais. Do seu ponto de vista, renovar o liberalismo para os novos tempos colocava-se como uma tarefa urgente, principalmente em razão da ascensão de regimes que colocariam em risco a liberdade individual.

A estratégia empreendida por Rougier, Lippmann e outros autores foi a de desfazer o vínculo entre liberalismo e *laissez-faire*. Aquela consiste em incorporar o intervencionismo, mas não qualquer tipo de intervencionismo: um intervencionismo liberal, de tipo jurídico, cujo propósito é o de criar ativamente as condições nas quais os indivíduos possam participar do jogo da concorrência de mercado. Para os neoliberais, a questão passa a ser não mais se o Estado deve ou não intervir, e sim qual deve ser a *natureza* da intervenção estatal⁹. Como observa Foucault,

creio que neste problema da natureza das intervenções temos um ponto a partir do qual se pode abordar aquilo que há de específico na política neoliberal. De forma sucinta, o problema do liberalismo do século XVIII e inícios do século XIX, era [...] fazer a distinção entre as acções que havia a fazer e as acções que não se devia fazer, entre os domínios em que se podia intervir e os domínios em que não se podia intervir. Era a distinção entre *agenda/non-agenda*. Posição ingênua aos olhos dos neoliberais, cujo problema não é saber se existem coisas em que não se pode mexer e outras em que se tem o direito de mexer. O problema consiste em saber como mexer nelas (FOUCAULT, 2010, p. 177).

Aqui reside a virada neoliberal no modo de abordar a questão do intervencionismo. Em vez de deduzir princípios de limitação para a ação estatal a partir do funcionamento natural e

⁹ Em *The Constitution of Liberty*, Hayek sublinha precisamente este ponto: “In other words, it is the character rather than the volume of government activity that is important. A functioning market economy presupposes certain activities on the part of the state; there are some other such activities by which its functioning will be assisted; and it can tolerate many more, provided that they are of the kind which is compatible with a functioning market. But there are those which run counter to the very principle on which a free system rests and which must therefore be altogether excluded if such a system is to work. In consequence, a government that is comparatively inactive but does the wrong things may do much more to cripple the forces of a market economy than one that is more concerned with economic affairs but confines itself to actions which assist the spontaneous forces of the economy” (HAYEK, 2011, p. 331).

autorregulado da ordem mercantil, reconhece-se que as condições que possibilitam esse funcionamento precisam ser construídas e reforçadas continuamente: “A novidade do neoliberalismo ‘reinventado’ reside no fato de se poder pensar a ordem de mercado como uma ordem construída, portanto, ter condições de estabelecer um verdadeiro programa político (uma ‘agenda’) visando a seu estabelecimento e sua conservação permanente” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 82). O agente de construção e manutenção das condições de funcionamento do mercado será precisamente o Estado. Por isso, um dos traços mais evidentes da política neoliberal é, contra o naturalismo, o *construtivismo de mercado*. Esse caráter construtivista consiste na sua afirmação de que “o mercado apresenta-se não como um dado natural, mas como uma realidade construída que, como tal, requer a intervenção ativa do Estado, assim como a instauração de um sistema de direito específico” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 377).

O segundo deslocamento consiste em tornar a concorrência o princípio regulador das relações sociais: “A sociedade regulada pelo mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias, antes os mecanismos da concorrência” (FOUCAULT, 2010, p. 191). O princípio da concorrência ocupa lugar de extrema relevância particularmente no pensamento do ordoliberalismo alemão.

A superioridade da economia de mercado deve-se [...] ao fato de que ela é a única forma suscetível de superar a escassez de bens [...] e, ao mesmo tempo, deixar os indivíduos livres para conduzir a própria vida como bem entenderem [...]. O princípio que se encontra no cerne dessa ordem econômica não é outro senão o princípio da concorrência, e é precisamente por isso que essa ordem é superior a todas as outras. [...] essa promoção do princípio da concorrência acaba introduzindo um deslocamento importante com relação ao liberalismo clássico, na medida em que o mercado não é mais definido pela *troca*, mas pela *concorrência*. Se a troca funciona pela equivalência, a concorrência implica desigualdade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 111).

No entanto, a concorrência não atua somente como forma e princípio constitutivo das relações econômicas. Ela possui uma dimensão *moral*, pois tem o condão de formatar os sujeitos para que se tornem seres morais responsáveis por suas próprias ações.

Em matéria de relação social, a concorrência é *norma*. [...] Não há liberdade sem concorrência, não há concorrência sem liberdade. A concorrência é o modo de relação interindividual mais conforme com a eficácia econômica e, ao mesmo tempo, mais conforme com as exigências morais que se podem esperar do homem, na medida em que ela permite que ele se afirme como ser autônomo, livre e responsável por seus atos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 123).

A interiorização da norma de concorrência pelos sujeitos nada mais é do que a interiorização de uma subjetividade pautada pelo modelo da empresa: “É esta multiplicação da forma «empresa» no interior do corpo social que constitui, a meu ver, a questão política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa aquilo a que se poderia chamar o poder formador da sociedade” (FOUCAULT, 2010, p. 193). A empresa se torna o modelo de subjetivação tanto do Estado – o qual se torna o agente produtor da concorrência e de sua implementação – quanto dos indivíduos em sua relação consigo mesmos. Vamos nos dedicar a cada um desses pontos.

Do ponto de vista ideológico, o discurso neoliberal promove uma verdadeira “cruzada” contra o Estado, apontando os seus vícios, em especial a sua ineficiência e alto custo, em contraposição às virtudes do mercado, supostamente o único meio realmente capaz de prover recursos com eficiência. A “solução” neoliberal para os defeitos inevitáveis da ação do Estado é submetê-lo aos mesmos imperativos de concorrência global aos quais estão submetidos os agentes econômicos. Disso resulta a imposição de valores, práticas e funcionamento empresariais no cerne da ação pública, a qual conduz à instituição de uma nova prática de governo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 274). O objetivo do neoliberalismo não consiste, portanto, em restringir a ação do Estado. Seu propósito é o de modificá-lo completamente “por dentro”, fazendo com que o Estado se torne o guardião das normas da concorrência e do quadro normativo que viabiliza a propriedade privada e o empreendedorismo. A legitimidade da intervenção estatal se fundamenta no reforço das regras de concorrência e no quanto o próprio Estado se compromete com os padrões de eficácia e *accountability*. Assim, o Estado se transforma numa “empresa a serviço das empresas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 288). Nesse sentido,

A forma geral do mercado torna-se um instrumento, uma ferramenta de discriminação no debate com a administração. Por outras palavras, no liberalismo clássico, exigia-se ao governo que respeitasse a forma do mercado e que deixasse fazer [*laissez faire*]. Agora, transforma-se o deixar-fazer [*laissez-faire*] num não deixar o governo fazer [*ne-pas-laisser faire le gouvernement*] em nome de uma lei do mercado que vai permitir aferir e avaliar todas as suas actividades. O *laissez-faire* transforma-se e o mercado deixa de ser um princípio de autolimitação do governo; é um princípio que é voltado contra o governo. É uma espécie de tribunal económico permanente face ao governo (FOUCAULT, 2010, p. 311-312).

A incorporação da gramática empresarial na condução dos assuntos de governo também tem por consequência a não diferenciação dos campos de ação nos quais o Estado pode atuar para resolver problemas e propor soluções. A mesma gramática empresarial é empregada para avaliar questões referentes às mais diferentes esferas, seja de educação, saúde, segurança

pública, atividade judicial, entre outros. Se antes o modo de funcionamento interno de cada uma dessas esferas era relativamente autônomo e obedecia a uma lógica própria, a gestão neoliberal organiza todas elas com base em cálculos de eficiência.

Os métodos e modos de atuação empresariais se apresentam como “técnicos” e ideologicamente neutros, comprometidos somente com um certo ideal de modernização e eficácia. Consequência disso é a naturalização dessa racionalidade, convertida em realidade inescapável cujos fundamentos não são questionados, independentemente do lado do espectro político com que se identificam os agentes públicos. Nesse aspecto, a direita conservadora e a “nova esquerda” não são diferentes. Tanto à direita quanto à esquerda, o horizonte da ação pública está circunscrito a um quadro normativo global que visa criar as condições para a concorrência entre os agentes econômicos. Desse modo, a razão neoliberal se liberta de determinações político-ideológicas e consegue se impor como única lógica possível e aceitável: “O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria *razão*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242).

Pierre Dardot e Christian Laval em *A nova razão do mundo* (2010) desenvolvem a tese segundo a qual, atualmente, o neoliberalismo reverteu-se em uma razão-mundo, uma racionalidade abrangente que impõe sua normatividade a todas as esferas da vida social.

[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo* [...] [e] pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Talvez a contribuição mais significativa de Dardot e Laval para o estudo da governamentalidade neoliberal seja o de mostrar os efeitos de seus dispositivos sobre a *subjetividade* dos indivíduos. O capitalismo, na transição para a fase neoliberal “se reorganizou sobre novas bases, cuja mola é a instauração da concorrência generalizada, *inclusive na esfera da subjetividade*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 202, grifos nossos). A racionalidade neoliberal altera não apenas a relação entre indivíduos ou entre indivíduo e Estado, mas também a relação dos indivíduos *consigo mesmos*. Ela transforma profundamente as subjetividades ao formatá-las de acordo com o modelo da empresa: “o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326).

O neoliberalismo, na leitura de Foucault, efetua um retorno ao *homo œconomicus*. Porém, com uma diferença fundamental. Se no liberalismo clássico o *homo œconomicus* era o sujeito da troca, no neoliberalismo o *homo œconomicus* é “um empresário, e um empresário de si mesmo. [...] sendo ele mesmo o seu próprio capital, sendo para si mesmo o seu próprio produtor, sendo para si mesmo a forma dos seus rendimentos” (FOUCAULT, 2010, p. 286). Ser empresário de si é a consequência da aplicação da grelha econômica para todos os campos de ação humana. Significa ver-se constantemente na função de escolher e, entre as alternativas disponíveis, optar por aquelas que aumentarão o seu valor e a sua satisfação. Assim como uma empresa, o indivíduo orienta sua ação de modo a valorizar-se cada vez mais.

o *homo œconomicus*, ou seja, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, aparece justamente como aquilo que é manipulável, aquele que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que se introduzem artificialmente no meio. O *homo œconomicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo œconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio (FOUCAULT, 2010, p. 335).

É partindo da constatação do seu caráter manipulável que Foucault (2010) enuncia o paradoxo do *homo œconomicus* em sua relação com a governamentalidade liberal: se, por um lado, o liberalismo concebe a figura do *homo œconomicus* como intangível, como um “átomo de liberdade” que se deve “deixar fazer”, por outro, ele seria justamente a subjetividade que se permitiria governar segundo o princípio da economia. Assim, o discurso do *homo œconomicus* corresponde ao sujeito o qual se permite manipular conforme a racionalidade governamental do liberalismo, a dizer, conduzir sua conduta através do governo pela liberdade.

A homogeneização do discurso empresarial e a emergência do sujeito neoliberal são elementos da racionalidade na qual estamos atualmente implicados. Esse novo sujeito caracteriza-se pelo “envolvimento total de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Os objetivos a serem alcançados pelo indivíduo em sua atividade, em seu trabalho, passam a ser vistos como seus próprios objetivos, desintegrando a distinção entre indivíduo e empresa e eliminando “qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Aqui, o sujeito não é simplesmente disciplinado para agir conforme o imperativo da autovalorização e da concorrência. Ele mesmo toma como seu o desejo de se dedicar ao empreendimento. Desse modo, “o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). Governar os sujeitos no neoliberalismo implica sobretudo em fazer

com que a inclinação para se orientar como uma empresa e concorrer com outros empresários de si desponte no sujeito neoliberal como seu próprio desejo.

Assim como uma empresa, o sujeito neoliberal se expõe constantemente a riscos. O discurso neoliberal da normalização dos riscos é o contraponto de uma sociedade na qual há cada vez mais insegurança quanto às condições de reprodução social. Em vez de reconhecer as causas sociais da desigualdade, o empresário de si mesmo emprega o vocabulário do sucesso e do fracasso individual para interpretar sua própria situação. É um sujeito inteiramente responsável por si mesmo, o único que deve produzir seus próprios recursos a fim de continuar participando do jogo da concorrência.

A governamentalidade neoliberal, através da ação sobre o meio e produzindo ativamente as condições que sustentam o funcionamento do mercado, incita os sujeitos a se comportarem como empresas, concorrendo entre si e cuja medida de sucesso se baseia na sobrevivência do mais forte e no fracasso dos mais fracos. E, ao fazê-lo, os próprios sujeitos tornam-se agentes produtores e reprodutores dessas mesmas condições. Dito de outro modo, no neoliberalismo encontram-se vinculados a maneira como os sujeitos são governados e como eles mesmos se auto-governam (DARDOT; LAVAL, 2016). A razão neoliberal cria uma correspondência, ou uma sustentação recíproca, entre condições objetivas – aprofundamento da desigualdade, da precarização e o dismantelamento das formas institucionais de solidariedade social – e condições subjetivas – individualismo extremo, autorresponsabilização e independência. Como apontam os autores, “a grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e mais perenes” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 329).

3 NEOLIBERALISMO E HEGEMONIA

3.1 NEOLIBERALISMO COMO DOCTRINA SISTÊMICA

Pinzani (2016b; 2019; 2023) argumenta que o apoio, muitas vezes entusiástico, das políticas neoliberais por eleitores de diversas partes do mundo, mesmo quando esses mesmos eleitores pertencem a grupos diretamente prejudicados pelo desmantelamento das políticas de bem-estar e pelo recuo dos direitos sociais, se deu graças ao *conteúdo ético* que subjaz ao neoliberalismo. Para o autor, o neoliberalismo carrega consigo uma noção específica de *vida boa*, constituída por premissas muito simples, e que se mostra muito atraente para a grande maioria dos indivíduos. O conteúdo dessa ética e as razões pelas quais os indivíduos abraçam suas ideias nós avaliaremos adiante neste tópico. Antes, devemos reorientar o nosso olhar e entender o neoliberalismo como uma *doutrina pervasiva* (PINZANI, 2019) ou *sistêmica* (PINZANI, 2022; 2023a). Apresentaremos o conceito de doutrina sistêmica para, em seguida, caracterizar o neoliberalismo como uma doutrina sistêmica e apontar para o seu conteúdo ético específico. Partindo dessa abordagem, poderemos esclarecer por que o neoliberalismo, apesar do seu fracasso em resolver os problemas econômicos que se propôs a solucionar e das consequências devastadoras para as relações sociais, as subjetividades e o meio ambiente, consegue manter o apoio da população e segue reformando o mundo à sua imagem.

Pinzani (2023a, p. 4) assim define doutrina sistêmica:

Ao utilizar o termo “doutrina sistêmica”, indico, primeiramente, um conjunto de crenças que buscam explicar a realidade, bem como os valores baseados nessas crenças. Em segundo lugar, esse complexo de crenças e valores deve ser coerente o bastante para ser mobilizado para descrever e explicar potencialmente todos os aspectos da vida humana (nossa relação com a natureza, com a sociedade, com outros seres humanos e, às vezes, uma dimensão preternatural, transcendente). Finalmente, ela oferece a base para um sistema de normas e práticas sociais que buscam formar ou reformar a vida humana de acordo com as crenças e valores acima mencionados (e. g., inspirando políticas estatais).

O caráter “sistêmico” dessa doutrina reside justamente no fato de que “sua lógica se aplica potencialmente a todas as dimensões da vida humana, não deixando espaço para explicações ou valores alternativos” (PINZANI, 2022, p. 15). O termo “sistêmico” serve também para indicar o papel essencial que as doutrinas sistêmicas desempenham em “estabelecer e manter os mecanismos para a opressão sistêmica” (PINZANI, 2022, p. 16).

O termo “doutrina” sugere que as crenças e valores que constituem uma doutrina sistêmica são sinceramente defendidas por aqueles que acreditam neles: diferentemente do que

pode sugerir um termo como “ideologia”, essas crenças e valores são mobilizados não como meios de “disfarçar” a realidade em prol dos interesses de uma determinada classe ou grupo, mas aparecem como fundamentos de legitimidade desses interesses (PINZANI, 2022). Além disso, como aponta a definição exposta acima, uma doutrina sistêmica não esgota a sua essência nesse caráter meramente ideal ou discursivo. Ela é também *prática*, uma vez que as crenças operam como meios de orientação das *ações* dos indivíduos e da *transformação* da realidade segundo seus próprios valores, desde seus aspectos mais objetivos (instituições e relações sociais) até os mais subjetivos (a relação que o indivíduo tem consigo mesmo).

Doutrinas sistêmicas moldam o mundo, mas também são moldadas pelo mundo que elas mesmas ajudaram a criar. Nesse sentido, são extremamente plásticas: elas se modificam e se adaptam de acordo com as transformações que elas mesmas contribuíram para provocar (PINZANI, 2019). Além disso, numa sociedade pode existir mais de uma doutrina sistêmica. A convivência entre elas pode ser pacífica ou provocar conflitos internos a essa sociedade. É característico das doutrinas sistêmicas a tendência a eliminar, ou absorver e compatibilizar, doutrinas rivais que, eventualmente, venham reivindicar a posição de dominância. Entretanto, ainda que admitamos que doutrinas sistêmicas não sejam absolutamente totalizantes¹⁰ e que sempre haverá quem conteste seus pressupostos supostamente auto-evidentes, após períodos de instabilidade social e política, dos escombros dessa sociedade emergirá uma nova *doutrina sistêmica dominante*.

A doutrina sistêmica dominante (em sua variante pura ou híbrida) permeia e molda a estrutura básica da sociedade, suas instituições principais [...] e, é claro, o estilo de vida de seus membros. À medida que influencia a distribuição legítima de poder social, econômico, político, religioso e epistêmico [...] entre grupos, ela própria também exerce poder. Seu caráter impessoal torna difícil atribuir a uma tal doutrina a responsabilidade pelo dano e sofrimento que ela provoca. Ao contrário, ela promove a naturalização e racionalização desses fenômenos negativos, que aparecem para os membros daquela sociedade como consequências inevitáveis de “como as coisas são” ou mesmo de “como as coisas sempre foram” (PINZANI, 2022, p. 17).

É justamente por isso que se faz necessário – apesar de não suficiente – resgatar a história das ideias que sustentam o neoliberalismo como doutrina sistêmica. Talvez o principal objetivo da exposição, neste trabalho, do contexto social no qual o neoliberalismo fincou suas raízes e dos pressupostos implícitos em sua visão de mundo seja o de evidenciar seu caráter de construção não-essencial e de hegemonia. Trata-se, portanto, de *desnaturalizá-lo*.

¹⁰ Devemos entender por “totalizante” a sua pretensão de explicar *todos* os aspectos da realidade, sem descartar o seu caráter plástico e dinâmico. Que uma doutrina sistêmica seja totalizante não significa que ela não tenha rachaduras, contradições que forcem a mudanças ou, eventualmente, ao seu abandono.

Tornar realidade um mundo de desregulamentação da economia, de privatização dos serviços públicos, de precarização do trabalho e de cortes nos benefícios sociais “teria sido impossível se o neoliberalismo, como uma doutrina pervasiva [sistêmica], não tivesse conseguido conquistar as mentes de uma vasta maioria de pessoas” (PINZANI, 2019, p. 4). Dito de outro modo, não há nada de “natural” no modo como a realidade econômica, política e social se desenvolveu segundo os ideais neoliberais. Demorou anos para que as ideias neoliberais, que começaram a ser desenvolvidas em torno dos anos 1930, se tornassem senso comum, e foi somente quando os discursos diretamente inspirados por ideais neoliberais se tornaram capazes de ressoar com ideias nas quais as pessoas já acreditavam e defendiam é que políticas inspiradas por esses mesmos ideais puderam ser implementadas com apoio considerável da população. Assim, os indivíduos defendem este mundo formado pelas ideias neoliberais e resistem à sua transformação precisamente porque, a seu ver, ele está de acordo com as crenças e valores *que eles consideram verdadeiros* – ou os *únicos possíveis* – e contra os quais qualquer visão de mundo ou valor é falso ou menos importante.

Como isso se deu? Ora, doutrinas sistêmicas surgem em situações de crise para explicar e resolver problemas. Seu sucesso, medido em termos de “aceitação” entre os indivíduos, depende da sua capacidade de efetivamente oferecer soluções para esses problemas. Como doutrina sistêmica, o neoliberalismo surge como um discurso que pretende explicar as contradições do capitalismo de bem-estar social e, ao mesmo tempo, oferecer uma alternativa a esse modo específico de organização da sociedade.

Pinzani observa que criticar o neoliberalismo enquanto doutrina sistêmica não é o mesmo que fazer crítica da ideologia. Uma ideologia¹¹ busca apresentar a realidade através de uma versão falsa e distorcida dela mesma, dando-lhe ares de naturalidade e ocultando os interesses da classe dominante a que servem e as relações de opressão que nela estão presentes e que ensejariam a sua transformação. Doutrinas sistêmicas, em vez disso, buscam *explicar* a realidade: “Tais explicações são de boa-fé, e as pessoas acreditam sinceramente nelas, ainda que haja indivíduos que manipulam cinicamente outras pessoas em aceitar doutrinas que servem os seus interesses” (PINZANI, 2019, p. 4). No caso da ideologia, há uma relação

¹¹ Atribuímos ao termo “ideologia” aqui o sentido de “falsa consciência” tal como expressa na célebre passagem d’*A Ideologia Alemã*: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

necessariamente de falsidade entre a representação do mundo e o mundo como ele é efetivamente, pois, no capitalismo, a ideologia funciona como o verniz de legitimidade que distorce a natureza das relações de classe e oculta o interesse da classe dominante na exploração da classe subalterna. Nem sempre esse é o caso da doutrina sistêmica; não é necessário que uma doutrina sistêmica seja a representação do mundo que melhor sirva aos interesses de uma classe dominante. No entanto, como nosso propósito é o de apresentar o neoliberalismo enquanto doutrina sistêmica, devemos deixar claro que *essa* doutrina sistêmica em particular é, também, *ideológica* no sentido esboçado acima.

Além disso, ideologias devem ser criticadas em razão de sua inadequação à realidade; doutrinas pervasivas, por sua vez, devem ser criticadas “em razão do sofrimento que elas produzem” (PINZANI, 2019, p. 5).

Quando confrontadas com um tal sofrimento, doutrinas sistêmicas o negam completamente ou o racionalizam. De sua parte, os mecanismos que levam a essas diferentes estratégias para lidar com o sofrimento provocam ou intensificam o próprio sofrimento, criando um círculo vicioso que explica por que e como sociedades que causam sofrimento em seus membros permanecem, apesar disso, estáveis e incapazes de eliminar o sofrimento mesmo quando ele parece evidente (PINZANI, 2022, p. 19).

Mas o neoliberalismo também não é *meramente* falso. Ele *possui uma face verdadeira* na medida em que descreve a realidade *do modo como os indivíduos reais a experimentam*, uma realidade que seus idealizadores e executores esforçaram-se por décadas para tornar efetiva e que, agora, apresentam como a única possível. A relação complexa entre realidade e falsidade no neoliberalismo para a qual chamamos a atenção é ilustrada na seguinte observação de Nunes (2022, p. 117):

A repetição da ideia de que grupos desprivilegiados existem em concorrência direta entre si, os ganhos de uns só podendo se dar à custa dos outros, confere ares de evidência a esse discurso falacioso. Mas não estamos aí simplesmente diante de uma “mentira contada mil vezes” até se tornar verdade. Num mundo em que é impossível imaginar condições econômicas diferentes das existentes, em que o fracasso é responsabilidade exclusivamente pessoal, e os ganhos dos mais ricos (“geradores de empregos”) são considerados intocáveis, a base da pirâmide social *realmente* se encontra envolvida numa luta de todos contra todos na maior parte do tempo.

Se, por um lado, a representação da sociedade como um amontoado de indivíduos atomizados em concorrência uns com os outros, onde cada um é responsável por si mesmo e a gritante desigualdade é consequência do sucesso de poucos, é *falsa* porque a apresenta como “natural”, imutável, e oculta os mecanismos e interesses que a constroem segundo esse modelo, por outro lado, é *verdadeira* porque circunscreve o horizonte do possível dentro de limites tais

que a sociedade aparece como não podendo ser diferente do modo como o neoliberalismo a representa.

É por esse motivo que o conceito de doutrina sistêmica nos parece útil para explicar o neoliberalismo. Ele joga luz sobre o aspecto “subjetivo”, ideal – ideológico, se quisermos, no sentido esboçado acima – menos que sobre o aspecto “objetivo”, estrutural, do neoliberalismo. Porém, ela o faz sem negligenciar o quanto as práticas são reforçadas por e, ao mesmo tempo, reforçam as ideias neoliberais. A doutrina sistêmica neoliberal carrega um *discurso* sobre como a realidade é em sua totalidade e um conjunto de *práticas* que constroem a totalidade do real e são construídas por ela. Além disso, o conceito de doutrina sistêmica é essencialmente dinâmico: ela se modifica e se conforma às transformações que ela mesma contribui para provocar e pode entrar em crise quando confrontada com doutrinas sistêmicas alternativas.

Nesse sentido, o conceito de doutrina sistêmica muito se aproxima do conceito gramsciano de hegemonia¹². A principal diferença entre os dois conceitos é que uma doutrina sistêmica não necessariamente almeja se tornar dominante em uma sociedade (Pinzani fala de doutrinas religiosas como sendo exemplos de doutrinas sistêmicas). Além disso, para Gramsci, a hegemonia reflete os interesses da classe dominante ao mesmo tempo que os apresenta como interesses universais, o que não necessariamente acontece com a doutrina sistêmica. Mas, no caso da doutrina sistêmica neoliberal, semelhante ao que acontece com a “ideologia” neoliberal, ela *de fato* almeja se tornar – e efetivamente se tornou – dominante e *de fato* reflete os interesses da classe dominante enquanto os apresenta como interesses universais. Portanto, para os nossos

¹² Sem entrar propriamente na discussão acerca do desenvolvimento e da polissemia do termo na obra de Antonio Gramsci, apenas pontuamos que o termo “hegemonia” está empregado aqui com o sentido esboçado pelo autor em *Cadernos do Cárcere*, Caderno 13, §17, *Análise das situações: relações de força*. “O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Esse momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva [...]. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Este é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a *hegemonia* de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’ [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 41-42, grifo nosso). O que há de mais importante nessa concepção de hegemonia, como consideramos, é o fato de *um* grupo passar a apresentar os *seus* próprios interesses como se esses fossem interesses *universais* (“nacionais”), a dizer, como os interesses tanto do grupo dirigente quanto dos grupos subordinados.

propósitos, doutrina sistêmica e hegemonia são intercambiáveis, uma vez que a doutrina sistêmica neoliberal em particular tem pretensão claramente hegemônica.

3.1.1 Neoliberalismo como doutrina ética

A hipótese de Pinzani é a de que a doutrina sistêmica neoliberal se tornou dominante porque ela carrega uma visão ética – isto é, uma concepção de vida boa – implícita em suas fórmulas políticas e econômicas. É essa ética que, segundo o autor, atrai tantas pessoas e que é uma das principais causas para o prolongado sucesso do neoliberalismo.

Podemos distinguir duas versões da ética neoliberal (PINZANI, 2016b; 2023a): uma mais sofisticada e outra mais “crua” [*crude*], vulgar. Ambas compartilham a crença de que o mercado não apenas é o melhor meio para alocar recursos, como também é o melhor veículo para a realização da máxima liberdade individual; de que a liberdade deve ser entendida de um modo puramente formal como ausência de coerção violenta por outros indivíduos, e que a manutenção dessa liberdade está acima da defesa de qualquer outro valor; e que indivíduos são os únicos responsáveis por sua condição socioeconômica (PINZANI, 2023a). Assim, a ética neoliberal, em ambas as suas versões, “define a vida boa como uma vida na qual indivíduos são livres de coerção por outros, são capazes de interagir livremente com outros no mercado ou em mecanismos semelhantes ao mercado e têm responsabilidade pelas consequências de suas ações, incluindo os seus fracassos” (PINZANI, 2023a, p. 5).

A versão mais sofisticada é uma que pode ser extraída dos textos de neoliberais como Friedrich Hayek e Gary Becker. Ela carrega uma definição de pessoa como ente capaz de desenvolver um plano de vida e agir de acordo com ele. Todas as ações são de inteira responsabilidade do indivíduo, uma vez que, como se supõe, foram resultado de uma escolha deliberada feita por ele. Por conseguinte, o indivíduo é *livre* na medida em que age segundo seu plano de vida *sem que seja coagido com violência física por outros indivíduos*. Essa proposição é de extrema importância. Como observa Pinzani (2023a) quando aponta para as contradições internas à ética neoliberal, essa concepção oferece uma definição demasiadamente ampla – ou melhor, vazia – de liberdade, que ignora completamente a dimensão social da qual ela faz parte, e uma definição demasiadamente restrita de coerção. A doutrina que supostamente mais valoriza a liberdade individual é a que menos reconhece situações nas quais se pode dizer que a liberdade individual está sendo de fato restringida.

A ênfase na coerção *com violência* na definição de liberdade serve para distinguir as situações em que o indivíduo sofre uma violação ilegítima da sua liberdade e as situações nas

quais as consequências negativas de suas ações ou os obstáculos que enfrenta para atingir seus objetivos decorrem do acaso e, portanto, não configuram restrição da sua liberdade. O fato de ter seus desejos frustrados ou de sofrer prejuízo ao atuar no mercado por si só não configura, segundo esse ponto de vista, restrição de minha liberdade para agir segundo meu plano de vida. Será o caso somente quando esse prejuízo advir de coerção violenta por outros indivíduos. A consequência dessa definição de liberdade e das circunstâncias nas quais efetivamente existe violação de liberdade é que o indivíduo é livre, e *autônomo*, em todas as suas ações nas quais contra ele não estiver sendo exercida coerção violenta por outros. Pinzani assim sintetiza o *primeiro princípio moral básico do neoliberalismo*: “todos serão considerados inteiramente autônomos em suas ações, desde que nenhuma coerção aberta e violenta seja exercida por outros” (PINZANI, 2023a, p. 6). Como veremos, essa concepção de autonomia serve de fundamento para a importância que o neoliberalismo reserva à noção de responsabilidade individual.

Para os neoliberais, ainda nos referindo à concepção de vida boa segundo a sua versão mais sofisticada, indivíduos seguem – *devem* seguir – o modelo de racionalidade econômica, segundo o qual eles concebem seus interesses e buscam os melhores meios disponíveis para realizar esses interesses. Trata-se de uma lógica utilitária de maximização dos resultados e minimização dos custos. A escolha entre objetivos e meios alternativos é orientada por meio de *incentivos* positivos e negativos que levam os indivíduos a optar por uns ou por outros. Desse modo, o *segundo princípio moral básico do neoliberalismo* consiste na ideia de que “indivíduos reagem a incentivos; eles são não apenas sujeitos responsáveis, mas também *responsivos*” (PINZANI, 2023a, p. 6).

Temos, assim, um esboço da concepção neoliberal de vida boa em sua versão mais sofisticada: uma vida boa é uma vida na qual os indivíduos são livres para viver segundo um plano de vida que escolheram para si sem interferência coercitiva de outros indivíduos; suas ações obedecem a uma racionalidade econômica de escolha entre meios e fins, segundo um critério de máxima eficiência, e de resposta a incentivos. Desse modo, “uma vida boa é, portanto, uma na qual [os indivíduos] podem escolher entre uma ampla gama de objetivos atraentes e meios correspondentes” (PINZANI, 2023a, p. 6). Uma vez que a definição de vida boa está atrelada à possibilidade de escolha entre objetivos e meios para atingi-los, segue-se que o livre mercado é, em sua visão, o melhor ambiente para realizar esse ideal de vida boa.

A versão vulgar da ética neoliberal, e que está presente com muito mais frequência em discursos de políticos e formadores de opinião, se baseia no princípio básico segundo o qual *todo indivíduo é inteiramente responsável por suas vidas e por sua situação sócio-econômica*

(PINZANI, 2023a). Se o indivíduo nasceu pobre ou rico, negro ou branco, mulher ou homem, morador de favela ou bairro de elite, pessoa com deficiência ou não, seja qual for a sua situação, o único responsável por ela é ele mesmo. Assim sendo, para o neoliberalismo, não existe critério moral capaz de fundamentar a transferência de renda dos contribuintes – “cidadãos de bem” que conquistaram sua posição sócio-econômica com trabalho duro – para os pobres – pessoas que, supostamente, *escolhem* viver de benefícios e que não assumem a responsabilidade por suas próprias vidas.

Se o único responsável por sua situação é o indivíduo, e se as circunstâncias impostas sobre sua vida não configuram coerção, então o único que deveria agir para mudar sua situação é o próprio indivíduo. Em contrapartida, aqueles que alcançaram independência financeira estão *moralmente* autorizados a culpar aqueles que não obtiveram o mesmo sucesso pela sua própria situação. Isso porque, se ele ou ela se encontra em condições desfavoráveis à realização de seus objetivos, esse fato é de sua inteira responsabilidade: este indivíduo “fracassou” ao não conseguir um emprego, ao não investir, ao não empregar suas habilidades e recursos para empreender etc. E, uma vez que esse fracasso somente pode ser atribuído ao indivíduo, não há, do ponto de vista neoliberal, justificção moralmente aceitável para “compensar” a sua situação desfavorável por meio da transferência de renda, seja por meio de programas de assistência social, seja por meio de políticas públicas, seja por meio da taxaço de grandes fortunas, entre outros.

Isso, no entanto, não deve nos levar a simplesmente denunciar uma falta de solidariedade para com aqueles que estão em pior situação. Conforme argumenta Pinzani (2023a), a resistêcia à ideia de ajuda aos desfavorecidos *pelo simples fato* de estarem em situação pior decorre, antes, do *sistema de valores* próprio ao neoliberalismo como uma doutrina sistêmica¹³. Nesse sistema de valores, há espaço para a solidariedade, mas ela é reservada àqueles indivíduos não considerados responsáveis pela situação em que se encontram (por exemplo, vítimas de catástrofes naturais). Em última instância, a economia da solidariedade no neoliberalismo depende da distinção entre merecedores e não merecedores, e o critério que distingue os que merecem daqueles que não merecem é que estes últimos são os únicos *culpados* pela própria situação e, portanto, a sociedade nada lhes deve. Como observa o autor, “adotar a doutrina sistêmica neoliberal e seus princípios centrais conduz a um viés

¹³ Importante salientar que, conforme observa Pinzani (2023a), este não se trata de um sistema de valores conservador ou de direita. Inclusive, o mesmo pressuposto está presente em muitos discursos da esquerda, razão pela qual podemos falar de um “neoliberalismo de esquerda”. Tratamos desse tema no terceiro capítulo da dissertação.

epistêmico que simplesmente não permite perceber certos fenômenos como uma expressão da injustiça social” (PINZANI, 2023a, p. 7). Não é que os indivíduos sejam cínicos, cruéis, insensíveis ao sofrimento alheio; ocorre que, uma vez invisibilizada a relação entre mecanismos sociais e opressões sistêmicas, aqueles que *são de fato* vítimas de opressão se tornam, pelas lentes do neoliberalismo, somente perdedores no jogo do livre mercado.

Em *Direito, Legislação e Liberdade* (1973), Hayek descreve o justo e o injusto como qualidades que apenas podem ser atribuídas a *condutas e normas*:

Estritamente falando, só a conduta humana pode ser dita justa ou injusta. Aplicados a uma situação, estes termos só têm sentido na medida em que consideramos alguém responsável por sua criação, ou por ter permitido que ela ocorresse. Um simples fato ou uma situação que ninguém é capaz de alterar podem ser bons ou maus, mas não justos ou injustos. Aplicar o termo ‘justo’ a outras circunstâncias que não às ações humanas ou às normas que as governam é um erro de classificação. [...] não tem sentido qualificar uma situação factual de justa ou injusta, a menos que acreditemos que alguém podia ou devia ter disposto as coisas de maneira diferente” (HAYEK, 1985b, p. 36).

Em seguida, estende o mesmo raciocínio às ações de muitos indivíduos ou organizações:

Não só as ações individuais mas também as ações combinadas de muitos indivíduos, ou as ações de uma organização, podem ser justas ou injustas. O governo é uma dessas organizações, *mas não a sociedade*. E, ainda que a ordem da sociedade seja afetada por ações do governo, enquanto ela permanecer uma ordem espontânea *os resultados particulares do processo social não podem ser justos ou injustos* (HAYEK, 1985b, p. 37, grifos nossos).

Para Hayek, as consequências decorrentes da aplicação de normas de conduta justa – normas de caráter geral que proíbem comportamentos que ultrapassem a esfera protegida do indivíduo e que são independentes de um fim pré-estabelecido – podem ser lamentáveis, mas não injustas. Portanto, “falar de justiça implica sempre que alguma pessoa, ou pessoas, deveria ou não ter executado alguma ação; e esse ‘dever’, por sua vez, implica o reconhecimento de normas que definem um conjunto de circunstâncias em que certo tipo de conduta é proibido ou exigido” (HAYEK, 1985b, p. 37).

Essas passagens ilustram como a concepção neoliberal de injustiça termina por desconsiderar certas formas de injustiça como sendo resultados de arranjos sociais específicos. A permanência da opressão e o sofrimento decorrente dela são apenas lamentáveis, mas não injustos. E, dado que não se trata de uma questão de injustiça, o único que *deveria* agir para mudar a própria situação é o indivíduo que sofre. Problemas como a pobreza estrutural ou a

dominação de classe deixam de ser responsabilidade da sociedade; melhor dizendo, eles sequer existem enquanto problema.

Nesse sentido, observa Pinzani (2023a, p. 10):

Desde que nenhuma coerção seja exercida sobre eles por outros, os indivíduos são considerados livres. Essa definição restrita de liberdade não deixa nenhum espaço para outras formas de constrangimentos (e. g., constrangimentos religiosos, culturais, sociais e econômicos) [...]. Na ontologia social neoliberal, os únicos atores são os indivíduos; portanto, não faz sentido falar de coerção exercida por grupos, culturas, estruturas e instituições sociais (como distintas de seus representantes). Esse é um ponto cego decisivo que não apenas impede a doutrina sistêmica neoliberal de compreender plenamente a realidade social, mas que também, consequentemente, afeta sua visão ética.

Que os indivíduos aceitem as premissas éticas do neoliberalismo gera uma série de consequências. Primeiro, ela “permite aos indivíduos desenvolver um falso senso de independência da sociedade” (PINZANI, 2023a, p. 8). Quando tudo é submetido à lógica do mercado – mercadorias, estilos de vida e até mesmo direitos –, em todos esses âmbitos o indivíduo vê a si mesmo como consumidor. Suas escolhas dependem apenas de si mesmo e não podem ser questionadas. A frustração de seus desejos é vista como uma violação de direitos. Por conseguinte, “a sociedade, bem como outros indivíduos, é vista como obstáculo à liberdade individual e como potencial ameaça às decisões privadas” (PINZANI, 2023a, p. 8). Abraçar a ética neoliberal significa ver a sociedade como uma entidade ou inexistente, ou existente sempre e somente em oposição aos meus interesses enquanto indivíduo privado.

Por outro lado, a ética neoliberal de fato possui um forte apelo motivacional: ela permite aos indivíduos sentir que têm controle sobre suas vidas e suas ações – se não existem forças sociais que determinam o curso de sua trajetória, todos os avanços e desvios são consequência dos esforços e escolhas do próprio indivíduo – e lhes permite construir uma narrativa que ignora aspectos complexos e inescrutáveis da experiência humana (PINZANI, 2023a). A atratividade dessas explicações é compreensível quando consideramos o fato de que, hoje, o curso da vida das pessoas está sujeito a processos cada vez mais complexos, a forças cada vez mais impessoais e a circunstâncias cada vez mais incontroláveis, de modo que recorrer a explicações simples e monocausais (o que também explica uma vez mais a popularização de teorias conspiratórias) lhes aparece como um consolo. Afinal, pelo menos agora eles têm um alvo para o qual direcionar a sua frustração e indignação. Partindo da observação de Pinzani (2023a), podemos dizer que a própria teoria neoliberal segue, nesse sentido particular, uma lógica conspiratória quando reduz uma realidade complexa, com lógicas e motivações as mais

diversas, à lógica do cálculo econômico e à motivação estritamente dirigida ao interesse individual.

Ao apresentarmos o neoliberalismo como uma doutrina sistêmica para, em seguida, desvendar o seu conteúdo ético implícito, buscamos, com isso, compreender os motivos pelos quais discursos imbuídos dos ideais neoliberais possuem uma enorme força de atratividade para uma parte considerável da população. As pessoas são convencidas por esses discursos, entre outras razões, porque trazem implícito um modelo de vida boa que, em primeiro lugar, dada a sua simplicidade e aparente obviedade, é facilmente assimilado por elas e, em segundo lugar, faz com que elas se sintam empoderadas em um mundo onde há pouquíssimo espaço para que indivíduos comuns determinem as circunstâncias de suas próprias vidas.

Contudo, é preciso dar um passo atrás e nos voltar ao momento no qual essas mesmas ideias estavam sendo propagadas antes de o neoliberalismo efetivamente se tornar hegemônico. Se contextualizamos o meio onde essas ideias circulavam pela primeira vez em ampla escala – lembremos, as ideias neoliberais existiam desde pelo menos a década de 1930, apesar de geralmente circularem de modo restrito aos meios intelectuais e *think tanks* –, percebemos que o apoio a esses discursos e às transformações na sociedade que esses mesmos discursos estavam legitimando provavelmente não teria sido tão bem-sucedido se não fosse precedido pelo que Dardot e Laval (2016, p. 193) chamam de “*luta ideológica*” contra o Estado de bem-estar. Há, portanto, uma relação entre a “desmoralização” das políticas de bem-estar e daqueles indivíduos que oportunisticamente foram representados como seus típicos beneficiários (por exemplo, mães solteiras), o conteúdo ético da doutrina sistêmica neoliberal e a naturalização de ideias tais como “o mercado é, econômica e *moralmente*, o melhor meio para alocar recursos na sociedade”, “a assistência social torna as pessoas viciosas”, “a desregulação do trabalho é condição para a liberdade individual de empreender” etc. No caso do neoliberalismo, e especificamente de suas noções morais, trata-se de naturalizar a crença de que uma vida ordenada segundo esses ideais resultará em mais liberdade e mais prosperidade.

Alcançar o objetivo de dismantelar o Estado de bem-estar através da sua desmoralização seguiu uma estratégia particular à qual nos interessa chamar a atenção. Essa estratégia consistiu em julgar moralmente os indivíduos que, taxados de dependentes e “parasitas”, eram beneficiários dos programas de assistência social. Por mais que alguns programas de bem-estar beneficiassem a população como um todo, cortar as redes de segurança se justifica quando toma o significado de retirar os benefícios daqueles que estão “se aproveitando” às custas da sociedade, às custas daqueles que “trabalham” (*como se* muitos

beneficiários não trabalhassem até muito mais do que aqueles que os condenam), mesmo que a consequência disso seja mais insegurança para todos.

Se era difícil convencer as populações de que deviam aceitar uma cobertura social menor sobre doenças e velhice, na medida em que se trata de “riscos universais”, era mais fácil culpar os desempregados e pôr em funcionamento um princípio de divisão entre os trabalhadores bons e sérios, que era bem-sucedidos, e todos aqueles que fracassavam por sua própria culpa, que não conseguiam “dar a volta por cima” e, além do mais, viviam nas costas da coletividade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 220).

A ideia de que o Estado de bem-estar passa por uma crise que é não apenas financeira, mas também, e acima de tudo, moral “apresenta a dupla vantagem de deixar os contribuintes [...] acreditarem firmemente que eles são os mestres de suas vidas e, ao mesmo tempo, sentirem que eles são indivíduos moralmente melhores do que os beneficiários de programas sociais” (PINZANI, 2016a, p. 127). Assim, uma vez que os contribuintes têm à sua disposição uma justificativa moral para defender a redução ou a eliminação de programas sociais, assim estão autorizados a fazê-lo sem que sejam acusados de “mostrar frieza ou falta de solidariedade” (PINZANI, 2016a, p. 127).

Os pressupostos éticos sustentados pela ética neoliberal ofereceram uma justificativa *moral* para o desmantelamento dos programas de assistência social e de bem-estar. De fato, os neoliberais denunciam a ineficiência e o freio à prosperidade como consequências do planejamento estatal. Mas esse tipo de crítica pertence ao campo econômico e é de natureza funcional. Entretanto, “é no campo moral que a ação pública pode ter os efeitos mais negativos [...]. Mais precisamente, é pela desmoralização que se é capaz de provocar na população a opinião de que a política do ‘Estado de bem-estar’ se tornou particularmente onerosa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 210). A fim de convencer os indivíduos a subscreverem as premissas da visão neoliberal, as quais, por sua vez, justificariam o desmantelamento do sistema de bem-estar, apelar para argumentos econômicos e para a “eficiência dos mercados” não seria suficiente para conquistar um público criado sob o *welfare* e acostumado às redes de segurança social. Foi preciso reapresentar o problema da crise política e econômica do Estado de bem-estar em uma roupagem moralizante que o responsabiliza pela “degradação moral” dos indivíduos que dele dependem. Tratava-se de responsabilizar o Estado de bem-estar, com seus programas de assistência social, bem como seus beneficiários, por todos os males da sociedade. Todo e qualquer problema suscitava a pergunta sobre a utilidade da interferência da ação do Estado e, no fim, chegava-se à conclusão de que as “soluções” via Estado causavam muito mais problema do que resolviam (DARDOT; LAVAL, 2016).

Um dos motivos da retórica neoliberal é a ideia do Estado como agente desmoralizador. Essa ideia é sustentada não apenas pelo argumento de que as soluções pelo mercado são mais eficientes e de menor custo, mas também pela ideia de que soluções dadas ou inspiradas pelo mercado gozam de uma *superioridade moral* em relação às soluções dadas pela ação do Estado (DARDOT; LAVAL, 2016). Implícita na retórica neoliberal contra o Estado de bem-estar social está a crença de que a privatização da vida tem o mérito de resgatar as virtudes da sociedade civil e da moralidade tradicional, virtudes que foram corrompidas pela burocratização e pela presença do Estado na regulação da vida social. O cultivo de virtudes morais como o respeito à família, o gosto pelo trabalho e o patriotismo são ultimamente dependentes de um forte senso de responsabilidade presente em cada indivíduo.

Por isso, a “solução” é “pôr em ação, em todos os domínios e em todos os níveis, sobretudo no nível microeconômico do comportamento dos indivíduos, os mecanismos do cálculo econômico individual” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 211). A universalização da lógica do cálculo econômico teria o efeito de moralizar os comportamentos. Isso porque os indivíduos passariam a ter uma nova relação com o risco: passariam a não mais evitá-lo, e sim a se expor continuamente a ele. O “problema” do Estado de bem-estar social é que ele exime os indivíduos de lidar com os riscos – o que só poderia ocorrer num contexto de instabilidade, insegurança e “flexibilidade” que apenas a desregulamentação e a precarização podem vir a concretizar. A assistência social, conforme esse argumento, conduz os indivíduos ao ócio e à pobreza porque eles seriam desencorajados a arriscar para conseguir mais do que a sua situação atual já proporciona.

Um novo discurso de valorização do “risco” inerente à vida individual e coletiva tenderá a fazer pensar que os dispositivos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal. Se o indivíduo é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência. A vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. A palavra-chave da sociedade de risco é “autorregulação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213).

O argumento moral que vê o risco como o incentivo necessário para que os indivíduos recuperem o senso de responsabilidade e busquem melhorar a própria situação pelo trabalho é também o que justifica a diminuição das transferências de renda dos mais ricos para os mais pobres: “A única guerra contra a pobreza que se sustenta é a volta aos valores tradicionais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 212). O combate à pobreza por meio da transferência de renda é

não apenas ineficiente, pois desestimula a iniciativa individual e o empreendedorismo, mas também imoral, pois estimula os indivíduos a viverem uma vida viciosa e irresponsável.

Para os autores, o surgimento desse discurso moral que vê no risco um fator indispensável ao desenvolvimento moral dos indivíduos deve ser compreendido juntamente à “virada epistemológica” empreendida pelos economistas neoliberais norte-americanos. Referimo-nos à aplicação da “grelha econômica” a todas as esferas da vida social, sobretudo àqueles antes definidos em oposição ao mercado, movimento para o qual Foucault já chamava atenção ao comentar os escritos de Gary Becker (FOUCAULT, 2010, p. 304). A teoria do capital humano realiza precisamente isso. Se toda ação, privada e pública, pode ser interpretada à luz de uma racionalidade estritamente econômica, elimina-se as linhas de separação entre política, sociedade e economia (DARDOT; LAVAL, 2016).

Evidentemente, a extensão do campo da análise econômica a âmbitos não econômicos não corresponde simplesmente a este momento interpretativo. Ela implica também um momento *normativo*: “[a razão econômica] *deve* estar na base de todas as decisões individuais, permite a inteligibilidade de todos os comportamentos e *deve* ser a única a estruturar e legitimar a ação do Estado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 214, grifos nossos). Assim, a ampliação do escopo de aplicação da análise econômica a todos os comportamentos e a todos os sujeitos, desde os indivíduos até o Estado, qualquer que seja o âmbito em que esse comportamento esteja situado, resulta numa visão segundo a qual *racional* é apenas o comportamento que se conforma a essa lógica econômica. E especificamente uma lógica *empresarial*: racional, e também *moral*, é se expor a riscos e entrar na competição.

A questão principal, nesse reinvestimento das regiões externas do campo classicamente delimitado da ciência econômica, é dar, ou melhor, devolver consistência teórica à antropologia do homem neoliberal, não só [...] com a intenção de perseguir um objetivo científico desinteressado, mas para fornecer apoios discursivos indispensáveis à governamentalidade neoliberal da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 215).

Na sociedade neoliberal, portanto, a descrição dos comportamentos segundo uma racionalidade econômica serve à função de exortar os indivíduos a agirem precisamente da maneira como ela dita o que significa um comportamento “racional”. A universalização da lógica econômica no nível da análise “científica” *ordena* que os indivíduos ajam de determinada maneira enquanto afirma que eles já agem precisamente como *deveriam* agir. Nisso o recurso a um vocabulário e a argumentos morais é indispensável: deve-se agir de determinada maneira, orientar o comportamento de acordo com certos valores, porque é isso que faz de uma pessoa um indivíduo moralmente responsável.

No neoliberalismo, o amálgama entre discurso econômico e discurso moral põe em funcionamento uma racionalidade universalizante que rejeita como moralmente inaceitáveis lógicas de ação e comportamentos que escapam ou se opõem a essa lógica empreendedora. Essa “nova moral” neoliberal, conseqüentemente, atua como argumento legitimador de *um* discurso econômico que se furta à disputa política. O que justifica a sua aceitabilidade não são motivos propriamente econômicos – como vimos, o neoliberalismo sequer tem bons motivos econômicos para se justificar como o melhor modo de regulação da economia –, mas um juízo que condena moralmente qualquer oposição a ele.

Nesse sentido, devemos meditar a respeito do significado dessa relação inesperada entre autonomia da economia em relação ao político e sua transmutação em psicologia moral. Como se um processo só fosse possível através do outro. A autonomia da economia, sua posição de discurso de poder ilimitado na definição das orientações de gestão social, caminha juntamente com a legitimação cada vez mais clara de suas injunções como uma psicologia moral, ou seja, como um discurso no qual se articulam injunções morais e pressuposições a respeito de desenvolvimento e maturação. O que nos leva a afirmar que o império da economia é solidário da transformação do campo social em um campo indexado por algo que poderíamos chamar de “economia moral”, com conseqüências maiores não exatamente para os modos de produção e circulação de riqueza, mas para a eliminação violenta da esfera do político enquanto espaço efetivo de deliberação e decisão, com a redução da crítica à condição de patologia (SAFATLE, 2021, p. 20).

Portanto, não é propriamente a justaposição entre economia e moral que o neoliberalismo traz de novidade, mas sim a “justificação de ações econômicas e a paralisia da crítica através da mobilização massiva de discursos psicológicos e morais” (SAFATLE, 2021, p. 19).

O neoliberalismo realiza o movimento de igualar “racionalidade” – nesse caso, também como sinônimo de “maturidade moral”, de uma atitude psicológica que permite aos indivíduos tomar decisões racionais – a *um* raciocínio econômico muito específico, orientado segundo as receitas tipicamente neoliberais, para o qual qualquer alternativa é não uma proposta real, contra a qual se deve apresentar argumentos, mas é evidência de um comportamento *imatur*. A sobreposição entre raciocínio econômico e raciocínio moral, assim, bloqueia a possibilidade de que discursos alternativos sobre como a sociedade deveria ser e como a economia deveria ser organizada sejam colocados sobre a mesa, pois assume que os imperativos da lógica neoliberal são a expressão máxima de uma lógica normativa à qual pessoas autônomas, responsáveis, independentes – todos esses termos que pertencem ao vocabulário próprio da filosofia moral – deveriam seguir. Ela expressa um tipo de *realismo* para o qual propostas que vão de encontro à racionalidade por trás de suas decisões são tidas como, no melhor dos casos, utópicas.

3.2 NEOLIBERALISMO E CRÍTICA ESTÉTICA

Ao apresentarmos o neoliberalismo como doutrina sistêmica, buscamos investigar uma das causas do apoio e aceitação de suas políticas pelos indivíduos. Vimos que esse apoio se dá em razão de a doutrina sistêmica neoliberal conter um conjunto de crenças e valores que o tornam uma doutrina ética, com uma dada noção de vida boa, de premissas relativamente simples e intuitivas, com a qual os indivíduos se engajam. No entanto, a hegemonia do neoliberalismo não se deu, e nem poderia se dar, unicamente pelo êxito de sua visão de mundo. Foi preciso, além disso, que o neoliberalismo triunfasse sobre toda alternativa possível a ele (DARDOT; LAVAL, 2016). Para isso, pode-se recorrer à violência e ao extermínio, como fez muitas vezes. Porém, a via que queremos explorar neste capítulo é a de como as transformações ideológicas ocorridas durante a ascensão do neoliberalismo acabaram por cooptar uma parcela dos indivíduos que antes pertenciam a movimentos de oposição ao capitalismo com verdadeiro potencial revolucionário, deslocaram o discurso de esquerda para longe das preocupações materiais e sociais e vincularam a ideia de emancipação a ideais neoliberais como liberdade, autonomia e criatividade.

Seguimos o argumento esboçado por Luc Boltanski e Ève Chiapello em *O novo espírito do capitalismo* (1999). Sua análise nos permite compreender, a partir das condições *ideológicas* na transição para a fase neoliberal, como o capitalismo pôde renovar-se de modo a fortalecer o engajamento dos indivíduos nas funções necessárias à sua reprodução. O “novo espírito do capitalismo” se refere ao momento, a nós contemporâneo, no qual os indivíduos celebram os valores de liberdade, criatividade e autonomia, valores que atuam como o cimento ideológico que confere legitimidade ao sistema, *apesar* da piora das condições de reprodução social e do declínio das possibilidades reais de autorrealização.

O conceito destacado no título da obra – “espírito” do capitalismo –, de inspiração weberiana, é o que permite a Boltanski e Chiapello explicar de que maneira o capitalismo¹⁴

¹⁴ Os autores trabalham, no escopo desta obra, com uma definição *mínima* de capitalismo: “Entre as diferentes caracterizações do capitalismo (ou, frequentemente hoje, dos capitalisms) feitas no último século e meio, escolheremos uma fórmula mínima que enfatiza a *exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos*. Trata-se de repor perpetuamente em jogo o capital no circuito econômico com o objetivo de extrair lucro, ou seja, aumentar o capital que será, novamente, reinvestido, sendo esta a principal marca do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 35). Além disso, o capitalismo tem como único objetivo francamente relevante a “transformação permanente do capital, de equipamentos e aquisições diversas (matérias-primas, componentes, serviços...) em produção, de produção em moeda e de moeda em novos investimentos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 35) e tem como forma privilegiada de organização do trabalho o assalariado, na qual “uma parte da população que não possui capital ou o possui em pequena quantidade, para a qual o sistema não é naturalmente orientado, extrai rendimentos da venda de sua força de trabalho (e não da venda dos produtos de seu trabalho), pois não dispõe de meios de produção e, para trabalhar, depende das decisões daqueles que os possuem [...]” e em que o trabalhador “é teoricamente livre para recusar-se a trabalhar nas

mobiliza os indivíduos a participarem dos processos de produção capitalista de modo a perpetuar a lógica ilimitada de acumulação. Para que o engajamento seja possível, o capitalismo deve dispor de meios de justificação que extrapolam os seus próprios limites – o capitalismo por si só não dispõe de um argumento de justificação para além do imperativo de continuidade da acumulação¹⁵ – e que sejam não-coercitivos. Além de a mera coerção ser insuficiente para certificar o envolvimento dos indivíduos no processo de acumulação, a ideologia dominante – entendida como o conjunto de “esquemas para representar o funcionamento, as vantagens e as servidões da ordem” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42) nos quais se apoiam tanto dominados quanto dominadores – só é plenamente bem-sucedida quando *os fins declarados do capitalismo se confundem com os fins que os próprios indivíduos impõem para si*.

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com elas. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Os meios de justificação da ordem capitalista se expressam na forma de argumentos que valorizam tanto os benefícios individuais quanto as vantagens coletivas – definidas em termos de “bem comum” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 39) – adquiridos pela participação nos processos de acumulação. De um ponto de vista abstrato-conceitual, relativamente independente de suas variações no tempo, o espírito do capitalismo engloba “três pilares justificativos fundamentais: progresso material, eficácia e eficiência na satisfação das necessidades, modo de organização social favorável ao exercício das liberdades econômicas e compatível com regimes políticos liberais” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 45-46).

condições propostas pelo capitalista, assim como este tem a liberdade de não propor emprego nas condições demandadas pelo trabalhador” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 37-38). Nesse sentido, não obstante a relação evidentemente desigual entre o trabalhador e o capitalista – o trabalhador se encontra numa tal situação de vulnerabilidade que limita o seu poder de negociação das condições de trabalho –, o que é particular do capitalismo em relação a modos de produção precedentes é este traço de “submissão voluntária” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 38) da parte do trabalhador.

¹⁵ “Mas o capitalismo não pode encontrar em si mesmo nenhum recurso para fundamentar motivos de engajamento e, em especial, para formular argumentos orientados para a exigência de justiça. O capitalismo é, provavelmente, a única, ou pelo menos a principal, forma histórica ordenadora de práticas coletivas perfeitamente desvinculada da esfera moral, no sentido de encontrar sua finalidade em si mesma (a acumulação do capital como fim em si), e não por referência não só ao bem comum, mas também aos interesses de um ser coletivo, tal como povo, Estado, classe social. A justificação do capitalismo, portanto, supõe referência a construtos de outra ordem, da qual derivam exigências completamente diferentes daquelas impostas pela busca do lucro” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 53).

Entretanto, devido ao seu caráter genérico, essas razões não são suficientes para oferecer aos indivíduos os esquemas de justificação do seu engajamento nas circunstâncias de suas vidas concretas. Por isso, as *expressões* do espírito do capitalismo – suas manifestações reais, histórica e geograficamente localizadas – se modificam ao longo do tempo e de acordo com as circunstâncias, para cumprir com o propósito de “*sensibilizar* [...] aqueles aos quais elas se dirigem, ou seja, para ao mesmo tempo ir ao encontro de sua experiência moral da vida cotidiana e lhes propor modelos de ação que eles possam adotar” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 46).

O objetivo de Boltanski e Chiapello nessa obra é, justamente, analisar a transformação do espírito do capitalismo desde o período fortemente contestatório dos fim dos anos 1960 e 1970, e o período de meados de 1980 a 1995¹⁶, no qual a crítica ao capitalismo encontra-se adormecida – ou, pelo menos, destituída da radicalidade e ânimo que apresentava somente uma década antes – e os trabalhadores são assimilados à ideologia dominante, apesar da precarização crescente nas condições de trabalho e do vertiginoso aumento dos níveis de desigualdade. Esse momento de transição corresponde precisamente ao momento de ascensão do neoliberalismo no centro do capitalismo global, e as categorias utilizadas pelos autores para esclarecer esta passagem à ideologia do “discurso da gestão empresarial” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 46) nos servem para identificar as *condições* materiais, sociais e ideológicas que, naquele momento, permitiram ao capitalismo cooptar os trabalhadores ao discurso neoliberal.

Dissemos que o espírito do capitalismo se transforma ao longo do tempo para cumprir a sua função enquanto justificativa para o engajamento nos processos de acumulação. A necessidade de transformação se impõe à ideologia dominante nos momentos de crise de legitimação do capitalismo. Desse modo, na análise dos autores, a *crítica* possui importância fundamental nesse processo, à medida que desempenha um papel de “impulsor das mudanças do espírito do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 61). Crítica, aqui, refere-se à atitude de reflexão e denúncia da realidade em contraste ao que ela deveria ser – um “diferencial entre um estado de coisas desejável e um estado de coisas real” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 62) – com base em certos ideais normativos. A crítica, a resistência, a indignação contra o capitalismo servem como sinalizador do seu fracasso em mobilizar livremente os indivíduos e em fornecer as justificativas morais para integrá-los ao processo de

¹⁶ Na França, a transição de um momento fortemente combativo para um momento de adesão à ideologia do discurso de gestão empresarial causa perplexidade porque, no período considerado, não ocorre uma ruptura política nítida (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), seja à maneira de um golpe militar (como no Chile de Pinochet), seja com um programa político explicitamente neoliberal (como na Inglaterra de Thatcher).

acumulação. Assim, um traço constitutivo do espírito do capitalismo é o de servir-se da crítica como suporte para sua própria sobrevivência: “ele [o capitalismo] precisa de seus inimigos, daqueles que ele indigna, daqueles que se lhe opõem, para encontrar os pontos de apoio morais que lhe faltam e incorporar dispositivos de justiça que, sem isso, ele não teria nenhuma razão para considerar pertinentes” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 61).

Existem dois níveis na expressão de uma crítica: o nível primário da “esfera das emoções” e o nível secundário “reflexivo, teórico e argumentativo, que possibilita sustentar a luta ideológica, mas pressupõe recurso a conceitos e esquemas que permitam vincular as situações históricas que se pretendam submeter à crítica a valores passíveis de universalização” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 72). O *desarmamento da crítica* refere-se ao segundo nível: a crítica encontra-se desarmada quando, mesmo quando se manifesta a indignação diante do estado de coisas presente, ela não é capaz de traduzi-la na forma de uma teoria crítica que lhe dá voz em um nível teórico-reflexivo. Como veremos mais à frente, a reestruturação das relações de trabalho e as transformações nos esquemas de justificação, que deram origem ao “terceiro espírito do capitalismo”, resultaram no desarmamento da crítica.

Historicamente, a crítica ao capitalismo serviu-se de quatro fontes de indignação¹⁷: o capitalismo como fonte de *desencanto* e *inautenticidade*; o capitalismo como fonte de *opressão*; o capitalismo como fonte de *miséria* para os trabalhadores e de *desigualdades*; o capitalismo como fonte de *oportunismo* e *egoísmo* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Com base nessa classificação, os autores diferenciam dois tipos de crítica: a crítica *estética* e a crítica *social*. A primeira se inspira principalmente na primeira e segunda fontes de indignação – inautenticidade e opressão. A segunda, por sua vez, concentra-se na terceira e quarta – desigualdade e egoísmo.

A crítica estética opõe o modo de vida capitalista, a submissão dos indivíduos e suas vidas ao imperativo do lucro, à liberdade e autenticidade do artista.

A crítica estética baseia-se numa oposição (cuja configuração exemplar se encontra em Baudelaire) entre apego e desapego, estabilidade e mobilidade. Por um lado, burgueses, proprietários de terras, fábricas e mulheres, enraizados no ter, obnubilados pela conservação dos bens, perpetuamente preocupados com a reprodução, a exploração e o aumento desses bens e por isso condenados à previdência meticulosa, à gestão racional do espaço e do tempo e à busca quase obsessiva da produção pela produção; por outro lado, intelectuais e artistas livres de vínculos, cujo modelo – o *dândi* –, constituído em meados do século XIX, via a ausência de produção (exceto a

¹⁷ Uma “fonte de indignação” refere-se a “uma experiência desagradável que suscite a queixa, quer ela seja vivenciada pessoalmente pelo crítico, quer este se comova com a sorte de outrem” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 72). Ela serve como um “impulso emotivo, quase sentimental” para a crítica traduzir essas experiências em categorias teóricas, “para dar voz ao sofrimento individual e traduzi-lo em termos que façam referência ao bem comum” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 72).

sua própria produção) e a cultura da incerteza como ideais insuperáveis (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 74).

Uma das dificuldades enfrentadas pela crítica é que, não obstante o capitalismo produzir indignação no tocante a essas quatro fontes simultaneamente, as referências normativas nas quais ela se apoia em um ou outro caso são “diferenciadas e dificilmente compatíveis” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 73). Por exemplo, a denúncia do egoísmo das classes dominantes por uma vertente de crítica social, inspirada na tradição socialista, se choca com a reivindicação de autenticidade – enquanto valorização do indivíduo contra a tendência de massificação – da crítica estética. Em razão disso, a crítica social e a crítica estética podem, em dadas conjunturas históricas, políticas e sociais, se encontrar separadas e, muitas vezes, entrar em tensão. A *incompletude* – a “impossibilidade de construir uma crítica total e perfeitamente articulada que se baseie equitativamente nas quatro fontes de indignação” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 76) – e a *ambiguidade* da crítica – o fato de a crítica sempre compartilhar alguma coisa com aquilo que ela busca criticar, pois seus referenciais normativos estão sempre já inseridos *na* realidade à qual ela se opõe – são-lhes traços intrínsecos que explicam por que, em determinados momentos, exalta-se certas características resultantes das transformações do capitalismo em detrimento da degradação noutros aspectos. Para Boltanski e Chiapello, isso é o que observamos no período após a década de 1970, no que aqui designamos como neoliberalismo: “o capitalismo evoluiu no sentido de uma redução das formas mais antigas de opressão, porém à custa do fortalecimento das desigualdades, detectado com atraso” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 77). Por conseguinte, não apenas o espírito do capitalismo oferece atualmente justificativas para o engajamento dos indivíduos que respondem às demandas geradas por suas formas anteriores de organização do trabalho e da produção, como também a desassociação entre crítica estética e crítica social impede o desenvolvimento de uma resposta à altura dos obstáculos colocados pelo neoliberalismo à eliminação das formas de dominação.

Entendemos que, de um ponto de vista do “espírito” do capitalismo, o estágio neoliberal do capitalismo corresponde a um momento no qual o capitalismo responde às reivindicações de autonomia, liberdade e autenticidade ao mesmo tempo em que se liberta das limitações impostas sobre o nível das taxas de lucro, convertendo-se na figura de um capitalismo “sem freios”, e no qual a hegemonia do neoliberalismo e o enfraquecimento do potencial mobilizador das utopias anticapitalistas isolam a crítica social de suas referências normativas que apontam para uma alternativa revolucionária.

A fim de sustentar esse diagnóstico, reconstruímos brevemente o argumento de Boltanski e Chiapello, traçando uma linha desde os motivos que redundaram nas revoltas de Maio de 1968 até as respostas dos dirigentes das empresas capitalistas à crítica e que resultaram no seu desaparecimento.

Os acontecimentos de Maio de 1968 na França são um marco fundamental para os autores por um duplo motivo. Primeiro, apesar de não ser considerada uma revolução propriamente dita, as revoltas do período apontam para uma profunda crise que ofereceu risco real ao funcionamento do capitalismo, forçando-o a uma transformação em seu funcionamento e seus dispositivos. Contudo, em segundo lugar, as transformações que se seguiram tinham como ponto de apoio concessões a demandas de um certo tipo em detrimento de outras, resultando, como dissemos, no desarmamento da crítica. Para Boltanski e Chiapello, os eventos que se seguiram a Maio de 1968 são a prova de como “o capitalismo é obrigado a propor formas de engajamento compatíveis com o estado do mundo social no qual está incorporado e com as aspirações dos seus membros que consigam expressar-se com mais força” (2009, p. 199).

As críticas tinham como alvo sobretudo as “formas de organização capitalista e o funcionamento das empresas” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 199). Durante o período que culmina com o movimento de Maio de 1968, a crítica estética e a crítica social andavam juntas – ou seja, a crítica se articulava a partir das quatro fontes de indignação mencionadas acima. Peculiar a esse movimento, conforme observam os autores, é o fato de a crítica estética ter ocupado lugar central na contestação, considerando que movimentos revolucionários anteriores lhe reservavam um papel marginal. Enquanto os últimos eram representados predominantemente por operários, em 1968 intelectuais e artistas dividiam com eles o protagonismo.

A revolta por parte dos operários, em seu princípio, pode ser entendida como uma reação aos resultados da política econômica gaullista, sobretudo a desigualdade dos salários e a exclusão dos trabalhadores dos benefícios do crescimento econômico. Por sua vez, a revolta por parte dos estudantes e dos jovens assalariados formados em universidades, os quais reagem à perda de esperanças de ter acesso a empregos autônomos e criativos, se sustenta sobre uma crítica da alienação: “por um lado, o desencanto, a inautenticidade, a ‘miséria da vida cotidiana’, a desumanização do mundo sob o império da tecnização e da tecnocratização; por outro, perda de autonomia, falta de criatividade e diferentes formas de opressão do mundo moderno” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 200), todos temas associados ao núcleo da crítica estética. Particularmente na esfera do trabalho, a crítica da alienação se converte em uma exigência de “autonomia e autogestão, bem como a promessa de liberação ilimitada da

criatividade humana” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 201). As demandas dos operários são feitas em termos de *garantia* – no sentido de oferecer-lhes vantagens ligadas à sua condição de trabalhador –, enquanto as dos estudantes e jovens assalariados são feitas em termos de *autonomia*.

Em um primeiro momento, a crise será interpretada pelos dirigentes nos termos da crítica social. As concessões e negociações feitas pelos capitalistas se voltaram exclusivamente à satisfação das demandas por garantia e vantagens salariais, deixando intocadas as estruturas hierárquicas de poder denunciadas pela crítica estética. A opção por essa estratégia era informada segundo as soluções propostas pelo segundo espírito do capitalismo: restringir-se a “melhorar as garantias dos trabalhadores e as fontes de motivação”, mas “sem sair das soluções habitualmente utilizadas nem ceder às exigências de transformação do próprio trabalho” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 211). Essa saída, contudo, foi considerada um fracasso: além de custosa, ela não foi bem-sucedida em atingir o fim desejado, a dizer, a interrupção do processo de desorganização da produção. Em resposta a isso, em um segundo momento, a crise será interpretada nos termos da crítica estética, “como revolta contra condições escravizadoras de trabalho e contra as formas tradicionais de autoridade” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 210), e que dá origem a uma nova estratégia.

A necessidade de uma solução diferente se impõe ao patronato mais severamente com a crise do petróleo em 1970. A recessão, somada às garantias concedidas aos trabalhadores em termos de aumentos salariais, sem o aumento correspondente da produtividade, significou a redução dos lucros e uma divisão dos ganhos favorável aos trabalhadores. Chegou-se à conclusão de que “a crise do capitalismo não tem como fundamento a reivindicação de salários mais elevados, muito menos a exigência de garantias maiores no emprego. Ela é expressão de uma *revolta contra as condições de trabalho*, em especial contra o taylorismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 218).

As reformas nas condições de trabalho seguiram uma tendência de *flexibilização* – a “possibilidade de as empresas adaptarem sem demora seu aparato produtivo (em especial o nível de emprego) às evoluções da demanda” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 229) –, o que significou uma ruptura com os modos de controle tradicionais, anteriores às demandas por autonomia. Se, por um lado, a flexibilização foi vantajosa para o patronato, pois lhes permitiu *individualizar* as condições de trabalho e as retribuições, por outro, tais medidas foram bem-sucedidas em provocar a *adesão* de parte dos assalariados, pois elas oferecem vantagens que as ações coletivas, cujas demandas se apresentam em termos de garantia, não podiam oferecer.

Mas a inovação consistirá principalmente em reconhecer a validade da exigência de autonomia e mesmo considerá-la um valor absolutamente fundamental da nova ordem industrial, não só a favor daqueles que a exigiam – engenheiros e executivos de nível superior das grandes empresas –, mas também a favor daqueles que não a exigiam, pelo menos explicitamente, ou seja, os operários que haviam travado o essencial das lutas sociais dos dez últimos anos. As medidas que tinham em vista dar maiores garantias aos assalariados foram substituídas por medidas que visavam a tornar mais leve o controle hierárquico e a levar em consideração os “potenciais” individuais. *Por uma inversão política, as garantias foram de algum modo trocadas pela autonomia.* A luta contra os sindicatos e a concessão de maior autonomia e vantagens individualizadas são feitas com os mesmos meios, ou seja, mudando a organização do trabalho e modificando os processos produtivos, o que afeta a própria estrutura das empresas e tem como efeito dismantelar as unidades organizacionais (empresas, estabelecimentos, seções, departamentos) e as categorias de pessoal (grupos profissionais, ocupantes de um mesmo tipo de cargo, classes sociais), ou seja, o conjunto das coletividades nas quais se apoiavam as instâncias críticas e, em especial, os sindicatos. [...] O mundo do trabalho a partir de então conhece apenas instâncias individuais conectadas em rede (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 224-5).

A reorganização das relações de trabalho e a retomada do controle das empresas pelo patronato foi possível somente porque a exigência de *autonomia* teve a sua legitimidade reconhecida e as transformações empreendidas foram apresentadas como concessões às suas demandas. O controle hierárquico foi substituído pelo *autocontrole*; as provas foram *individualizadas* e tomam por critérios os ideais de autonomia e responsabilidade; e ainda, a “representação das relações sociais em termos de coletividades cujas relações equitativas decorrem da justiça social” foi substituída por uma “representação individualizante associada à exigência de justiça [...] no sentido meritocrático de retribuição diferenciada por contribuições singulares e desempenhos individuais” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 219). Dito de outro modo, para a satisfação de Hayek, a ideia de “justiça” foi desvinculada do “social”.

O que é mais relevante, contudo, para a tese dos autores – e também para nossos propósitos – é mostrar como a retomada da produtividade e o aumento das taxas de lucro somente pôde se concretizar porque o capitalismo, a partir da década de 1970, estava alinhado com a crítica estética e sua exigência por autonomia, individualização e criatividade, gerando as condições para a emergência de um “novo espírito do capitalismo que louvava as virtudes da mobilidade e da adaptabilidade” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 235). Os deslocamentos que permitiram ao capitalismo livrar-se das travas impostas pela crítica social “foram possíveis sem grandes resistências porque pareciam dar satisfações a reivindicações oriundas de outra corrente crítica” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 235), a dizer, a crítica estética.

Ao contrário [do segundo espírito do capitalismo, formado em contato com a crítica social], opondo-se ao capitalismo social planejado e controlado pelo Estado – tratado como obsoleto, tacanho e coercitivo – e alinhando-se com a crítica estética (autonomia

e criatividade), o novo espírito do capitalismo vai tomando forma progressivamente no rescaldo da crise dos anos 60-70 e assume a tarefa de revalorizar o capitalismo. Dando as costas às reivindicações sociais que haviam dominado a primeira metade dos anos 70, o novo espírito abre-se para as críticas que denunciavam então a mecanização do mundo (sociedade pós-industrial contra sociedade industrial), a destruição das formas de vida favoráveis à realização das potencialidades propriamente humanas, em especial, da criatividade, ressaltando o caráter insuportável dos modos de opressão que, sem necessariamente derivar em linha direta do capitalismo histórico, tinham sido aproveitados pelos dispositivos capitalistas de organização do trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 237).

A ordem de resposta às duas críticas decorre não apenas de como foi interpretada a crise pela classe capitalista, mas também da transformação da própria crítica. Enquanto predominou, até meados dos anos 1970, a crítica social de cunho trotskista e maoísta, quando este chega ao ponto de esgotamento, a partir de 1980, a crítica estética ganha força, representada pelos “novos movimentos sociais” e asseverada por uma atitude fortemente crítica ao comunismo, que passou a ser incluído na categoria de “totalitarismo”. A consequência dessa evolução foi que, particularmente na França, onde havia uma forte associação entre crítica social e o movimento comunista, “o descrédito deste último foi acompanhado por uma deserção da crítica, temporária mas real, do terreno econômico” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 210). É em razão do “triunfo” da crítica estética que, quando os socialistas chegam ao poder na França em 1980, seu posicionamento será favorável à flexibilização – e, conseqüentemente, às perdas de garantias e à precarização e individualização das condições do trabalho.

4 NEOLIBERALISMO E AS “ALTERNATIVAS”: fechando o político

4.1 NEOLIBERALISMO “DE ESQUERDA”

Como indicamos, as crenças e valores da doutrina sistêmica neoliberal não constituem um sistema de ideias associado exclusivamente à direita. A ascensão do neoliberalismo como uma racionalidade abrangente também significou uma “renovação” da esquerda. O que caracteriza essa “nova esquerda”, representada de modo paradigmático pelos governos de Bill Clinton e Tony Blair, é a aceitação generalizada do quadro normativo do neoliberalismo, sobretudo no que tange à política econômica, e a convicção de que o papel de uma esquerda “modernizada” consiste em *adaptar* as orientações de governo para se conformar às exigências da competição mundial de mercado.

Várias das lutas tradicionalmente associadas à esquerda foram abandonadas ou distorcidas para se alinharem aos valores do neoliberalismo. Um bom exemplo é a substituição da luta pela igualdade pela “luta contra a pobreza” (DARDOT; LAVAL, 2016), na qual políticas sociais de solidariedade promovidas pela esquerda são orientadas segundo valores como o de responsabilidade individual e meritocracia. Essa visão atribui um valor moral intrínseco à ideia de que os indivíduos devem ser responsáveis por si mesmo, e a implementação dessas políticas deveria fomentar o esforço individual para que não se tornem dependentes do auxílio estatal. Em outras palavras, a nova esquerda “tomou para si a matriz ideológica de seus oponentes tradicionais, abandonando o ideal da construção de direitos sociais para todos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 234). O próprio sentido de “justiça social” foi modificado: agora o seu fundamento e propósito é dar aos indivíduos condições para que, por meio do esforço, possam ser bem-sucedidos na competição do mercado. “O Estado social e as políticas de redistribuição de renda são concebidos como obstáculos ao crescimento” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 241), pois a esquerda incorporou as mesmas críticas que culpam as políticas de bem-estar pela desmoralização dos indivíduos.

Em última instância, direita e esquerda¹⁸ se referem a uma mesma coisa: a crença na superioridade do mercado como mecanismo de alocação de recursos, a exaltação da

¹⁸ Neste tópico, “esquerda” se refere especificamente a essa “nova esquerda” neoliberal que aqui descrevemos, particularmente a uma esquerda partidária com viabilidade eleitoral no contexto da política delineado pelo neoliberalismo. O reducionismo do uso do termo “esquerda” se deve ao fato de os próprios autores que mobilizamos dirigirem uma crítica à “esquerda”, quando, na verdade, referem-se a um recorte muito específico da esquerda partidária identificada com a chamada “Terceira Via”. É claro que “esquerda” é um conceito muito mais amplo que se refere a um espectro de posições, e não a *uma* posição fixa e homogênea, sendo, inclusive, várias delas definidas por serem essencialmente antineoliberais e anticapitalistas. Do mesmo modo, quando apontamos

responsabilidade individual como valor moral supremo, a preocupação em ser “competitivo” segundo os critérios da concorrência global, diminuição dos gastos públicos etc. A maneira pela qual a esquerda busca se diferenciar da direita é associar esta a um “capitalismo selvagem”, uma caricatura de um mercado sem qualquer tipo de regulamentação. Do ponto de vista da nova esquerda, essa distinção é possível porque neoliberalismo é igualado a um simples retorno ao *laissez-faire* (DARDOT; LAVAL, 2016), o que, como vimos, não poderia estar mais equivocado.

Mas, embora ataque essa “ideologia selvagem” para distinguir-se da direita, ela aceita, assume e reproduz uma forma de pensamento, uma maneira de apresentar os problemas e, com isso, um sistema de respostas que constitui uma racionalidade abrangente, isto é, um tipo de discurso normativo no qual toda a realidade é tornada inteligível e pelo qual são prescritas como “evidentes por si mesmo” determinadas políticas. Em uma palavra, e talvez de forma paradoxal, nada manifesta melhor a natureza da racionalidade neoliberal do que a evolução das práticas dos governos que há trinta anos se dizem de esquerda, mas conduzem uma política muito semelhante à da direita. Todo discurso “responsável”, “moderno” e “realista”, isto é, que participa dessa racionalidade, caracteriza-se pela aceitação prévia da economia de mercado, das virtudes da concorrência, das vantagens da globalização dos mercados e das exigências inelutáveis da “modernização” financeira e tecnológica. A prática disciplinar do neoliberalismo impôs-se como um dado de fato, uma realidade diante da qual não se pode fazer nada, a não ser adaptar-se (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 234).

O que define essa nova esquerda, associada à chamada “Terceira Via”, é propriamente essa atitude de *resignação* frente à realidade formatada pelo neoliberalismo. Em vez de tomá-la por uma escolha política reversível e contrapor a ela uma proposta alternativa, considera essa realidade um *fato*, um dado incontornável diante do qual não há nada a fazer a não ser se adaptar a ele. Assim, suas políticas visam a “*adaptação* dos indivíduos à nova realidade, não sua proteção contra as vicissitudes de um capitalismo globalizado e financeirizado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 237).

Uma leitura que captura esse caráter resignado da esquerda é aquela oferecida por Nancy Fraser e a sua categoria de neoliberalismo “progressista”. Além de apontar para a semelhança de visões entre direita e esquerda sobre questões econômicas – em seus termos, a

para um *encolhimento do imaginário da esquerda*, não queremos com isso dizer que não existam alternativas reais e projetos de sociedade explicitamente *combativos* e *contrários* ao neoliberalismo. A crítica desenvolvida neste tópico apenas procura mostrar como uma certa reestruturação histórica do espectro partidário pôde fazer com que “ser de esquerda” se adeque confortavelmente com a visão de mundo neoliberal – e, por isso, o modo como *essa* esquerda se autocompreende em sua oposição a partidos e grupos conservadores oculta o fato de que ela *não encarna uma alternativa real* ao *status quo*. Consequentemente, defendemos que as alternativas *reais* e verdadeiramente *emancipatórias* são aquelas defendidas por grupos e movimentos sociais *antineoliberais* de esquerda radical – e elas existem. A título de exemplo, mencionamos o Movimento Zapatista, o feminismo anticapitalista e o MST.

matriz *distributiva* desta esquerda é neoliberal, o que perde de vista a dimensão de racionalidade e “ideologia” à qual a esquerda também aderiu –, interessa mostrar de que maneira o amálgama de neoliberalismo na distribuição e progressismo no reconhecimento captura as lutas por emancipação para acomodá-las no interior da matriz ideológica do neoliberalismo.

O argumento de Fraser se desenvolve a partir de uma conjuntura bastante específica, a dizer, a crise da política tradicional e a ascensão de movimentos e políticos de extrema direita em todo o mundo. A eleição de Donald Trump, o Brexit, o apoio popular a políticos com forte apelo autoritário – dentre os quais podemos citar Jair Bolsonaro –, o enfraquecimento dos partidos de centro e de centro-esquerda, o aumento da desconfiança em relação à classe política, a proliferação de racismos e o crescente sentimento anti-imigrantes – todos esses eventos são, segundo a autora, a faceta política de uma *crise geral* multifacetada, cujas vertentes, além da política, são também econômica, ecológica e social. Para nossos fins, interessa-nos pontuar que a crise política política de que fala Fraser se traduz numa *crise de hegemonia* (FRASER, 2018).

A categoria de hegemonia, segundo Fraser, comporta duas ideias principais. A primeira, diretamente inspirada em Antonio Gramsci, consiste em dizer que hegemonia é o “processo pelo qual uma classe dominante naturaliza sua dominação instalando os pressupostos de sua própria visão de mundo como o senso comum da sociedade como um todo” (FRASER, 2018, p. 45). A isso a autora acrescenta que há dois “componentes normativos essenciais com os quais as hegemonias são construídas” (2018, p. 45): distribuição e reconhecimento. Todo bloco hegemônico – a dizer, “uma coalizão de forças sociais díspares que a classe dominante monta e através da qual afirma sua liderança” (FRASER, 2018, p. 45) – incorpora e afirma noções a respeito do que é correto e incorreto, justo e injusto. Distribuição e reconhecimento formam o duplo aspecto com os quais, segundo Fraser, a hegemonia capitalista foi construída, ao menos nos Estados Unidos e na Europa, desde meados do século XX. O primeiro aspecto, distribuição, refere-se à questão sobre *como alocar bens divisíveis* na sociedade. O segundo aspecto, reconhecimento, refere-se à maneira e aos critérios com os quais a sociedade deve *atribuir respeito e estima* a seus membros. O primeiro reflete a estrutura econômica da sociedade e sua *divisão de classes*; o segundo, a sua estrutura de status e a sua *hierarquia*.

Destacar o aspecto dos critérios de distribuição e reconhecimento na construção da hegemonia serve para mostrar como diferentes coalizões podem combinar de diversas maneiras noções de um e de outro, e que resultam em diferentes conjuntos de expectativas sobre como a sociedade deveria ser organizada. Naquilo que nos interessa, e que é objeto de Fraser neste artigo, *uma forma específica* de combinação de aspectos distributivos e de reconhecimento entra em crise, e são os elementos conjunturais resultantes dessa crise que criam as condições

para o estabelecimento de um novo bloco hegemônico. Na leitura de Fraser, “o que fez Trump e o Trumpismo” – e, acrescentamos, outros fenômenos mencionados acima e que são, cada um à sua maneira, respostas a uma e mesma crise de dimensão global, resguardadas as particularidades locais – “possíveis foi o colapso de um bloco hegemônico anterior – e o descrédito de seus nexos normativos distintos de distribuição e reconhecimento” (FRASER, 2018, p. 45). O bloco hegemônico que dominava a política norte-americana no período anterior à eleição de Trump era o *neoliberalismo “progressista”*.

[O neoliberalismo progressista foi] uma aliança real e poderosa de dois companheiros improváveis: por um lado, as principais correntes liberais dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ); por outro lado, os setores mais dinâmicos, de alto nível “simbólico” e financeiro da economia dos EUA (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood). O que manteve esse casal estranho junto foi uma combinação diferenciada de pontos de vista sobre distribuição e reconhecimento (FRASER, 2018, p. 46).

Se a expressão parece, à primeira vista, um oxímoro (FRASER, 2018), uma vez que levamos em consideração o duplo aspecto da distribuição e do reconhecimento, o estranhamento se desfaz. Isso porque o neoliberalismo progressista “combinava um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento. O *componente distributivo* deste amálgama era *neoliberal*” (FRASER, 2018, p. 46, grifos nossos). Por mais que o evento de referência do início do período neoliberal nos Estados Unidos seja a eleição de Ronald Reagan, foi no governo “de esquerda” de Bill Clinton que políticas de orientação marcadamente neoliberal foram efetivamente implementadas. O diagnóstico de Fraser da ascensão do neoliberalismo progressista nos Estados Unidos é que, num país “cujo senso comum ainda era moldado pelo pensamento do New Deal, a ‘revolução dos direitos’ e uma série de movimentos sociais descendendo da Nova Esquerda”, não estavam dadas as condições para que a versão “fundamentalista” de direita do neoliberalismo pudesse se tornar hegemônica. Foi preciso unir ao programa econômico neoliberal de financeirização, desregulamentação da economia e precarização do trabalho “uma política progressista de reconhecimento” (FRASER, 2018, p. 47).

Essa política progressista de reconhecimento consistiu em difundir “um *ethos* de reconhecimento superficialmente igualitário e emancipatório”, cujo núcleo eram “os ideais de ‘diversidade’, ‘empoderamento’ das mulheres e direitos LGBTQ; pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo” (FRASER, 2018, p. 47). Esses ideais foram incorporados ao discurso neoliberal numa versão inteiramente compatível com a visão de mundo que sustenta as políticas de distribuição tipicamente neoliberais. Ou seja, o neoliberalismo progressista

assume para si o discurso de que ideais progressistas são bem-vindos e mesmo necessários, *desde que* – e esta é a face que ele oculta – eles sejam inofensivos para – ou, melhor ainda, reforcem – o *ethos* de competitividade e empreendedorismo de si necessário ao funcionamento da economia nos moldes do imaginário neoliberal.

Fraser ilustra essa recaptura dos ideais progressistas no interior de um quadro normativo neoliberal com a redução da ideia de igualdade à meritocracia. Em vez de abolir a hierarquia de status, questionando os critérios sociais que atribuem maior status e privilégios a indivíduos de certos grupos em detrimento de outros, o que o neoliberalismo progressista fez foi “diversificá-la”, reforçando a ideia de que indivíduos membros de grupos minoritários também podem “chegar ao topo”, ou seja, podem ser bem-sucedidos em realizar seu plano de vida – um plano de vida, cabe destacar, conformado aos fins considerados valiosos segundo o *ethos* neoliberal, o que quer dizer tornar-se um “empreendedor de sucesso”. A autora pontua a especificidade *de classe* desse ideal: “voltado para garantir que indivíduos ‘merecedores’ de ‘grupos sub-representados’ poderiam atingir posições de prestígio e poder aquisitivo igual aos dos homens brancos heterossexuais *de sua própria classe*” (FRASER, 2018, p. 47). Igualdade, nesse caso, significa apenas conferir a algumas pessoas pertencentes a grupos subalternizados a chance de ocupar espaços tradicionalmente ocupados por homens brancos heterossexuais, *desde que* elas já disponham dos meios – sobretudo econômicos – para chegar nessas posições. O suposto ideal de igualdade do “neoliberalismo progressista” é somente o verniz da saída individualista que deixa intacta a hierarquia de classes.

Com o conceito de neoliberalismo progressista, Fraser fornece um esboço útil das causas para o estado do cenário político contemporâneo, no interior do qual parece não haver alternativa para além da oposição neoliberalismo “com vestes” progressistas e neoliberalismo “com vestes” (ou melhor, armadura) autoritárias. Contudo, a caracterização dos blocos hegemônicos neoliberais não é suficiente; para tirar dela todas as suas consequências, é preciso compreender como essa divisão se constituiu historicamente e como ela opera (DARDOT et al, 2021). Se hoje, como afirma Fraser, assistimos ao desmoronamento do bloco hegemônico do neoliberalismo em sua versão progressista, e com ele a adesão cada vez mais preocupante a discursos autoritários por uma parte não irrelevante da população, a fim de compreender esses processos em suas dinâmicas mais perversas, é preciso levar em consideração de que maneira eles refletem uma das *estratégias de guerra civil* empregadas pelo neoliberalismo e como ela opera em nossos dias. Essa estratégia em particular consiste em reduzir a política a uma guerra de valores e dividir o povo colocando-o contra ele mesmo (DARDOT et al, 2021).

Essa “metamorfose” da esquerda, muito bem descrita por Fraser, efetivamente e de forma duradoura “fechou a via a qualquer alternativa política real que teria limitado ou destruído a dominação neoliberal” (DARDOT et al, 2021, p. 218). A esquerda deixou nas mãos da direita reacionária o poder de definir não só as regras do jogo, mas também o tabuleiro e as peças com as quais a discussão política deve ser feita. Em outras palavras, a esquerda “aceitou plenamente o terreno do combate cultural imposto pelo neoliberalismo reacionário, o que permitiu a este exibir facilmente sua diferença” (DARDOT et al, 2021, p. 218). Evidentemente, essa diferença não reside na posição sobre questões econômicas, materiais ou “redistributivas”, uma vez que tanto o neoliberalismo progressista quanto o neoliberalismo reacionário adotam, em linhas gerais, a mesma visão neoliberal da economia. Mas, quando a direita é bem-sucedida em restringir o campo do deliberável a uma guerra de valores, ela oculta os interesses materiais que estão por trás das posições adotadas e blinda o debate econômico contra qualquer contestação que ofereça uma alternativa ao neoliberalismo. A luta de classes é, assim, substituída por uma visão que opõe “progressistas” a “retrógrados”, “cidadãos de bem” a “vagabundos”, “cristãos” aos “inimigos da civilização ocidental”. A política se torna uma arena de disputas culturais e morais, e questões de distribuição material tornam-se secundárias ou mesmo supérfluas. Afinal, não há alternativa.

As classes populares abandonaram a esquerda “porque foram abandonadas por ela”: não só a esquerda, a partir dos anos 1980, pôs em prática a mesma política econômica e social que a direita, como também, em alguns casos, foi mais agressiva e consolidou definitivamente as normas competitivas do capitalismo globalizado (DARDOT et al, 2021). Assim, a esquerda (ou, pelo menos, *essa* esquerda) se afastou progressivamente da luta pela igualdade social. Por outro lado, e em concordância com Fraser, a esquerda permaneceu vinculada às bandeiras de movimentos emancipatórios da década de 1960, dos movimentos estudantis, feministas, antirracistas, pacifistas e de minorias sexuais. Ela esteve vinculada com eles, porém os incorporou em versões muito menos radicalizadas e compatíveis com uma certa visão “moderna”: ela integrou as aspirações emancipatórias, “mas as diluiu, e soube combiná-las com o mito da empresa, o culto da inovação tecnológica, a promoção do consumismo e o desenvolvimento das finanças de mercado” (DARDOT et al, 2021, p. 217). Em suma, tornou-se voz desses movimentos com a condição de que eles fossem perfeitamente compatibilizados com a defesa do capitalismo e, especificamente, que fossem transmutados em suas versões nitidamente *neoliberais*, para as quais emancipação, em primeiro lugar, não significa de modo algum a transformação das estrutura econômica – no máximo, reivindica-se a redistribuição de renda com base em critérios meritocráticos – e, em segundo lugar, está completamente de

acordo com ideais neoliberais de liberdade e autodeterminação individual, e vê neles o próprio *meio* para alcançar a emancipação – ressignificada em termos de alcançar posições no mercado.

Assim, a esquerda perdeu o apoio generalizado das classes populares, cooptadas pela direita através da mobilização do ressentimento, e buscou captar a adesão de segmentos específicos da classe média e alta – especialmente pessoas jovens e escolarizadas – considerados mais “tolerantes”, mais “abertos” – em outras palavras, mais “progressistas” – para quem um dos traços políticos definidores mais importantes é a recusa a ser associado com a parcela reacionária, racista, sexista e tradicionalista da população.

Essa característica do “novo progressismo” indica, uma vez mais, a aceitação, por parte da esquerda, da definição da política como guerra de valores: os critérios que definem a sua base de apoio são de natureza moral e simbólica. Além disso, as suas propostas visam predominantemente acomodar as reivindicações de seus eleitores enquanto grupos, segmentos com demandas específicas ligadas a critérios como, por exemplo, uma “identidade”. Ou seja, não há uma visão de “todo”, como afirma o imaginário da luta de classes, mas grupos compartimentados que não necessariamente compartilham um projeto alternativo de sociedade.

Para a esquerda, a ruptura com todo modelo estratégico classista (ou mesmo universalista) é clara: não há mais classes centrais ou narrativa coletiva unificadora, mas apenas “relações com o futuro” próprias a “segmentos” heterogêneos, e sua adição opera eleitoralmente na base da abertura às “mudanças culturais” (DARDOT et al, 2021, p. 219).

Rodrigo Nunes observa que há um sentido preciso com o qual podemos afirmar que a ascensão da extrema direita se deu em razão de uma “radicalização” da esquerda (2022, p. 130). Com base no que estivemos discutindo até então, essa radicalização não foi no sentido de oferecer uma proposta radicalmente alternativa ao *status quo*, mas, como afirma Nunes, a radicalização da esquerda se deu “no campo das *identidades*” (2022, p. 130). Entretanto, a crítica ao identitarismo da esquerda não se restringe às lutas e grupos reunidos em torno de uma “identidade” (essa caracterização é, em si mesma, questionável) – mulheres, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+, indígenas, entre outros. Ela se estende à esquerda dita “universalista”, “iluminista”. Por mais que pretenda defender o universalismo em oposição ao “particularismo”, segundo Nunes, essa esquerda é tão particular, tão identitária quanto aquelas que ela com frequência acusa.

Identitarismo, para Nunes, é “uma prática em que a performance individual de um repertório fechado de ideias, *shibboleths*, palavras de ordem, referências, preferências estéticas, figuras de admiração e repulsa etc. diante de um público de pares é mais importante para definir

um perfil militante que a atuação em espaços coletivos” (NUNES, 2022, p. 131). O que caracteriza um movimento como “identitário” tem mais relação com esse elemento performático do que com uma “identidade” com a qual se relacionam os seus participantes.

É nesse sentido que a esquerda se torna “identitária”, que ela se radicaliza enquanto identidade. Importa marcar essa distinção para melhor compreender o impasse no qual nos encontramos atualmente:

Essa cristalização da esquerda como conjunto de traços identitários é inseparável de duas dinâmicas discutidas anteriormente. Por um lado, trata-se de uma resposta à polarização promovida pela direita: quanto mais a identidade de um lado se reforça, mais a outra tende a se afirmar, com tudo que isso implica (tribalismo, aumento do viés de confirmação, suscetibilidade a *fake news*...). Por outro lado, esse deslocamento para o terreno da cultura e dos valores atende, a partir dos anos 1990, à necessidade de dar coesão à ideia de esquerda na ausência de uma visão de longo prazo efetivamente distinta da economia de mercado e da globalização neoliberal. “Esquerda” passa a ser, então, a identidade de quem reconhece os direitos de minorias, acredita no Estado laico e entende sua missão como consistindo em controlar os excessos do mercado e dos conservadores. Ao contrário da história que a “esquerda anti-identitária” costuma contar, não foi porque passou a se preocupar com o “particular” (negros, mulheres, indígenas, gays...) que a esquerda abriu mão do “universal” (um projeto alternativo de sociedade); *foi quando deixou de articular uma ideia própria do todo que ela preencheu o vazio com bandeiras setoriais* (NUNES, 2022, p. 131-2, grifos nossos).

Dizemos isso contra as posições que rejeitam por princípio qualquer luta constituída em torno da referência a uma identidade. Não é por abandonar a classe como categoria *única* de análise e de luta e por se voltar às diversas “particularidades” que a esquerda deve ser criticada, mas por abandonar a classe como categoria de análise e de luta e por se voltar às “particularidades” *estando inserida e acomodada no projeto de uma sociedade neoliberal*. Deve-se criticá-la por renunciar a articular demandas particulares em torno de um projeto alternativo de sociedade e a constituir o antagonismo contra o inimigo comum a quem interessa a opressão desses grupos – o capitalismo neoliberal.

Essa esquerda se encontra tão imersa em seu “progressismo cultural”, tão envolvida em sua própria narrativa na qual ela é a defensora dos valores progressistas contra o conservadorismo retrógrado, que esses trabalhadores, legitimamente indignados com suas condições materiais precárias, são vistos como *obstáculos*. Outra consequência do enquadramento da política como guerra de valores: na visão da esquerda neoliberal, o reacionarismo da classe trabalhadora não tem como causa as suas políticas econômicas, mas é fruto do seu tradicionalismo (DARDOT et al, 2021). Assim, desse ponto de vista, os valores progressistas da esquerda entram em choque com a tentativa de implementar uma política em torno da classe trabalhadora.

Os valores culturais são colocados contra a igualdade social [...]. A questão social não é mais a desigualdade entre as classes, mas um conjunto de obstáculos à mobilidade social e à integração, que o “Estado emancipador” deve remover notadamente pela educação, pela formação profissional, pelo acesso à propriedade e à cultura digital. [...] A única via política “razoável” é compor um bloco neoliberal alternativo àquele da direita, mas *sem os trabalhadores tradicionais* e até mesmo contra eles (DARDOT et al, 2022, p. 222).

A aceitação, por parte da esquerda, das premissas fundamentais do ideário neoliberal pode ser subsumida naquilo que Jodi Dean (2022) chama de realismo de esquerda. Segundo a autora, uma parte importante dos movimentos de esquerda hoje pautam suas reivindicações a partir de uma supervalorização das individualidades, a qual, por sua vez, baseia-se nas premissas, compartilhadas por esses movimentos, de que “a coletividade seria indesejável e impossível” (DEAN, 2022, p. 90). Um dos sinais desse deslocamento é o número crescente de vertentes – “populistas, progressistas, trans, pluralistas, verdes, multiculturalistas, antirracistas, democratas radicais, feministas, identitárias, anarquistas, *queer*, autonomistas, horizontalistas, anti-imperialistas, insurrecionistas, libertárias, socialistas e comunistas” (DEAN, 2022, p. 90) – dentro da esquerda, de maneira que, numa inversão do mote jameson-žizekiano, “tem parecido mais fácil imaginar o fim do capitalismo que imaginar uma esquerda organizada” (DEAN, 2022, p. 89).

A coletividade é, em primeiro lugar, *indesejável* porque “é suspeita de excluir possibilidades, apagar diferenças e impor disciplina” (DEAN, 2022, p. 90). Os motivos para isso variam. Um deles é o de que a formação de uma coletividade em torno de uma causa comum teria de, necessariamente, ser imposta. Outro vê a coletividade como oposta à *responsabilidade* e à *liberdade individuais*: a subordinação das individualidades ao coletivo teria como condição que os indivíduos abrissem mão da responsabilidade que cada um tem pela própria liberdade (LEMM apud DEAN, 2022). Sintomático que a rejeição da coletividade seja feita em nome precisamente de dois dos valores mais caros à ética neoliberal.

Em lugar da coletividade, o que o realismo de esquerda oferece é “diversidade, pluralidade e multiplicidade” (DEAN, 2022, p. 91). Por mais que o enfoque na individualidade tente chamar a atenção para o caráter irredutível da multiplicidade das experiências, como alerta Dean (2022), essas abordagens parecem subestimar o grau em que a pluralidade serve ao capitalismo para reproduzir e aprofundar sua lógica e que a individualização serve ao Estado para isolar e controlar os indivíduos, impedir a organização e fragmentar o movimento de oposição.

Em segundo lugar, a coletividade é *impossível* porque, segundo a visão realista de esquerda, nós seríamos “tão diferentes, tão singularizados em nossas experiências e ambições, tão investidos na primazia de um conjunto de táticas sobre outro que não somos capazes de nos unir em uma luta comum” (DEAN, 2022, p. 92). Dada essa impossibilidade, em vez de insistirmos inutilmente em nos organizar em torno de *um* movimento comum, a política deveria “girar em torno do cultivo de nosso próprio ponto de vista único” (DEAN, 2022, p. 92), seja esse um ponto de vista individual ou de nossa “tribo”, e da expansão dos espaços nos quais esses pontos de vistas e identidades possam se expressar.

A indesejabilidade e a impossibilidade da coletividade no realismo de esquerda derivam, ainda, da suposição segundo a qual “a política envolve o indivíduo” (DEAN, 2022, p. 93). Dito de outro modo, o sujeito da política é, e deve necessariamente ser, em última instância, o indivíduo. Seja essa suposição defendida por princípio ou em razão de um diagnóstico social que julga incompatível a valorização da individualidade e da autonomia, de um lado, e a organização coletiva, de outro, em ambos os casos, o que se segue é que “uma política de esquerda precisa estimular e expressar a multiplicidade de projetos individuais” (DEAN, 2022, p. 94). No fundo, o que o realismo de esquerda reivindica são as mesmas exigências éticas do neoliberalismo: cultiva a tua individualidade, expressa a tua identidade, assume responsabilidade pela tua própria vida, escolhe – mesmo que, efetivamente, a esquerda não ofereça nada diferente daquilo que já existe (DEAN, 2022).

A autora conclui:

O realismo de esquerda parece realista para alguns porque ressoa com o *ethos* predominante do neoliberalismo tardio, que está sempre nos dizendo: faça por conta própria, pense pequeno e local, não confie em ninguém porque você só será traído. Ele reafirma a insistência capitalista em imediatismo e flexibilidade e reitera o abandono pelo Estado do modelo de planejamento e serviços sociais de longo prazo em favor de uma lógica de gestão de crise e triagem (DEAN, 2022, p. 94).

Realista, aqui, toma o sentido de uma esquerda *conformada* com o atual estado de coisas, de uma esquerda que comprou a ilusão neoliberal do fim da história, de uma esquerda que não vê alternativas porque ela mesma abriu mão de pensá-las.

Essa esquerda se compreende como “realista” em um sentido pragmático: ela avalia as alternativas dentro daquilo que é possível fazer – um “possível” circunscrito ao horizonte traçado pela hegemonia neoliberal. Contra um “realismo” resignado, deve-se defender o que é atualmente considerado *irreal*.

Daí a recusa a aceitar o jogo que opõe o “realista” ao “utópico” para, ao contrário, reivindicar a própria *Realpolitik*: diante do colapso ambiental e da concentração de poder econômico e político que temos hoje, *é o realismo de trinta anos atrás que se tornou irreal*, e o que antes parecia absurdo frequentemente contém algo de razoável. Isso se aplica, inclusive, à extrema direita: conforme aponto algumas vezes, há um sentido em que se pode dizer que ela é uma reação *mais* racional ao atual estado de coisas do que a crença de que tudo poderia simplesmente continuar como antes. Afinal, ela ao menos implicitamente assume os custos cada vez mais altos de manter as coisas em seus lugares e prepara seus seguidores para uma luta cada vez mais sangrenta de todos contra todos (NUNES, 2022, p. 19).

É no seio da revolta contra essa resignação da esquerda neoliberal que nasce uma “alternativa”: o neoliberalismo de extrema direita ou *autoritário*.

4.2 NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO

Se há um neoliberalismo autoritário, devemos, antes, especificar o sentido com que estamos empregando o termo “autoritário”. Há dois sentidos diferentes do termo “neoliberalismo autoritário”, ambos os quais gostaríamos de explorar neste tópico. O primeiro se refere aos *regimes* neoliberais de extrema direita que emergiram em boa parte das democracias ocidentais no mundo após a crise de hegemonia do neoliberalismo “progressista” ou, se quisermos, após o esgotamento de uma conjuntura política que fracassou em responder às demandas e protestos suscitados pelas consequências da crise de 2008. O segundo se refere não a uma “vertente” ou “fase” do neoliberalismo a qual poderíamos caracterizar como “autoritária”. Antes, trata-se de revelar em que sentido o neoliberalismo pode ser considerado em si mesmo autoritário, seja em sua versão “autoritária” de extrema direita ou “progressista” da nova esquerda. Trata-se, em outras palavras, de mostrar a “*dimensão autoritária irreduzível do neoliberalismo*” (DARDOT et al, 2023, p. 309), aquilo que nos permite dizer que o neoliberalismo é, sempre foi e, enquanto existir, sempre será autoritário.

Na primeira parte, nos debruçamos sobre o tema do neoliberalismo autoritário no sentido dos *regimes* neoliberais com traços autoritários. Há muita discussão em torno da caracterização desses regimes, especialmente pela percepção de que teríamos saído de uma fase mais “progressista” e adentrado uma onda “autoritária”. Assim, temos diante de nós uma pergunta: trata-se de uma “nova fase” do neoliberalismo, ou simplesmente o aprofundamento de algo que já lhe era intrínseco? Afinal, ainda estamos em um regime neoliberal, ou os seus elementos autoritários são indícios de que estamos já lidando com uma outra coisa? Um de nossos objetivos neste capítulo é o de apontar para as linhas de continuidade e as rupturas entre esses dois “momentos”. Respondemos: trata-se, ainda, de neoliberalismo, e somente podemos

compreender esse fenômeno investigando a sua relação com os processos engendrados pela lógica neoliberal.

Em que sentido podemos dizer que os governos de extrema direita são “autoritários”? Podemos definir autoritarismo apontando para alguns de seus elementos característicos. Isso não significa que os governos de extrema direita realmente existentes apresentam todos esses elementos ao mesmo tempo e no mesmo grau; muitas vezes, a configuração particular de um sistema político ou as características daquela sociedade impedem que o governo seja autoritário em relação a um aspecto – ou o líder autoritário *quer*, e efetivamente *tenta*, agir de modo autoritário, mas as circunstâncias o impedem –, apesar de sê-lo em outros.

Como indica a própria raiz da palavra, “autoritarismo” sugere uma forte relação com a noção de autoridade. Não se trata, contudo, de autoridade em um sentido amplo – que abrangeria desde a autoridade de um líder até a autoridade das leis ou da soberania popular –, mas da “autoridade atribuída àqueles que governam o país”:

A ideia central que sustenta [a noção de] autoritarismo é a de que o governo (entendido antes de mais nada no sentido técnico como a cúpula política do poder executivo, i. e., como o chefe do executivo e seus membros) possui uma autoridade indisputável, inquestionável e irrepreensível que a eleva sobre todos os outros poderes e inclusive a própria lei, se aquela lei impede as suas ações. Por essa razão, o termo autoritarismo é tradicionalmente usado para qualificar regimes que visam subverter instituições democráticas e diminuir o papel e a força dos poderes legislativo e judiciário para transferir o processo decisório para um poder executivo. Nesse regime, o executivo é, então, livre para agir sem quaisquer controles constitucionais e, portanto, sem revisão judicial (PINZANI, 2023b, p. 2-3).

Nesse sentido, autoritários são os regimes nos quais o líder de governo (quem possui a autoridade, seja uma instância decisória ou uma única pessoa) exerce o seu poder sem as amarras dos outros poderes – isto é, legislativo e judiciário – ou mesmo da própria lei, quando ela representa um obstáculo na consecução de seus objetivos (como ele usa a sua autoridade).

Um outro aspecto do autoritarismo concerne à existência de instituições democráticas que são sistematicamente atacadas e subvertidas pelo governo. Esse ponto é relevante para diferenciar o autoritarismo do despotismo: este, ao contrário, refere-se à ausência de instituições democráticas ou de instâncias que imponham às decisões do líder.

Isso significa que um governo autoritário não age arbitrariamente; em vez disso, ele obedece – ao menos formal e externamente – as regras institucionais e procedimentos em vigor no momento. Ele parece reconhecer sua validade, mas está disposto a mudá-los ou mesmo a removê-los se se tornam obstáculos aos seus objetivos” (PINZANI, 2023b, p. 5).

Desse modo, autoritarismo se refere antes à implementação de um projeto de poder pelas vias democráticas do que à supressão, total ou parcial, da democracia e suas instituições. O autoritarismo, portanto, “é um projeto para transformar as instituições existentes com o objetivo de remover seu caráter democrático” (PINZANI, 2023b, p. 6). No caso de essas instituições representarem bloqueios às decisões do líder autoritário, este emprega meios que passam por cima das leis – e que, no entanto, são previstos constitucionalmente, como decretos ou medidas provisórias, no caso brasileiro – ou tenta modificá-las, aboli-las ou abusar da sua ambiguidade (PINZANI, 2023b).

O autoritarismo guarda, ainda, uma relação ambígua com o Estado. Por um lado, os líderes autoritários desprezam ou mesmo demonizam as instituições estatais, pois as veem como entraves às suas ações e, inclusive, tornam isso um elemento central do seu discurso. Por outro, eles se infiltram nessas mesmas instituições e ascendem ao poder graças a elas. De certo modo, esses líderes têm uma relação com o Estado e suas instituições que é basicamente instrumental: o Estado, sob o seu domínio, representa a vontade do “povo” (a dizer, daquela parcela da população que são os seus apoiadores), mas não lhes interessa o caráter democrático dessas mesmas instituições (PINZANI, 2023b). Elas lhes interessam apenas e na medida em que são os instrumentos com os quais os líderes podem realizar os seus objetivos.

Por fim, rejeitamos o uso do termo “populismo de direita” para caracterizar esses regimes. Essa categoria é problemática porque, em primeiro lugar, caracterizar um governo como autoritário não implica necessariamente que ele seja personalista, apesar de ser este o caso em vários dos regimes a que nos referimos (PINZANI, 2023b). Além disso, líderes populistas “não necessariamente alegam ter recebido poderes irrestritos para governar” (PINZANI, 2023b, p. 7). Ela não carrega a conotação autoritária que caracteriza esses regimes. “Populismo”, seja ele de direita ou de esquerda, envolve a representação de *um* “povo” cuja vontade o líder representa. No entanto, como procuramos mostrar, governos de extrema direita *rompem* a unidade do “povo”. Se há um “povo”, este é o conjunto dos seus apoiadores, os únicos para quem ele governa – essa, aliás, é para eles a “verdadeira democracia”. Seus opositores são considerados os “inimigos do povo” ou “traidores” da nação (PINZANI, 2023b, p. 6).

Essa distinção é de extrema importância, pois a divisão do “povo” entre os amigos e os inimigos da nação constituirá uma das estratégias do neoliberalismo para reproduzir e expandir a sua lógica:

Não se trata, aqui, tanto da “construção de *um* povo”, como indica o termo “populismo”, quanto de sua divisão e, mais precisamente, da *virada* de uma parte das classes populares contra praticamente todas as conquistas do movimento trabalhador, contra o Estado-providência, contra o direito do trabalho e contra os sindicatos. Impulsionado pela xenofobia e pelo racismo, ela conseguiu quebrar, por muito tempo, toda unidade dos meios populares em sua eventual resistência às classes dominantes. Nutrindo o ódio de certas categorias da população contra outras, percebidas como ameaça para suas próprias situações e eventuais “vantagens”, ela volta o “povo” contra ele mesmo, divide-o e decompõe-no em comunidades de identidades inconciliáveis. Apenas a retórica que exalta o poder de um Estado forte, sobretudo quando ele é carregado de leis securitárias cada vez mais liberticidas, é capaz de sustentar a crença na unidade indivisível de uma comunidade nacional (DARDOT et al, 2021, p. 224).

Feito o esclarecimento prévio sobre o significado do termo “autoritarismo”, passamos à exposição sobre o neoliberalismo autoritário. Os aspectos do autoritarismo que acabamos de elencar se apresentam de maneira bem evidente nos governos neoliberais de extrema direita. O que argumentamos é que há uma relação específica entre o seu autoritarismo e o modo como opera a racionalidade neoliberal, sobretudo nas suas consequências para a política em geral e para a democracia em particular. Para demonstrá-lo, recorreremos às reflexões da filósofa política norte-americana Wendy Brown.

O tema da relação entre neoliberalismo e conservadorismo – ou, mais recentemente, da relação entre neoliberalismo e ascensão da extrema direita – é, desde algum tempo, objeto de investigação de Brown. Referência fundamental para o estudo das convergências entre racionalidade neoliberal e movimentos autoritários, recuperamos o desenvolvimento de alguns de seus argumentos ao longo de sua obra. Nosso propósito é o de explorar o que aqui chamamos de neoliberalismo “com vestes autoritárias”. No caso dessa autora em particular, suas discussões giram em torno de como o neoliberalismo, ou, de modo específico, como a racionalidade neoliberal revela o seu potencial autoritário quando cria as condições nas quais o ressentimento se manifesta em sua forma mais destrutiva e, ainda, se veem legitimados politicamente.

Primeiro, apresentamos em linhas gerais os argumentos desenvolvidos no artigo *American Nightmare* e no livro *Undoing the demos*, que se dirigem para mostrar como a racionalidade neoliberal esvazia a democracia do seu núcleo de significado, ligado aos ideais de igualdade e de soberania popular – o que Brown chama de “desdemocratização” –, e como a convergência de uma racionalidade econômica neoliberal e uma racionalidade moral neoconservadora geram uma nova configuração política na qual a democracia liberal pode continuar operando, porém apenas de um ponto de vista *formal* e despida do seu *conteúdo* político propriamente dito. A democracia, assim esvaziada, abre a brecha para que ela legitime

o seu contrário. Em seguida, esboçamos os argumentos presentes em *O Frankenstein do neoliberalismo* e *Nas ruínas do neoliberalismo*, nos quais a autora reformula o seu argumento a fim de esclarecer o amálgama entre neoliberalismo e moralidade tradicional no contexto de ascensão da extrema direita.

Em *American Nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization* (2006), Brown argumenta que o neoliberalismo e o neoconservadorismo, apesar de contraditórios em vários de seus aspectos, convergem no que diz respeito a seus efeitos desdemocratizantes. O objetivo do artigo é o de “apreender como essas duas racionalidades, elas mesmas compostas, inadvertidamente convergem em pontos cruciais para estender um canibalismo da democracia liberal já em curso a partir de outras fontes no último meio século” (BROWN, 2006, p. 691). Não se trata, como a autora adverte, de desvendar uma lógica única e coerente que dê conta dessa imbricação com todas as suas contradições e tensões. Antes, trata-se de compreender os *efeitos* provocados por essas duas racionalidades e que dão forma ao horizonte de possibilidades na política contemporânea. Particularmente, importa mostrar de que maneira a intersecção entre racionalidade neoliberal e racionalidade neoconservadora resulta em um “esvaziamento da cultura política democrática” e na “produção do cidadão não-democrático” (BROWN, 2006, p. 692).

Brown caracteriza o neoconservadorismo¹⁹ norte-americano como uma racionalidade política-moral e o neoliberalismo como uma racionalidade político-econômica “que excede sua instanciação peculiarmente americana e que não se alinha exclusivamente com nenhuma persuasão política” (BROWN, 2006, p. 691). O que há de inquietante nessa imbricação um tanto improvável e aparentemente contraditória é o fato de uma racionalidade amoral, libertária, profana e cuja normatividade é fortemente pautada no autointeresse demonstrar afinidade com uma racionalidade profundamente moralista, regulatória, repressiva, religiosa e que lamenta a dissolução dos laços comunitários e o esvaziamento da moralidade tradicional causadas pela predominância dos próprios valores da sociedade de mercado capitalista.

Contudo, apesar de serem incompatíveis em vários aspectos (BROWN, 2006, p. 698-700), ambos o neoliberalismo e o neoconservadorismo se caracterizam por serem “estatistas” (BROWN, 2006, p. 700): de um lado, o neoliberalismo *impõe* à sociedade e ao Estado a

¹⁹ Discutindo com outros autores, Brown sublinha que o que caracteriza o neoconservadorismo em relação a formas anteriores de conservadorismo é “a afirmação aberta do poder estatal moralizado nas esferas doméstica e internacional” (2006, p. 697). Apesar de o neoconservadorismo em si mesmo ser um campo atravessado por tensões e dissenso, o que uniria os seus seguidores e ideólogos, para além de uma lista comum de inimigos declarados, seria a reivindicação explícita de um Estado forte capaz de impor, por meios legais e institucionais, a correta orientação moral e religiosa à sociedade e ao mundo.

regulação pela concorrência e a subjetivação pelo modelo da empresa e, para isso, precisa de um Estado forte e *máximo*; de outro, o neoconservadorismo defende a regulação estatal da moralidade, a condução estatal da economia e a manutenção de um Estado forte militarizado. Além disso, os neoconservadores favorecem a intromissão seletiva do Estado na sociedade civil: opõem-se à redistribuição de renda, mas reivindicam forte regulação estatal, censura e políticas de exceção contra grupos subalternizados e contra os “inimigos da civilização Ocidental”. Consequentemente, a desativação dos mecanismos de condução e controle democrático das ações governamentais necessária para a formatação neoliberal da sociedade se põe ao lado de uma subjetividade neoconservadora que não se incomoda com um Estado autoritário, desde que use a força para impor o seu projeto de uma sociedade tradicional, moralista, cristã e hierárquica. Assim, tanto o neoliberalismo quanto o neoconservadorismo se caracterizam por esse ambivalente “ódio ao Estado”: eles abraçam ou rejeitam o intervencionismo estatal a depender de em que, e contra quem, o Estado deve empregar a força para fazer valer certos objetivos.

A democracia, tanto pela via da racionalidade neoliberal quanto da racionalidade neoconservadora, é apartada dos princípios longamente associados com a democracia constitucional (BROWN, 2006). Se a democracia representa o ideal político de redistribuição igualitária do poder político, ela deveria estar, necessariamente, atrelada ao ideal de igualdade. A razão neoliberal, no entanto, rejeita a igualdade como uma ideia prejudicial: a desigualdade não é um mal a ser evitado, mas uma consequência inevitável dos processos de mercado e da participação no jogo da concorrência, e qualquer tentativa de intervir nesses processos para manipular seus resultados nos coloca no caminho direção ao totalitarismo. O mesmo ocorre do lado do neoconservadorismo: a razão neoconservadora rejeita a igualdade, e a democracia se torna sinônimo de realização, pela via do Estado, de seus valores tradicionais e do seu projeto de sociedade. Desse modo, “o moralismo, estatismo e autoritarismo do neoconservadorismo são profundamente habilitados pela racionalidade neoliberal”, e “a racionalidade política neoliberal [...] inadvertidamente preparou o terreno para que ideias e práticas políticas profundamente antidemocráticas criassem raízes na cultura e na subjetividade” (BROWN, 2006, p. 702). Uma vez que o neoliberalismo tenha efetivamente esvaziado a democracia de seus princípios e tenha dispensado a necessidade de cultivar uma “cultura democrática”, a agenda neoconservadora pode ser apropriar das categorias – tornadas cascas vazias – da política democrática a serviço de discursos e práticas profundamente antidemocráticas.

Brown (2006) destaca quatro aspectos da desdemocratização neoliberal que cultivaram o solo no qual esta forma política foi produzida na intersecção das racionalidades neoliberal e

neoconservadora: a *desvalorização da autonomia política*, pois a democracia e a política são desvinculadas dos valores de autodeterminação e autolegislação, reduzindo-as à garantia de certos direitos individuais cujo gozo se dá exclusivamente na esfera privada e, por conseguinte, enfraquecendo o ideal democrático da distribuição equitativa do poder político; a *transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções de mercado*, uma vez que o neoliberalismo parte do pressuposto da superioridade das soluções de mercado sobre as soluções do Estado, o que tem como consequência a despolitização do capitalismo e a redução da vida social à procura de soluções individuais para problemas socialmente produzidos; a *produção do cidadão-consumidor disponível para um alto grau de governança e autoridade*, uma vez que o sujeito empreendedor-de-si mesmo, longe de ser “livre para determinar sua própria vida”, é submetido a uma lógica de governança e controle que consiste precisamente em obrigá-lo a fazer escolhas no mercado; e o *estatismo*, uma vez que o neoliberalismo confere ao Estado-empresa poderes inaceitáveis para uma cultura estritamente democrática, como a avaliação da atividade estatal por critérios unicamente de eficiência e rentabilidade.

O que é interessante nesta análise de Brown é ter percebido que o avanço da agenda neoconservadora sobre a política institucional não só não é incompatível com os elementos da racionalidade política neoliberal, mas também não pode ser simplesmente interpretado como um assalto autoritário contra a democracia liberal. Na verdade, a democracia permanece, porém *esvaziada dos princípios que a vinculam a um ideal igualitário de sociedade*. Mais do que a oposição entre democracia e autoritarismo, ou entre democracia e fascismo, o que temos é um fenômeno totalmente novo e peculiar à intersecção entre essas duas racionalidades: o surgimento de uma democracia “zumbi”, morta-viva, que continua funcionando mesmo depois de terem sido desativados os seus “órgãos vitais” – os ideais de igualdade, de soberania e de participação.

O neoconservadorismo costurado no solo preparado pelo neoliberalismo gera uma nova forma política, uma modalidade específica de governança e cidadania, uma cuja incompatibilidade mesmo com práticas e instituições democráticas formais não estimulam uma crise de legitimação, em razão da desvalorização neoliberal dessas práticas e instituições que o neoconservadorismo, então, consagra (BROWN, 2006, p. 702).

Em *Undoing the Demos* (2015), Brown prossegue com o argumento desenvolvido em *American Nightmare*, particularmente no que diz respeito ao processo de desdemocratização promovido pela infiltração da racionalidade neoliberal em todas as esferas da vida social. Como

a autora observa, a novidade do neoliberalismo entendido como uma racionalidade consiste não na mercadificação de tudo, nem na submissão do jogo político e da vida pública aos imperativos de mercado. Seguindo muito de perto Foucault, o neoliberalismo, como uma racionalidade que produz mundo, *remodela* todas as esferas da vida social, mesmo as que não envolvem mercadorias e dinheiro, impondo sobre elas a lógica própria do mercado e da concorrência. Para Brown, consequência desse aspecto totalizante da razão neoliberal é a de que ela “converte o caráter, sentido e operação distintamente *político* dos elementos constitutivos da democracia e os converte em *econômicos*” (BROWN, 2015, p. 17). Ela também argumenta que a predominância de uma forma de subjetividade baseada no *homo œconomicus* aniquila a figura do *homo politicus*, “a criatura animada pela e para a realização da soberania popular, bem como de sua própria soberania individual [...], mas também a criatura que conhecemos como o indivíduo soberano que governa a si mesmo” (BROWN, 2015, p. 86). O efeito dessa submissão total da vida social ao processo de economização consiste em “atenuar radicalmente o exercício da liberdade na esfera social e política” (BROWN, 2015, p. 108). Eis o paradoxo: “a revolução neoliberal acontece em nome da liberdade [...], mas destrói o fundamento da liberdade na soberania tanto dos Estados quanto dos sujeitos” (BROWN, 2015, p. 108).

Publicados, respectivamente, em 2018 e 2019, *O Frankenstein do neoliberalismo* e *Nas ruínas do neoliberalismo* modificam o argumento de Brown em pontos muito relevantes. Importa notar, em primeiro lugar, que ambos os textos foram publicados em um momento no qual o relacionamento entre neoliberalismo e neoconservadorismo, ou entre neoliberalismo e autoritarismo, tornou-se muito mais evidente. Referimo-nos, é claro, à ascensão da extrema direita nas democracias ocidentais e a eleição à presidência de indivíduos com tendências abertamente autoritárias, além de racistas, misóginas e xenófobas – em particular, para aludir ao contexto específico a partir do qual a autora escreve, à vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas de 2016, mas também, dentre outros, à de Jair Bolsonaro nas eleições brasileiras de 2018.

O que há de peculiar nessa nova formação política e que exige uma leitura diferenciada em relação às anteriores é o fato de esses movimentos conjugarem elementos próprios da doutrina sistêmica neoliberal com outros que parecem ser os seus opostos. Mas essa união improvável de elementos neoliberais e ultraconservadores requer uma explicação mais complexa do que a simples acusação de oportunismo, cinismo ou hipocrisia.

A incapacidade de prever, compreender ou efetivamente contestar esses movimentos é devida [...] à aglomeração pouco familiar de elementos na direita ascendente – sua curiosa combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio

ao Estado, conservadorismo cristão e racismo. Estas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais). Elas conjugam a retidão moral com uma conduta amoral e não civilizada quase celebradora. Endossam a autoridade enquanto exibem desinibição social e agressão pública sem precedentes. Batem-se contra o relativismo mas também contra a ciência e a razão, e rejeitam afirmações baseadas em fatos, argumentação racional, credibilidade e responsabilidade. Desdenham dos políticos e da política enquanto manifestam uma feroz vontade de potência e ambição política. Onde estamos? (BROWN, 2019a, p. 10).

O principal aspecto revisado nessa obra em relação aos argumentos das duas anteriores consiste em perceber que a revolução neoliberal “visava habilitar o mercado *e a moral* para governar e disciplinar indivíduos, ao mesmo tempo maximizando a liberdade, e assim o fez por meio da demonização do social e da versão democrática da vida política” (BROWN, 2019a, p. 21, grifo nosso). Assim, não se trata de encontrar os pontos de convergência entre uma racionalidade política neoconservadora e uma racionalidade econômica neoliberal. Tampouco é suficiente mostrar como a economização de tudo, efetuada pela razão neoliberal, destrói os fundamentos da democracia, criando um terreno fértil para que brotem os ramos de autoritarismo nas sociedades desdemocratizadas. De fato, as duas explicações precedentes não estão erradas e iluminam, apesar de parcialmente, a fisionomia de parte relevante das democracias ocidentais contemporâneas. Contudo, o essencial no argumento de Brown é ter mostrado o vínculo originário entre a defesa de uma liberdade econômica contra a coerção da sociedade e do Estado *e a* defesa da moralidade tradicional e a exaltação da autoridade.

A racionalidade neoliberal não é somente uma força desdemocratizadora, mas *carrega ela mesma* esse aspecto moral conservador. Buscando fundamento na obra de Hayek, Brown mostra que, longe de serem opostos ou contraditórios, o mercado e a moral compartilham “princípios e dinâmicas ontológicas” (BROWN, 2019a, p. 21), apontando-os como os fundamentos da livre sociedade ocidental. Para a autora, esses elementos se conjugam no cenário político atual para provocar a adesão de uma parte considerável do eleitorado a candidatos de extrema direita com alinhamento abertamente autoritário, bem como autoriza manifestações desinibidas de racismo, machismo, xenofobia etc. que declaram, sem cerimônia, o desejo pela eliminação do outro.

Brown, contudo, ressalva que de modo algum estaria afirmando que esse mundo repleto de ânimos entusiasmadamente fascistas e de instrumentalização cínica das instituições para a concretização de fins particulares foi previsto, e muito menos desejado, pelos neoliberais. Em vez disso, o que hoje testemunhamos é muito mais a sua “criação frankensteiniana” (BROWN,

2019a, p. 19; 2019b): um mundo que, em vários aspectos, tornou-se o oposto do que os neoliberais idealizavam. Desde o princípio, desde as discussões travadas no Colóquio Walter Lippmann e na manifestação de objetivos da Sociedade Mont Pèlerin, uma das principais preocupações dos neoliberais era de encontrar formas de evitar a condução dos assuntos econômicos por interesses de grupos sociais, o que viam como um grande passo na direção do totalitarismo. O que os neoliberais buscavam, portanto, era a completa despolitização da sociedade, e isso implica tanto eliminar a interferência na ordem de mercado em prol de fins particulares quanto desincentivar a intromissão popular nos assuntos de governo. O que os governos de extrema direita realizaram foi exatamente o oposto. Este rebento, conforme argumenta Brown, seria antes o resultado da conjunção de processos de produção e subjetivação da racionalidade neoliberal com circunstâncias econômicas, políticas e sociais concretas – que ora se apresentam de forma semelhante em diversos países, ora são o produto de certas particularidades locais e históricas – do que algo que os neoliberais queriam conscientemente realizar.

Seguindo a intuição já esboçada em *American Nightmare*, Brown defende que o que testemunhamos não é o retorno dos fascismos do século passado. O neoliberalismo “autoritário” é uma configuração política inédita, própria das circunstâncias particulares do nosso tempo. O que há de específico e, ao mesmo tempo, interessante sobre essa forma particular de neoliberalismo, revelado no diagnóstico da autora, é a constatação de que as “formulações neoliberais da liberdade inspiram e legitimam a extrema direita” e que “a direita mobiliza um discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações às vezes violentas e que visam reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital” (BROWN, 2019a, p. 20). Eis o grande enigma do neoliberalismo “autoritário”: ele instrumentaliza a liberdade e a democracia, entendidas de maneira distorcida e idiossincrática, para defender precisamente os seus opostos.

Há três elementos próprios da racionalidade neoliberal que produzem o que Brown denomina uma “liberdade autoritária” (2019b, p. 29), a dizer, uma liberdade que é reivindicada com o objetivo de oprimir e continuar oprimindo. Esses são o ataque neoliberal ao “social”, o destronamento da política e a proteção e extensão da esfera protegida dos indivíduos (BROWN, 2019a). No que se segue, desenvolvemos brevemente cada um desses elementos, mostrando os reflexos e as consequências das dinâmicas por eles engendradas no “neoliberalismo realmente existente”.

Como vimos, os neoliberais rejeitam as noções de “social” e de “sociedade” (quando esta significa alguma coisa para além de um aglomerado de indivíduos e famílias). A

fundamentação mais robusta para a rejeição da ideia do “social” pode ser encontrada na obra de Hayek. Para ele, o perigo que existe na ideia de sociedade decorre do fato de nós derivarmos dela a possibilidade de reivindicar uma coisa tal como a “justiça social”. A justiça social é, na melhor das hipóteses, uma noção ingênua e, na pior, uma “miragem que induziu os homens a abandonarem muitos dos valores que inspiraram, no passado, o desenvolvimento da civilização” (HAYEK, 1985b, p. 86).

Como também vimos, para Hayek, o justo e o injusto qualificam ações e normas, porque a justiça é uma noção que só faz sentido quando se pode avaliar a correção de *atos deliberados* segundo determinadas leis gerais de conduta justa. Justiça social seria, assim, um “abuso da palavra [justiça] que ameaça destruir a concepção de lei que faz dela a salvaguarda da liberdade individual” (HAYEK, 1985b, p. 79). Essa distorção da ideia de justiça decorre do fato de nós atribuímos à sociedade um caráter antropomórfico²⁰, *como se* os processos resultantes das ações de muitos indivíduos fossem causados por um “arbítrio” da sociedade e que nós pudéssemos, de alguma forma, alterar o seu curso em prol de arranjos sociais “mais justos”.

A rejeição hayekiana da ideia do “social” se fundamenta sobre uma *ontologia do mercado* específica à sua obra. Na visão de Hayek, a sociedade, assim como o mercado, é uma *ordem espontânea*²¹, um tipo de ordem “resultante da evolução [...], autogeradora ou endógena” (HAYEK, 1985a, p. 38). Dentre as características próprias da ordem espontânea, destacamos duas. Primeiro, o “grau de complexidade desta não se limita ao que uma mente humana pode dominar” e, segundo, “não tendo sido criada, *não é legítimo* dizer que tenha *um propósito específico*” (HAYEK, 1985a, p. 40). Como ele mesmo admite, o mais importante no que se

²⁰ “Talvez não seja surpreendente que os homens tenham aplicado aos efeitos conjuntos das ações de muitas pessoas, mesmo quando estes nunca foram previstos ou pretendidos, a concepção de justiça que tinham desenvolvido com relação à conduta dos indivíduos uns para com os outros. A justiça ‘social’ (ou, por vezes, a justiça ‘econômica’) passou a ser considerada um atributo que as ações da sociedade, ou o ‘tratamento’ dado pela sociedade a indivíduos e grupos, deveriam possuir. Como em geral o faz o pensamento primitivo ao perceber, pela primeira vez, algum processo regular, interpretaram-se os resultados do ordenamento espontâneo do mercado como se algum ser pensante os dirigisse deliberadamente, ou como se os benefícios ou o prejuízo específicos que diferentes pessoas deles derivavam fossem determinados por atos deliberados de vontade, podendo, assim, ser regidos por normas morais. Essa concepção de justiça ‘social’ é, pois, uma consequência direta desse antropomorfismo ou personificação com que o pensamento ingênuo procura explicar todo processo auto-ordenador. É um sinal da imaturidade de nossas mentes que ainda não tenhamos superado esses conceitos primitivos e continuemos a exigir que um processo impessoal – que propicia uma maior satisfação dos desejos humanos do que qualquer organização humana intencional o poderia fazer – se conforme aos preceitos morais desenvolvidos pelos homens para orientar suas ações individuais” (HAYEK, 1985b, p. 79-80).

²¹ Em *Direito, Legislação e Liberdade*, Hayek distingue entre dois tipos de ordem: ordens artificiais, exógenas, dirigidas (*táxis*) e ordens espontâneas (*kosmos*). As primeiras são ordens *criadas* pela ação humana e são ordenadas *segundo um fim* ou *intenção*. Exemplo de ordens de tipo *táxis* são as organizações. As segundas são ordens *não criadas*, resultantes de *evolução* e que *não possuem um propósito específico*. Exemplo de ordem de tipo *kosmos* são as ordens naturais. O que é peculiar à ordem de mercado é o fato de ela ser produto da ação humana – vários indivíduos atuando em busca da realização de fins particulares –, mas, ainda assim, não se desenvolver segundo uma finalidade ou intenção. Esse tipo de ordem específica Hayek denomina “*catalaxia*” (1985b, p. 131).

refere à ordem espontânea é a sua relação com o conceito de propósito: “Uma vez que não foi criada por um agente externo, a ordem como tal tampouco pode ser propositada” (HAYEK, 1985a, p. 41).

A coordenação das ações dos indivíduos em sociedades complexas como a nossa não é, e nem pode ser, o resultado de um desígnio. Antes, ela resulta do intercruzamento de ações independentes, orientadas segundo fins individuais, e que seguem determinadas regras de conduta justa. Para Hayek, descrever o mercado como uma ordem espontânea nesses termos tem uma dupla importância: primeiro, cada indivíduo ou organização no mercado estabelecem fins aos quais as suas ações estarão orientadas, mas essa ordem espontânea não possui em si mesma uma finalidade; segundo, é somente preservando a ordem espontânea do mercado que os indivíduos poderão agir com a máxima liberdade, pois atribuir aos processos de mercado um fim externo e manipulá-los conforme esse fim só pode gerar cada vez mais intervenções, nos colocando, uma vez mais, no caminho em direção ao totalitarismo. Levando isso em consideração, se nós estabelecemos que o fim da “sociedade” é a realização da “justiça”, isso significa colocar falsamente sobre uma ordem espontânea um fim que ela não poderia possuir, conduzindo-nos igualmente a uma restrição cada vez maior das liberdades, uma vez que os indivíduos estariam perseguindo fins que não foram estabelecidos por eles mesmos.

O ataque reiterado dos neoliberais contra o “social” cultivou o solo de onde nasceu a extrema direita. Se o neoliberalismo foi bem-sucedido em arraigar no senso comum uma ontologia social individualista, segundo a qual a injustiça só pode ser o resultado de ações intencionais de indivíduos e grupos, então várias formas de injustiça historicamente denunciadas pela esquerda passam a ser vistas como inexistentes, como fantasmas de uma imaginação ressentida. Isso tem duas consequências. A primeira é que o neoliberalismo *desarma* a esquerda: ele deslegitima o vocabulário que a esquerda mobiliza para desvendar as relações de dominação e efetivamente agir para a sua eliminação. Assim, ou a esquerda fala do interior de uma visão de mundo e com um vocabulário que não condiz com a visão de mundo e o vocabulário do senso comum, ou a esquerda reformula o seu discurso para se ajustar ao senso comum, tornando-se, como argumentamos, neoliberal “progressista” (mas ainda bastante neoliberal). A segunda é que, agora, a arma da acusação de “autoritarismo” é apontada para a própria esquerda: autoritária é a esquerda com a sua preocupação com a “justiça social”, não a extrema direita. Na visão desta, uma vez que tais coisas como “heteropatriarcado”, “racismo estrutural”, “colonialidade” etc. não existem, qualquer tentativa da esquerda de reparar uma injustiça histórica ou de garantir direitos àqueles aos quais eles foram sistematicamente negados se torna uma atribuição indevida, injusta, de “privilegio” e, portanto, um desvio autoritário.

Ademais, se não existe uma coisa tal como a dominação estrutural ou sistêmica, se não há a reprodução de hierarquias produzidas historicamente, na visão da extrema direita, o que a esquerda faz quando busca promover justiça social é “premiar quem não merece” (pois o esvaziamento neoliberal do “social” e a intromissão da lógica da concorrência em todos os domínios resulta numa visão dos direitos como “prêmios” a serem concedidos somente a quem merece, e não como atribuíveis a qualquer pessoa em decorrência do simples fato de ela ser pessoa).

Tal discurso ilustra, evidentemente, um exemplo de “dupla moral”: a negação de *direitos* a “quem não merece” somente é motivo de indignação para a extrema direita quando o indivíduo pertence a algum grupo subalternizado ou quando figura entre os seus “inimigos” declarados. O mesmo não ocorre quando se trata de um *privilegio* injustamente concedido a um dos seus. Conforme aponta Rodrigo Nunes (2022, p. 39), essa é

a operação ideológica por excelência da extrema direita em toda parte: promover a confusão entre a ansiedade em torno da perda *de direitos* e o medo de perder *privilegios*. É graças a essa manobra que o reacionarismo radical conseguiu nos últimos anos reunir, ao mesmo tempo, o apoio de setores que têm poucas preocupações materiais, mas se ressentem das conquistas de certos grupos, e de outros que vivem assombrados pelo declínio de seu padrão de vida e pela perspectiva de não poder mais desfrutar dos direitos que um dia tiveram. [...] É a ocorrência concomitante de severas perdas para alguns e ganhos modestos para outros que ajuda a extrema direita a convencer os “perdedores” da globalização que se eles estão sendo privados de *direitos*, é porque há outros – mulheres, migrantes, grupos étnicos, pessoas LGBTQIA+ etc. – ganhando *privilegios* às suas custas.

A retórica reacionária da extrema direita foi bem-sucedida em realizar precisamente essa conversão: direitos em privilégios, igualdade em tirania, justiça social como injustiça individual. No mesmo sentido, diz Brown (2019a, p. 54):

[A] redução neoliberal do cerceamento de liberdade à coerção põe os princípios (e as leis decorrentes deles) de igualdade e inclusão como tirania do politicamente correto. Assim, hoje temos um liberalismo que repudia os poderes estruturais da dominação [...] e sublinha todos os esforços para gerar ambientes equitativos e inclusivos como distorções do funcionamento espontâneo do mercado e da moral. A consistência lógica assenta-se na suposição de que o poder é limitado à coerção e que a liberdade é equivalente à ausência de lei e de seus ditames.

Desse modo, o conservadorismo de extrema direita encontra no dismantelamento neoliberal da sociedade o espaço no qual se veem legitimados para expressar o seu ressentimento contra aqueles que, em sua visão, foram os únicos “beneficiados” pelas políticas de bem-estar e pela preocupação com a justiça social. São *eles* – os homens, os brancos, os heterossexuais, os cisgênero, os membros da classe média – os oprimidos. São os *outros* – as

mulheres, os negros, as pessoas LGBTQIA+, os pobres – os autoritários. Assim, termos como “liberdade” e “democracia”, esvaziados do seu conteúdo social e do seu compromisso com a igualdade, tornam-se sinônimo de “liberdade *para fazer o que eu quero*, independentemente das consequências sociais dos meus atos” e “democracia *para os que são iguais a mim*, deixando intocados os meus privilégios”.

A redução da liberdade à licença pessoal não regulada no contexto de repúdio ao social e do dismantelamento da sociedade faz ainda outra coisa: consagra como livre expressão todo sentimento histórica e politicamente gerado de arrogação (perda) baseada na branquitude, masculinidade ou nativismo, enquanto nega que estes sejam produzidos socialmente, desatrelando-os de qualquer conexão com a consciência, compromisso ou consequência sociais. A arrogação perdida dos privilégios da branquitude, masculinidade e nativismo é então facilmente convertida em ira justificada contra a inclusão social e a igualdade política dos historicamente excluídos. [...] Com a igualdade e a solidariedade social desacreditadas e com a negação da existência de poderes que reproduzem as desigualdades, abjeções e exclusões históricas, o supremacismo masculino branco ganha assim nova voz e legitimidade no século XXI (BROWN, 2019a, p. 58).

O neoliberalismo, desde o seu surgimento, busca destronar a política. Aqui, cumpre traçar a distinção, delineada por Brown (2019a), entre *política* e *o político*. “Política” se refere a um conjunto de atividades institucionalizadas e geralmente circunscritas, ou dirigidas, a um poder estabelecido na forma de um Estado. Diferentemente, o *político* se refere ao espaço no qual são re-discutidos e re-definidos os rumos da vida coletiva. A configuração atual da política institucionalizada advém de uma decisão realizada no âmbito do político²². Nas palavras de Brown, “o político identifica um teatro de deliberações, poderes, ações e valores no qual a existência comum é pensada, moldada e governada” (2019a, p. 68).

Assim, os neoliberais reivindicam uma forma particular de política: precisamente aquela capaz de restringir ao máximo as forças do *político*. A política é reduzida à *gestão*, e a democracia, a um *procedimento* de escolha dos governantes.

O neoliberalismo, deste modo, visa limitar e conter o político, apartando-o da soberania, eliminando sua forma democrática e definindo suas energias

²² A distinção gramsciana entre *pequena política* e *grande política* captura de maneira clara o que queremos mostrar ao diferenciarmos a política do *político*. Diz Gramsci (2007, p. 21): “A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”. A respeito desta última frase, conforme defendemos, é precisamente este o projeto neoliberal. Guardada a precisão teórico-conceitual, se entendemos por “grande política” o momento fundador no qual uma dada ordem social tem os seus fundamentos questionados e uma nova ordem é instituída, o neoliberalismo quer – aliás, *precisa* – fechar todos os espaços, tapar todas as brechas na qual a grande política pode ser feita. O que significa: reduzir tudo a pequena política.

democráticas. De suas aspirações e afirmação “pós-ideológicas” da tecnocracia até sua economização e privatização das atividades governamentais, de sua oposição desenfreada ao “estatismo” igualitário até sua tentativa de deslegitimar e conter as reivindicações democráticas, de seu objetivo de restringir direitos até seu objetivo de limitar agudamente certos tipos de estatismo, o neoliberalismo busca tanto restringir quanto desdemocratizar o político (BROWN, 2019a, p. 70).

O que está por trás da desconfiança dos neoliberais em relação ao político? O que eles confessam é que, a seu ver, a participação demasiada da sociedade nas questões políticas colocaria em risco os alicerces que garantem o exercício da liberdade individual, a dizer, uma economia não orientada para fins particulares e as condições da livre concorrência entre indivíduos e empresas. Porém, de modo mais específico, o destronamento da política cumpre o objetivo de blindar a economia de mercado contra as reivindicações populares. Como observa Brown: “O problema mais sério, no entanto, é representado pelos trabalhadores e pobres, dada sua inevitável exigência de que a questão social seja tratada por meio de um Estado social” (BROWN, 2019a, p. 78). Levando em consideração o contexto das obras e os adversários contra os quais elas se dirigiam, o que os neoliberais tinham em mente era precisamente *bloquear* as forças populares às quais o Estado keynesiano era suscetível. Para isso, era necessário imaginar *outro* modelo de Estado e reconfigurar profundamente as relações entre política e economia.

Não obstante suas diferenças, os neoliberais convergiram no reconhecimento de que a democracia representativa baseada no sufrágio universal em grandes Estados-nação capitalistas seria inevitavelmente controlada pela classe numericamente maior, tornando a social-democracia, com sua trajetória tendencialmente totalitária, inevitável (BROWN, 2019a, p. 78).

No entanto, especialmente em relação a este ponto, o que a realidade nos apresenta está muito distante do mundo idealizado pelos neoliberais. Junto com os “populismos de direita” veio um considerável nível de engajamento político tanto da direita quanto da esquerda: ainda que seu sentido esteja restrito ao “interesse por política”, vivemos um momento de intensa politização da sociedade. Além disso, um traço comum aos políticos de extrema direita é o fato de utilizarem descaradamente o seu poder político para fins particulares – inclusive, sentem-se legitimados a isso, pois “mereceram” estar ali. O Estado neoliberal “realmente existente” falhou em proteger o governo tanto da pressão de grupos sociais – basta considerar a forte presença de grupos religiosos no parlamento para impor sua agenda moralista e ultraconservadora sobre os assuntos de governo – quanto da instrumentalização plutocrática. O impulso despolitizador da racionalidade neoliberal *produziu o seu oposto*:

À medida que os poderes e energias políticas ganharam magnitude e intensidade, eles geraram uma forma monstruosa de vida política – arrastada por poderosos interesses econômicos e zelo popular, sem coordenadas democráticas ou mesmo constitucionais, sem espírito nem responsabilização e, portanto, perversamente, sem os limites ou a capacidade de limitação almejados pelos neoliberais. Assim, os partidos do “governo limitado” se transformaram em partidos de poder e gastos estatais exorbitantes (BROWN, 2019a, p. 102).

Contudo, segundo Brown – e é nisto que reside o maior distanciamento da autora em relação aos textos anteriores –, não compreenderemos adequadamente o caminho que leva ao surgimento do neoliberalismo de extrema direita se não capturarmos precisamente o nó que une a racionalidade neoliberal, com a sua defesa de livres mercados, e a moral, com a sua defesa da tradição. É na obra de Hayek que Brown encontra a origem desse vínculo.

Em Hayek, o mercado e a moral estão fortemente vinculados na medida em que compartilham uma mesma “ontologia comum de ordens espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição” (BROWN, 2019a, p. 118). A moral, assim como o mercado, é fruto de uma série de experimentações, e a sua persistência no tempo – justamente o que transforma um determinado código moral em uma “tradição” – funciona como a prova de sua adequação.

O mais importante, porém, é compreender que tipo de relação existe entre moralidade tradicional e liberdade na obra de Hayek. Longe de representar uma restrição à liberdade, no pensamento do neoliberal a tradição se torna condição de possibilidade da liberdade. Do mesmo modo, a liberdade se torna aquilo que permite à tradição perdurar no tempo e se consolidar. Assim, “a liberdade reforça a tradição (por meio da promoção de inovações adaptativas), enquanto a tradição ancora a liberdade (por meio da promoção de convenções e ordem)” (BROWN, 2019a, p. 121-122). Logo atentamos para o que, à primeira vista, parece ser uma contradição: como um conjunto de regras morais que ninguém instituiu – nem o sujeito racional kantiano, nem a comunidade política – pode *ampliar*, em vez de *restringir*, a liberdade pessoal? Hayek crê que isso é possível porque, com a tradição, “existe um alto grau de conformidade voluntária” (HAYEK apud BROWN, 2019a, p. 122-123). A “autoridade” da tradição não é arbitrária – e, portanto, é compatível com a liberdade – na medida em que se fundamenta sobre uma perspectiva evolucionista da ordem moral: “As tradições que desenvolvem as melhores maneiras possíveis de se viver em conjunto não emergem da pura autoridade do passado, mas da experimentação e da evolução que a liberdade permite” (BROWN, 2019a, p. 122). Desse modo, Hayek desvincula a autoridade da moral de uma concepção de autonomia (no sentido de autolegislação), pois, se a moral é resultado de um processo espontâneo de evolução, ela não pode estar vinculada a uma intenção. O que significa: uma vez que a autoridade da moral é “auto-evidente”, ela dispensa fundamentação racional ou política.

Por sua vez, se a moral tradicional é o resultado de um processo espontâneo de experimentação e evolução, e que dispensa atribuição externa de autoridade, o Estado não pode impor um código moral alternativo à moralidade tradicional: “A moralidade ditada pelo Estado, de qual tipo for, sejam máximas religiosas ou princípios de justiça social, é” – *outra vez* – “a marca do totalitarismo” (BROWN, 2019a, p. 127). Com relação à moral, o papel do Estado deve estar restrito a “assegurar os *pré-requisitos* da vida moral – liberdade, propriedade, regras universais de justiça e deferência política à tradição” (BROWN, 2019a, p. 127).

Diante disso, o problema que Hayek precisará resolver é o seguinte:

Como, então, resgatar os princípios morais tradicionais dos efeitos corrosivos do capitalismo (e das décadas de corrupção pelo Estado social, das quais a ordem de Hayek teria de surgir) quando o Estado neoliberal não pode legislar sobre a moralidade ou ser moralista? Como empregar a lei e o Estado para apoiar a autoridade da tradição sem violar sua natureza orgânica e seu voluntarismo? Como minimizar a coerção política ao assegurar o “governo” pela tradição? (BROWN, 2019a, p. 127).

Para solucionar esse dilema, Hayek dispõe de três técnicas: “limitar o poder legislativo a gerar regras universais e excluí-lo de fazer políticas de interesse público” (destronar a política); “desacreditar qualquer discurso de justiça social como disparatado e totalitário” (desmantelar a sociedade); “expandir o que Hayek chama de ‘esfera pessoal protegida’ para estender a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família” (BROWN, 2019a, p. 127). Resta-nos explicar este terceiro elemento da racionalidade neoliberal: a expansão da esfera pessoal protegida.

Hayek esclarece a natureza e a função da esfera pessoal protegida em *The Constitution of Liberty*:

Uma vez que a coerção é o controle dos dados essenciais da ação de um indivíduo por outro, ela pode ser prevenida apenas permitindo ao indivíduo assegurar para si mesmo alguma esfera privada na qual ele se encontra protegido contra uma tal interferência. A garantia de que ele pode contar com certos fatos não sendo deliberadamente formatados por outro pode ser conferido a ele apenas por alguma autoridade que possua o poder necessário. [...] Se o reconhecimento de tais esferas individuais, entretanto, não deve ele mesmo se tornar um instrumento de coerção, seu alcance e conteúdo não deve ser determinado pela atribuição de coisas particulares a homens particulares. Se o que for incluído na esfera particular de alguém fosse determinado pela vontade de qualquer pessoa ou grupo de pessoas, isso simplesmente transferiria o poder de coerção para aquela vontade. Nem seria desejável ter os conteúdos particulares da esfera privada de um homem fixados de uma vez por todas. Se for para as pessoas fazerem o melhor uso do seu conhecimento, de suas capacidades e de sua visão, é desejável que elas mesmas tenham voz na determinação do que será incluído em sua esfera pessoal protegida

A solução que os homens encontraram para esse problema repousa no reconhecimento de regras gerais que governam as condições sob as quais objetos ou circunstâncias se tornam parte da esfera protegida de uma pessoa ou de pessoas. A

aceitação dessas regras permite a cada membro de uma sociedade formar o conteúdo de sua esfera protegida e a todos os membros reconhecer o que pertence à sua esfera e o que não pertence (HAYEK, 2011, p. 206-207).

A esfera pessoal protegida consiste na delimitação de um espaço de ação no interior do qual os indivíduos se encontram livres de interferência coercitiva de outros indivíduos ou grupos. O critério que designa o que pertence à esfera protegida são as regras gerais de conduta reconhecidas por esses mesmos indivíduos. Importa notar que não compete a ninguém, nenhuma pessoa ou grupo, escolher o que pertence ou não pertence à esfera protegida – como vimos, essas regras são geradas a partir de processos espontâneos, sem que tenham sido impostas pela vontade de alguém. Entretanto, diz Hayek, *é desejável que os indivíduos tenham voz na decisão do que pertence à sua esfera protegida. Essa é a sua natureza.*

Quanto à sua função, a delimitação de uma esfera pessoal protegida é necessária para garantir aos indivíduos o máximo de liberdade, ao mesmo tempo em que os protege da coerção indevida de outros indivíduos *e do Estado*. Sendo assim, como afirma o próprio Hayek, *é desejável que o conteúdo dessa esfera protegida não seja fixado de uma vez por todas: de preferência, esse conteúdo deve ser expandido. Quanto mais se expande a esfera pessoal protegida, quanto maior o espaço de ação livre de interferência, mais livre se torna o indivíduo. Como observa Brown: “A defesa da ‘esfera pessoal protegida’, assim expandida, é o meio pelo qual a tradição e a liberdade repelem seus inimigos – o político e o social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista” (BROWN, 2019a, p. 129). Isso é o que permite às ordens do mercado e da moral se imporem contra um projeto racional de sociedade, seja este o socialismo ou a social-democracia, sem que fatalmente sejam causa da própria coerção que elas querem evitar.*

Voltando-nos ao neoliberalismo “realmente existente”, devemos agora reconhecer que a obsessão do neoliberalismo com a “privatização” não significa apenas a retirada do Estado da esfera econômica. Significa também a ampliação da esfera individual livre de coerção e de interferência do Estado e outras forças sociais. Como bem observa Brown, a privatização econômica e a expansão da “esfera pessoal protegida” “operam juntas, conceitual e praticamente: o desmonte da provisão pública vai rotineiramente de par com normas da esfera privada estendida para deslegitimar o conceito de provisões de bem-estar social e o projeto de democratização dos poderes sociais de classe, raça, gênero e sexualidade” (BROWN, 2019a, p. 132-133).

No entanto, a privatização econômica não é a única ordem de privatização legitimada pelo desmantelamento da sociedade, pelo destronamento da política e pela expansão da “esfera

peçoal protegida”. O neoliberalismo também engendra a “privatização por meio da familiarização e da cristianização”, a qual “subverte a democracia por meio de valores morais antidemocráticos” (BROWN, 2019a, p. 141). Por meio dela, os valores ligados à tradição, à família e à religião “ganham legitimidade como valores públicos e moldam a cultura pública conforme se juntam ao mercado para deslocar a democracia” (BROWN, 2019a, p. 142). Desse modo, os valores ligados à imagem de uma comunidade homogênea, cristã e hierárquica são mobilizados contra os ideais de uma sociedade plural, secular e igualitária, movidos por ressentimentos provocados e inflamados pelos agitadores de extrema direita. Na visão de Brown, ainda que ambas a privatização econômica e a privatização familiar estejam preocupadas com a liberdade individual contra as restrições coercitivas do Estado e das reivindicações por justiça social, a segunda é especialmente importante para a formação de uma *liberdade autoritária*, uma liberdade exercida para *manter* privilégios historicamente estabelecidos e afastar qualquer tentativa de denúncia ou coibição como “violação de direitos”, como atestam as recorrentes defesas da “liberdade de expressão” que simplesmente reivindicam uma liberdade para ofender.

Desse modo, a expansão da “esfera pessoal protegida”, no neoliberalismo existente, tem como efeito o contrário daquilo que Hayek almejava: não a primazia espontânea da autoridade da moralidade tradicional e seu reforço da liberdade, mas uma *politização* da moral e da tradição e sua imposição coercitiva por meio do próprio Estado.

Desenraizados da tradição, os valores tradicionais são esvaziados de sua função integradora. Politizados como “liberdades”, eles perdem aquilo que Hayek afirmava ser sua coibição não coercitiva sobre a liberdade, para além de limitar as práticas às quais se opõem. Armados como prerrogativas individuais e corporativas contra as leis de igualdade e antidiscriminação, eles se tornam um meio para atacar e sabotar os laços e a integração social, ao invés de fomentá-los. A ordem espontânea e a aceitação comum das regras de conduta, por meio das quais Hayek afirmava que a tradição é livre, não têm qualquer relação com a *luta* por valores tradicionais contra os valores democráticos. Ao contrário, as estratégias vencedoras para repelir políticas de igualitarismo, diversidade e pluralismo recorrem a liberdades individuais e corporativas asseguradas pelo estatismo, e não por uma ordem espontânea nem por normas comumente aceitas. Com sua melancolia lesada por um passado fantasmático e seu supremacismo agressivo, elas se rebelam contra a ordem, ao invés de reproduzi-la (BROWN, 2019a, p. 145).

As reflexões de Wendy Brown sobre a relação entre neoliberalismo e autoritarismo que caracteriza o atual momento político servem para mostrar de que maneira o esvaziamento da democracia perpetrado pelas privatizações neoliberais se combina, de um lado, à indignação da população com a precarização da vida e com a indiferença da classe política em atender às suas necessidades e, do outro, aos ressentimentos oriundos das relações de dominação que

atravessam as sociedades e que são aliciados para projetos moralistas, conservadores e, muitas vezes, abertamente fascistas de sociedade, mas que, no entanto, implementam políticas que nada mais fazem do que aprofundar as condições mesmas de sua sujeição e de seu sofrimento. Podemos dizer, partindo de Brown, que nisto reside o elemento autoritário do neoliberalismo atual: os deslocamentos efetuados pela razão neoliberal na ideia de democracia e suas formas concretas apartam a política das suas aspirações de justiça e igualdade sociais, de soberania e participação democrática. Isso, aliado ao ressentimento efervescente daqueles que se viram abandonados pelas políticas de inclusão social do neoliberalismo “progressista” ou temiam perder o seu lugar de privilégio no interior das hierarquias sociais, tem como resultado o aumento da dominação de grupos subalternizados e o aprofundamento de hierarquias estabelecidas e que sustentam o capitalismo em sua forma mais brutal e esmagadora.

Queremos agora explorar um sentido do autoritarismo neoliberal que podemos considerar intrínseco ao seu projeto de remodelar a sociedade. Que o neoliberalismo seja autoritário independe de que o regime político específico que o adota seja “progressista” ou autoritário, de esquerda ou de direita. Não queremos dizer, com isso, que não exista diferença nenhuma entre um governo neoliberal “mais democrático” e um “mais autoritário”, especialmente quando consideramos essa diferença do ponto de vista das possibilidades de melhora da vida da população e dos espaços disponíveis à contestação política. Porém, ambos compartilham de um núcleo autoritário essencial ao neoliberalismo desde a sua gênese e, conforme argumentamos, sem o qual ele não poderia se concretizar e muito menos se perpetuar ao longo do tempo.

Começamos por lembrar as circunstâncias nas quais nasceu o neoliberalismo realmente existente: o golpe militar de 11 de setembro de 1973 no Chile. É bem conhecida a posição de Hayek quanto ao regime ditatorial de Augusto Pinochet:

HAYEK: Bem, eu diria que, como instituição de longo prazo, sou totalmente contra as ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como a senhora deve compreender, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é igualmente possível que uma democracia governe com total falta de liberalismo. Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo. [...]

SALLAS: Isso significa que durante os períodos de transição o senhor proporia governos mais fortes e ditatoriais...

HAYEK: Quando um governo está fragmentado, e não existem normas reconhecidas, é necessário criar normas para dizer o que pode e o que não pode ser feito. Em tais circunstâncias, é praticamente inevitável que alguém tenha poderes quase absolutos. Poderes absolutos que ele deveria utilizar precisamente para evitar limitar todo poder absoluto no futuro. Pode parecer uma contradição que precisamente eu esteja dizendo isso, quando defendo que se limite o poder do governo sobre as vidas das pessoas e

mantenho que muitos dos nossos problemas nascem precisamente do excesso de governo. Entretanto, quando me refiro a esse poder ditatorial, estou apenas falando de um período transicional. Como meio para estabelecer uma democracia e liberdade estáveis, livres de impurezas. Apenas nesse sentido posso justificá-lo, aconselhá-lo²³ (CALDWELL; MONTES, 2015, p. 298-299).

O próprio Hayek admite nesse trecho que a sua posição soa bastante contraditória. Como pode um autodeclarado liberal apoiar um regime ditatorial que anula as liberdades individuais, mesmo se tratando de um regime “transicional”? Que malabarismo conceitual se esconde por trás dessas declarações?

Em *The Constitution of Liberty*, Hayek elucida o seu conceito de democracia e como ele se distingue do conceito de liberalismo.

Liberalismo [...] preocupa-se principalmente em limitar os poderes coercitivos de todo governo, seja ele democrático ou não, enquanto que o democrata dogmático conhece apenas um limite para o governo – a opinião corrente da maioria. A diferença entre os dois ideais se mostra mais claramente se nomearmos os seus opostos: para a democracia, é o governo autoritário; para o liberalismo, é o totalitarismo. Nenhum dos dois sistemas necessariamente exclui o oposto do outro: uma democracia pode exercer poderes totalitários, e é concebível que um governo autoritário possa agir sobre princípios liberais (HAYEK, 2011, p. 166).

Várias observações importantes podem ser feitas com base nessa passagem. Primeiro, Hayek define a questão do liberalismo como sendo aquela de limitar os poderes coercitivos do governo. Democracia, por sua vez, refere-se a um método de governo cujo critério de decisão é a regra ou o governo da maioria [*majority rule*]. Assim, o conceito hayekiano de democracia é bastante restrito e “puramente instrumental” (CHAMAYOU, 2020, p. 329): ele se refere a um procedimento de escolha de governantes, cujas decisões são avaliadas e limitadas segundo critérios estabelecidos por decisão majoritária.

Para Hayek, estritamente falando, o *único* limite essencialmente democrático ao governo é a regra da maioria. Ocorre que a decisão majoritária pode aprovar normas que, do ponto de vista do liberalismo, seriam consideradas violações inaceitáveis. Precisamente por isso é que liberalismo e democracia não só são termos conceitualmente independentes, mas também não caminham juntos na prática de maneira necessária: uma democracia pode ser totalitária, assim como pode existir um regime autoritário e, no entanto, liberal. O mesmo se aplica aos seus opostos: autoritário é um regime cujas decisões políticas são realizadas independentemente da regra de maioria, e totalitário é um regime que pretende “organizar a sociedade como um

²³ Entrevista de Friedrich Hayek a Renée Sallas em 1981 para o jornal chileno *El Mercurio*. Tradução expandida e modificada a partir de CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2020, p. 327-328.

todo e todos os seus recursos para um fim unitário e [...] se recusa a reconhecer esferas autônomas nas quais os fins dos indivíduos são supremos” (HAYEK, 2007, p. 100). Um regime no qual a decisão majoritária aprova uma economia planejada é democrático, porém totalitário; um regime que suspende eleições e nomeia um ditador cujos decretos expandem a liberdade econômica é autoritário, porém liberal. Para Hayek, naturalmente, este é preferível àquele²⁴.

Em segundo lugar, o liberalismo é uma doutrina que, para Hayek, reflete sobre os limites do governo no que tange ao *conteúdo* das leis, ao passo que a democracia diz respeito ao *procedimento* pelo qual as leis são feitas.

Como a maior parte dos termos em nosso campo, a palavra “democracia” é também usada em um sentido mais amplo e mais vago. Mas, se é usada estritamente para descrever um método de governo – a dizer, a regra da maioria –, claramente se refere a um problema diferente daquele do liberalismo. O liberalismo é uma doutrina sobre o que as leis deveriam ser; democracia é uma doutrina sobre a maneira de determinar o que as leis serão. O liberalismo considera desejável que apenas o que a maioria aceita deveria, de fato, ser direito, mas não acredita que seja, por conseguinte, necessariamente um bom direito. Seu objetivo, é verdade, é o de persuadir a maioria a observar certos princípios. Ele aceita a regra da maioria como método de decisão, mas não como a autoridade para o que a decisão deve ser (HAYEK, 2011, p. 167).

Ora, se a democracia estabelece um critério de decisão puramente procedimental que não se traduz na legitimidade das leis do ponto de vista do seu conteúdo, temos então que o liberalismo, para Hayek, postula princípios aos quais as decisões majoritárias deveriam se conformar. Precisamente quando a democracia se torna o meio para violar esses princípios é que o apelo a um regime autoritário se torna justificado: “Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo”. O sentido preciso dessa assertiva é: é preferível uma ditadura (economicamente) limitada a uma democracia (economicamente) ilimitada. O valor absoluto é a liberdade, e não a democracia; esta é dispensada, ou mesmo rejeitada, no momento em que é considerada uma ameaça à preservação da liberdade²⁵.

Porém, não se trata aqui de qualquer liberdade. Lembremos que Hayek está fazendo uma defesa do regime ditatorial de transição como “mal necessário” à preservação da liberdade pessoal a um jornal chileno logo após o golpe de 11 de setembro. “Com Pinochet, entretanto, nem as liberdades políticas [...] nem as liberdades civis fundamentais [...] foram preservadas”

²⁴ “Para os liberais, em circunstâncias parecidas, a ditadura se mostra a pior das soluções, à exceção de todas as outras – a começar, sobretudo, pelo socialismo” (CHAMAYOU, 2020, p. 328).

²⁵ “I have certainly never contended that generally authoritarian governments are more likely to secure individual liberty than democratic ones, but rather the contrary. This does not mean, however, that in some historical circumstances personal liberty may not have been better protected under an authoritarian than democratic government” (HAYEK apud CALDWELL; MONTES, 2015, p. 283).

(CHAMAYOU, 2020, p. 329-330). Que liberdade o regime “autoritário, porém liberal” estaria lutando para preservar? Trata-se do valor supremo e inegociável que Hayek denomina “liberdade pessoal”: uma liberdade ressignificada em termos estritos de liberdade econômica, “compreendida como livre disposição de sua propriedade” (CHAMAYOU, 2020, p. 330). A consequência desse truque conceitual em Hayek é a de que inclusive as liberdades políticas e civis podem ser eliminadas em nome do bem maior que é a liberdade de participar das trocas no mercado. Desse modo, o seu entusiasmo com regimes ditatoriais nos soa menos incoerente, desde que tenhamos em mente que as categorias políticas tradicionais assumem um sentido muito particular no contexto da obra hayekiana.

Afirmamos que o neoliberalismo é autoritário no sentido de privilegiar uma *maneira de governar* que é, necessariamente, autoritária: “uma atitude que consiste em ignorar qualquer concertação ou, ainda, uma tendência à concentração de poderes em oposição à sua repartição” (DARDOT et al, 2021, p. 308). O neoliberalismo *implica* em uma tendência à concentração do poder político. E isso por uma razão essencial: o neoliberalismo precisa instituir um Estado forte para estender a lógica da economia a todas as relações sociais, inclusive ao próprio Estado, e para promover (e manter) as regras de direito privado ao status de norma constitucional, blindando a estrutura do livre mercado contra as aspirações democráticas. Como dissemos, isso está presente em regimes políticos das mais variadas feições.

O que não muda é a afirmação da necessidade de uma “Constituição econômica” capaz de ligar os Estados, qualquer que seja sua forma política. Ai está o *coração* da dimensão autoritária da política neoliberal: a estrutura do Estado pode muito bem variar, a equipe política e sua feição também. O essencial é que os governantes sejam suficientemente fortes para impor a constitucionalização do direito privado e restringir, assim, o campo do deliberável (DARDOT et al, 2021, p. 309).

A resistência a associar o neoliberalismo a uma forma de autoritarismo como um traço necessário vem justamente do fato de que o neoliberalismo é uma categoria aplicável tanto a regimes considerados mais autoritários quanto a regimes considerados mais democráticos. O erro consiste em interpretar autoritarismo apenas como a definição de um regime político. Mas, se concedermos que autoritário pode se referir também a uma maneira de governar, o que essa perspectiva nos revela é que mesmo os governos neoliberais *de esquerda*, “democráticos”, foram autoritários à sua maneira.

4.3 AS “GUERRAS CIVIS” DO NEOLIBERALISMO

É necessário analisar o neoliberalismo uma vez mais através de novas lentes, agora abordando a sua *dimensão estratégica*. Esta implica na consideração da escolha dos meios, dos inimigos e dos termos nos quais o neoliberalismo trava a sua guerra. Na visão de Sauvêtre, Laval, Guéguen e Dardot, o neoliberalismo se constitui e se reconstitui segundo precisamente aquela que é a sua “escolha fundadora: a escolha da guerra civil” (2021, p. 23). Apontamos para alguns elementos que nos permitem caracterizar a hegemonia neoliberal nos termos de uma guerra civil. Por um lado, as evidências de que o neoliberalismo engendra uma guerra são óbvias: além das guerras em sentido estrito a que testemunhamos, o neoliberalismo recorre cada vez mais à violência explícita, seja na forma de violência policial e encarceramento em massa, seja na forma de extermínio de alguns segmentos da população²⁶, seja na forma de retirada de direitos ao ponto de tornar impossível para os indivíduos a manutenção das condições de vida e de reprodução social mínimas. Além disso, porém, o neoliberalismo sustenta a guerra civil quando declara quem são os inimigos a serem combatidos: todos aqueles que põem em risco o ideal de uma economia sem interferências e do objetivo de uma acumulação de capital sem amarras em prol de uma sociedade economicamente igualitária e pautada pelo ideal de justiça social. Essa é a sua guerra, e a história do neoliberalismo é “a história das estratégias de guerra civil neoliberal perante as diferentes figuras do inimigo socialista, [...] que remetem, todas, à regulação da economia em nome dos imperativos sociais e do respeito à expressão democrática” (DARDOT et al, 2023, p. 316).

Uma vez que levemos em conta essa dimensão estratégica, podemos reavaliar a história do neoliberalismo e suas transformações; as diferentes versões da estratégia empregadas em diferentes tempos e locais; as diferentes “fases” – se é que podemos chamar assim – do neoliberalismo, marcadas pela relação mais ou menos conflituosa com a democracia liberal. Sobre este último ponto, torna-se claro que a passagem de uma fase mais “progressista” a uma fase mais autoritária do neoliberalismo não deve ser interpretada em termos de “regressão” a um tempo no qual as luzes do Esclarecimento ainda não foram acesas. O giro autoritário do neoliberalismo se inscreve na história de crises e adaptações provocadas pela sua própria lógica.

Se a atual estratégia do neoliberalismo consiste em dividir o povo e explorar as clivagens de gênero, sexualidade, raça e nacionalidade para deslocar o conflito de classe para uma “guerra cultural”, no momento de forte pressão e antagonismo que antecede a sua hegemonia, apesar

²⁶ A relação entre encarceramento em massa, violência estatal e neoliberalismo é desenvolvida na obra de Loïc Wacquant (2001; 2012), enquanto a lógica pautada pela escolha dos corpos matáveis é capturada pelo conceito de “necropolítica”, de Achille Mbembe (2018). Ambos oferecem leituras indispensáveis para compreender a dimensão da estratégia neoliberal que aqui delineamos, mas que, por questões de escopo da pesquisa, não aprofundaremos nesta dissertação.

de o objetivo ter sido o mesmo, a estratégia foi diferente. Os anos da era Thatcher e Reagan foram marcados por mais repressão e violência nos países centrais do que a era do neoliberalismo “progressista”. Porém, como vimos, o fato de os regimes neoliberais de esquerda estarem associados a ideais progressistas de inclusão, representatividade, diferença etc. não os torna *menos* neoliberais. E isso por um motivo crucial: o neoliberalismo “progressista” é herdeiro do triunfo da crítica estética sobre a crítica social, que bem descreveram Boltanski e Chiapello. As tímidas iniciativas de redistribuição econômica da esquerda neoliberal estão muito longe de atender às reivindicações colocadas pela crítica social, porque só pode realizá-las dentro dos limites impostos pela razão neoliberal. Assim, o compromisso da esquerda neoliberal com liberdade (para empreender e consumir), autenticidade (para expressar uma identidade que não desafie as estruturas de poder) e emancipação (unicamente pelas vias do mercado) serve para “compensar” a manutenção de uma estrutura econômica responsável por sabotar esses ideais – quando vistos por uma perspectiva de esquerda radical, e não em sua versão neoliberal diluída.

A deslegitimação da ideia de justiça social, a desativação da crítica social: é isso que há de comum entre neoliberalismo “progressista” e neoliberalismo autoritário e que, de uma perspectiva estratégica, marca uma continuidade entre eles. Desse ponto de vista, o neoliberalismo está sempre compreendido “em um conjunto de relações (de composição ou de aliança, mas também de antagonismo) com outras racionalidades políticas, de modo que tem sido, desde o início, confrontado com a obrigação de designar inimigos e refletir sobre os modos de ação, assegurando toda sua eficácia ofensiva” (DARDOT et al, 2023, p. 33). Por essa razão, não se trata propriamente de uma ruptura ou de “crise” do neoliberalismo: inscritas em sua lógica estão as estratégias para lidar com as crises geradas pela própria realidade neoliberal, e as suas diferentes “versões” nada mais são do que o resultado da composição de forças necessária à manutenção da ordem neoliberal.

Seguindo esses desenvolvimentos estratégicos do neoliberalismo, não é, portanto, pelo uso da violência do Estado, pelo autoritarismo ou pela brutalidade que seria possível circunscrever a novidade do neoliberalismo atual. Ler a recente transformação como deriva autoritária do neoliberalismo é passar ao largo das verdadeiras novidades estratégicas sobre as quais repousa sua dominação contemporânea e que se ligam, como vimos, a dois fenômenos estreitamente relacionados: de um lado, o *desdobramento* do neoliberalismo em um neoliberalismo globalista mais ou menos “progressista”, fundado sobre uma promessa de desenvolvimento individual que respeita as diferenças, e um neoliberalismo nacionalista reacionário, ancorado na defesa de uma liberdade confundida com uma “identidade nacional” contra as reivindicações e as conquistas jurídicas das minorias; de outro lado, a *guinada* do povo contra ele mesmo, produzindo essa guerra de valores [...] em que duas concepções muito diferentes de liberdade reenviam uma à outra, em um jogo de espelhos sem fim, a responsabilidade pelo mal da época. O neoliberalismo

contemporâneo se dotou, dessa maneira, de temível capacidade de saturar todo o espaço político para abafar qualquer alternativa popular verdadeira (DARDOT et al, 2023, p. 317-318).

Contudo, há ainda um aspecto que une neoliberalismo “progressista” e neoliberalismo autoritário e que pertence ao projeto neoliberal desde o princípio. Esse aspecto é o que chamamos aqui de o *fechamento do político*. Desde o seu nascimento “teórico” no Colóquio Walter Lippmann em 1947, mas também no nascimento do neoliberalismo “realmente existente” no Chile em 1973, o neoliberalismo é inseparável das suas tentativas de tapar as brechas pelas quais forças populares e suas reivindicações podem se infiltrar nos espaços de poder. Soberania e autodeterminação do povo significam o poder de definir as condições sociais nas quais vivemos, e isso significa decidir sobre critérios sociais de alocação de bens e questionar as hierarquias e relações de poder: precisamente o que o neoliberalismo quer evitar. Bloqueando essa possibilidade, ele inevitavelmente gera pobreza e sofrimento; enfrentando as tentativas de desbloqueá-la, ele inevitavelmente gera opressão e violência. A hegemonia do neoliberalismo nos conduz a um momento no qual fomos privados dos meios de denúncia e transformação efetiva das condições precárias de existência que ele mesmo criou, pois elas só podem ser feitas através daquilo que o neoliberalismo sempre se esforçou para destruir, a dizer, a ideia do social, de coletividade e de comunidade. Encarcerados no interior de uma lógica que só admite a existência de indivíduos, na qual não existem relações de dominação e toda circunstância individual é resultado de escolhas individuais, a única resposta possível às revoltas que o neoliberalismo inevitavelmente gera – porque inevitavelmente frustra todas as promessas e expectativas – é a ampliação da violência.

[O Estado neoliberal] atua na luta contra os mecanismos de proteção implementados em uma fase anterior do desenvolvimento do Estado, e de maneira mais geral, contra tudo o que diz respeito à instituição da igualdade civil e social. O Estado neoliberal se volta contra o Estado social através de uma política deliberadamente de insegurança e desigualdade no plano social. Há algumas dezenas de anos, esse retorno da lógica do mercado contra os dispositivos protetores e redistributivos engendra males sociais terríveis. Para fazer frente a isso, o Estado tem à sua disposição apenas a generalização da resposta policial e penal. Responder de outra forma seria simplesmente contraditório em relação a sua própria lógica (LAVAL, 2023, p. 166-167).

O fechamento do político também se manifesta naquilo que denominamos a desmoralização do Estado de bem-estar social, levado a cabo tanto pela direita quanto pela esquerda. Como vimos, a retórica de oposição às políticas de bem-estar associa os benefícios a uma degeneração moral que só poderia ser corrigida pela introdução da lógica concorrencial de mercado, pois esta poderia inculcar nos indivíduos um senso de responsabilidade e o gosto pelo

trabalho e, assim, reconduzi-los a um padrão aceitável de moralidade. Desse modo, as políticas de bem-estar são desvinculadas da ideia de “direitos”, passando a ser vistas como “prestações” as quais os indivíduos se qualificam para receber com base em critérios meritocráticos. Como a doutrina sistêmica neoliberal somente permite pensar em termos de responsabilidade e merecimento, a noção de direitos é distorcida: uma pessoa *tem* um direito, mas não faz sentido dizer que ela *merece* um direito. A consequência dessa virada é que luta por direitos é deslocada do terreno da política e passa a ser uma questão meramente administrativa, sobre as quais discutir não é nem uma possibilidade, muito menos matéria de decisão coletiva.

O neoliberalismo “progressista” e o neoliberalismo autoritário constituem as duas faces da mesma moeda. O neoliberalismo de esquerda distingue a si mesmo de seu irmão autoritário ao professar valores progressistas no campo moral: pluralidade, inclusão, diferença, tolerância etc. O neoliberalismo de extrema direita, por sua vez, apela a valores ligados à moralidade tradicional. No entanto, em qualquer uma dessas versões, o que temos é a adequação da doutrina sistêmica neoliberal a visões de mundo que se creem profundamente diferentes, mas que se apoiam em um mesmo conjunto de crenças e valores, a dizer, uma ontologia social individualista, a valorização da responsabilidade e da meritocracia. O que ambos celebram é, no fundo, uma mesma coisa: a liberdade neoliberal, seja na forma de liberdade para escolher um estilo de vida, seja na forma de liberdade para expressar opiniões sem constrangimentos sociais. Em nenhum dos casos é a liberdade política que está sendo considerada.

De fato, a ascensão da extrema direita e a polarização política que a acompanhou parecem apontar para uma abertura do político, e não para um fechamento. Com a crise do consenso centrista pós-crise de 2008 e a desconfiança generalizada na classe política, traduzida em termos de uma crise de representação (NUNES, 2022), o triunfo do discurso de extrema direita foi bem-sucedido graças ao seu caráter supostamente “antissistema”. Os líderes dos partidos de extrema direita se apresentam como uma outra coisa diferente desta “classe” que tradicionalmente ocupa posições de poder, mas falham em realizar os “reais interesses do povo”. Nisso reside a sua atratividade. A extrema direita é bem-sucedida porque *parece* ser uma alternativa ao *status quo*, uma possibilidade real de que as coisas possam ser transformadas. As pessoas *buscam a alternativa*. Porém, se fomos convincentes até então, é justamente isso que lhes está sendo negado. A função da extrema direita é a de justificar, por meio de narrativas moralistas, discriminatórias e conspiratórias, o mundo que já existe. A extrema direita precisa parecer a “alternativa” *para que as coisas continuem a ser como são*. Ela ascende ao poder não para transformar, mas para perpetuar e aprofundar as escolhas políticas que causam o sofrimento do qual os indivíduos querem sair e que geram a sua indignação. Desse modo, a

deriva autoritária do neoliberalismo parece um retorno do político, quando na verdade é um novo bloqueio ainda mais eficaz. Colocando de modo ainda mais trágico: é justamente no momento em que o “novo” poderia surgir, no momento em que proliferam as alternativas reais ao neoliberalismo, a “alternativa” que prevalece é uma não-alternativa: um mais do mesmo, sempre a mesma coisa e sempre pior.

Visto da perspectiva de suas estratégias, portanto, o neoliberalismo se define pelas suas tentativas de restringir cada vez mais o espaço do político. Seja em sua versão utópica de mercados desregulados e indivíduos orientados por valores econômicos e morais espontaneamente gerados, seja em sua versão real de um projeto de restauração de classe, sua preocupação primordial, e contra a qual o neoliberalismo se encontra perpetuamente em guerra, é a tomada do poder político pelo “povo” e o exercício do seu poder de autodeterminação. Se em sua versão doutrinária e utópica os mecanismos de mercado portavam esse poder despolitizador e “pacificador”, no neoliberalismo realmente existente, as elites tomam consciência de que a única maneira pela qual podem governar é pela guerra, pois para a imensa maioria da população mundial o neoliberalismo não tem como gerar outra coisa senão miséria e sofrimento. Em um mundo no qual tudo se torna cada vez pior, os sofrimentos se tornam mais agudos e existir beira o insuportável, o que nos impele a continuar vivendo neste mundo sem transformá-lo só pode ser a crença de que outro mundo é impossível. *There is no alternative.*

O neoliberalismo *afirma* a ausência de alternativas ao mesmo tempo em que *destrói* todas as alternativas a ele. Ele gera o sentimento de inevitabilidade capturado pelo que Mark Fisher denomina “realismo capitalista”: “o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele” (2020, p. 10). Porém, queremos concluir essa investigação citando a última frase deste livro: “De uma situação em que nada pode acontecer, de repente tudo é possível de novo” (FISHER, 2020, p. 133).

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou investigar o neoliberalismo sob alguns de seus aspectos a fim de produzir um diagnóstico do tempo presente. Procurou mostrar de que maneira as transformações da sociedade impulsionadas pela ascensão do neoliberalismo – transformações nas condições de acumulação capitalista, nas relações de classe, no Estado, na subjetividade, na ideologia, na crítica e na política – convergem para um ponto: o de que o neoliberalismo opera, e só pode seguir existindo enquanto opera, o fechamento do político. Dito de outro modo, o reverso necessário da expansão da lógica neoliberal é a eliminação ativa de qualquer alternativa a ela e o bloqueio dos espaços nos quais uma alternativa poderia surgir.

Para chegar nesse ponto, primeiro apresentamos uma definição de neoliberalismo. Uma definição dupla: o neoliberalismo é um estágio do capitalismo, marcado por um novo estágio de acumulação primitiva, por uma reestruturação das relações de reprodução e que se caracteriza pela prevalência de um projeto político de restauração do poder de classe; e o neoliberalismo é uma forma de governamentalidade, oriunda do projeto de refundação das bases do liberalismo após sua crise, e que hoje se manifesta como uma racionalidade pautada na concorrência como norma de conduta e na empresa como modelo de subjetivação. Sem ignorar as suas tensões e diferenças, o que nos revela a adoção dessas duas definições é que o neoliberalismo reestrutura as relações de classe e impõe novas condições ao processo de acumulação que beneficiam somente a classe capitalista, deixando a classe trabalhadora em condições cada vez mais precarizadas e politicamente cada vez mais enfraquecida, mas não poderia fazê-lo sem que tivesse aperfeiçoado as técnicas e dispositivos de condução de condutas para expandir a lógica de mercado a todas as esferas da vida, deslegitimar a ideia do “social” como deriva totalitária e fazer com que os indivíduos vejam a si mesmos como empreendedores. Os próprios fundadores do neoliberalismo teórico apostavam na expansão da lógica de mercado como meio de “pacificação” das massas (da luta de classes), pois o mercado desempenha uma função moralizante que devolve aos indivíduos o senso de responsabilidade (obediência). De modo que podemos afirmar: o modo pelo qual o neoliberalismo reestrutura o Estado e governa os indivíduos, impondo uma lógica econômica de concorrência enquanto afasta todas as outras (por exemplo, a lógica da solidariedade), tem como efeito o apaziguamento dos conflitos de classe – ou, pelo menos, a oposição dos interesses do capital e trabalho deixa de ser uma referência com a qual interpretar as relações de trabalho – e a destruição dos meios materiais e ideológicos com os quais os indivíduos possam lutar por autonomia e pelo controle das suas condições de existência.

Em seguida, no segundo capítulo nos voltamos a esse aspecto ideológico da racionalidade neoliberal. Vimos com detalhes o conteúdo da doutrina sistêmica neoliberal, mostrando como o seu núcleo ético atua como um discurso de justificação convincente para os indivíduos, vistos como os únicos responsáveis pela situação em que se encontram e os únicos responsáveis por mudá-la. Se é verdade que as premissas éticas do neoliberalismo são atraentes por devolver aos indivíduos um (falso) senso de controle sobre suas próprias vidas, também é verdade que ele gera cada vez mais frustração (pois o mercado não premia esforço, mas somente gera uma grande massa de “perdedores”) e sofrimento. Nisto reside a armadilha neoliberal: ele gera sofrimento ao mesmo tempo em que elimina os meios epistêmicos (a dizer, noções como “hierarquias sociais”, “racismo estrutural”, “dominação sistêmica” etc.) com os quais os indivíduos podem identificar as causas desse sofrimento, de modo que a única solução que o neoliberalismo pode oferecer é o aprofundamento da sua lógica própria. A saída é sempre *mais do que já existe*.

Mas o neoliberalismo não se perpetua somente graças ao triunfo de sua visão de mundo. Ele precisa eliminar as alternativas possíveis e se apresentar como a única opção. Para isso, o neoliberalismo não apenas deslegitima as categorias que desafiam a sua lógica, mas também *se apropria* da crítica que é dirigida a ele. Uma vez que a crítica ao capitalismo é mutilada e reduzida à crítica estética, o neoliberalismo cria a impressão de que ele mesmo atende às reivindicações por liberdade, autonomia, criatividade e autenticidade que antes estavam aliadas a um movimento de contestação revolucionário anticapitalista. O capitalismo neoliberal “emancipa” – desde que emancipação não envolva a alteração das condições de acumulação capitalista, nem qualquer preocupação genuína com justiça social. Mais uma vez, a saída é *mais do que já existe*: mais capitalismo, mais neoliberalismo.

Nossa hipótese foi a de que a esquerda neoliberal ou o bloco do neoliberalismo “progressista” abandonou precisamente a crítica social e orientou as suas pautas segundo os termos da crítica estética. Dito de outro modo, a esquerda abraçou os critérios normativos neoliberais, interpretou-os como uma realidade insuperável e, assim, abandonou o seu papel como projeto radicalmente alternativo de sociedade. A esquerda se torna *mais do que já existe*. Se, quando o neoliberalismo adentra a crise que se arrasta até hoje, a esquerda foi identificada com esse realismo cínico, aquele que aparece no espaço político como a “alternativa” é o neoliberalismo autoritário de extrema direita.

Parece, mas não é. Como vimos, não somente o autoritarismo de extrema direita é fruto da própria razão neoliberal, mas a função desses governos autoritários é, na verdade, a de preencher o espaço da alternativa buscada pelos indignados contra o “sistema”. Desse modo, o

neoliberalismo autoritário bloqueia a entrada para alternativas reais, ao mesmo tempo que reproduz e aprofunda a mesma lógica responsável por gerar a indignação que ele captura.

Assim, o neoliberalismo satura o espaço político com “alternativas” que não oferecem nada senão mais do que já existe. O que há de novo é sempre o mesmo. É nesse sentido que nos referimos ao *fechamento neoliberal do político*. O neoliberalismo é sempre autoritário porque é intrínseco à sua lógica o combate aberto às suas alternativas. Um combate que deve ser entendido nos termos de uma guerra: uma guerra contra a realização da justiça social, uma guerra contra os projetos alternativos e emancipatórios de sociedade e uma guerra contra os corpos que se opõem ao domínio irrestrito de sua lógica. A violência do neoliberalismo não é apenas o sinal de sua crise, do seu esgotamento, de sua contradição: ela é a escolha que o funda.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>.

BIEBRICHER, Thomas. A problemática neoliberal. In: CASTELO BRANCO, Felipe; YAZBEK, André (Orgs.). **Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia**. Recife: Ruptura, 2023, p. 51-59.

BIEBRICHER, Thomas. **The political theory of neoliberalism**. Stanford: Stanford University Press, 2018.

BOAS, Taylor C.; GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. **Studies in Comparative International Development**, 44, p. 137-161, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12116-009-9040-5>.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOMBASSARO, Luiz Carlos; GOERGEN, Pedro; RAJOBAC, Raimundo (Eds.). **Experiência formativa e reflexão: homenagem a Nadja Hermann**. Caxias do Sul: EDUCS, 2016.

BORGES; Maria; DUTRA, Delamar. **Justice and democracy in Brazil**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2023.

BROWN, Wendy. American nightmare: neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, dez. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20452506>.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019a.

BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (Orgs.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019b, p. 17-49.

CALDWELL, Bruce; MONTES, Leonidas. Friedrich Hayek and his visits to Chile. **The Review of Austrian Economics**, v. 28, p. 261-309, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11138-014-0290-8>.

CASTELO BRANCO, Felipe; YAZBEK, André (Orgs.). **Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia**. Recife: Ruptura, 2023.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2020

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT et al. **A escolha da guerra civil**. São Paulo: Elefante, 2021.

DEAN, Jodi. **Multidões e partido**. São Paulo: Boitempo, 2022.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182007000100001>.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FLECK, Amaro. O que é neoliberalismo? Isto existe? **Princípios**, Natal, v. 29, n. 59, maio - ago. 2022, p. 248-269. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/29014>.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, Florianópolis, vol. 17, n. 40, set./dez., p. 43-64, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43>.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich. **Direito, legislação e liberdade**, vol. I. Normas e ordem. São Paulo: Visão, 1985a.

HAYEK, Friedrich. **Direito, legislação e liberdade**, vol. II. A miragem da justiça social. São Paulo: Visão, 1985b.

HAYEK, Friedrich. **The road to serfdom: text and documents**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

HAYEK, Friedrich. **The constitution of liberty**. Chicago: Chicago University Press, 2011.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2020.

LAVAL, Christian. Governamentalidade e violência neoliberal. In: CASTELO BRANCO, Felipe; YAZBEK, André (Orgs.). **Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia**. Recife: Ruptura, 2023, p. 157-169.

LEMKE, Thomas. The birth of bio-politics: Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. **Economy and Society**, v. 30, n. 2 p. 190-207, maio 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03085140120042271>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1, 2018.

MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Eds.). **The Road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MOUFFE, Chantal. **On the political**. New York: Routledge, 2005.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu, 2022.

PINZANI, Alessandro. Farewell to Welfare: an end to citizenship as we know it. **Società Mutamento Politica**, vol. 7, n. 13, p. 119–137, 2016a. Disponível em: <https://doi.org/10.13128/SMP-18286>.

PINZANI, Alessandro. Uma vida boa é uma vida responsável: o neoliberalismo como doutrina ética. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; GOERGEN, Pedro; RAJOBAC, Raimundo (Eds.). **Experiência formativa e reflexão: homenagem a Nadja Hermann**. Caxias do Sul: EDUCS, 2016b, p. 369-382.

PINZANI, Alessandro. Critique of forms of life or critique of pervasive doctrines? **Critical Horizons**, v. 22, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14409917.2019.1676946>.

PINZANI, Alessandro. Systemic suffering as a critical tool. **doispontos:**, Curitiba; São Carlos, v. 19, n. 1, p. 9-24, abr. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v19i1.86233>.

PINZANI, Alessandro. Clash of narratives: the neoliberal systemic doctrine as cause of second-order suffering. In: QUINTANA, L.; SANCHEZ, N. (eds.) **Neoliberal techniques of social suffering: political resistance and critical theory from Latin America and Spain**. Lanham: Lexington Books, 2023a, p. 3-21.

PINZANI, Alessandro. The Bolsonaro government as an authoritarian project. In: BORGES; Maria; DUTRA, Delamar. **Justice and democracy in Brazil**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2023b, p. 1-17.

PLEHWE, Dieter. Introduction. MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (Eds.). **The Road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Harvard: Harvard University Press, 2009, p. 1-42.

QUINTANA, L.; SANCHEZ, N. (eds.) **Neoliberal techniques of social suffering: political resistance and critical theory from Latin America and Spain**. Lanham: Lexington Books, 2023.

RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (Orgs.). **Neoliberalismo, feminismo e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 17-46.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000300008>.